

**UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – UPE**

**Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco - FCAP**

**Mestrado Profissional em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável -  
GDLS**

**ROSECLEIDE RAMOS FERREIRA**

**ECOTURISMO NO MUNICÍPIO DE BUÍQUE – PERNAMBUCO:  
AVALIAÇÃO CRÍTICO-REFLEXIVA À LUZ DO DESENVOLVIMENTO LOCAL  
SUSTENTÁVEL**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**RECIFE - PE**

**2009**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**ROSECLEIDE RAMOS FERREIRA**

**ECOTURISMO NO MUNICÍPIO DE BUÍQUE – PERNAMBUCO:  
AVALIAÇÃO CRÍTICO-REFLEXIVA À LUZ DO DESENVOLVIMENTO LOCAL  
SUSTENTÁVEL**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências da Administração da Universidade de Pernambuco como requisito para a obtenção de grau de Mestre em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Neves Dantas

Co-Orientador: Prof. Dr. Múcio Luiz Banja Fernandes

**Recife – PE – Brasil**

**2009**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Leucio Lemos  
Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco – FCAP/UPE

F383e Ferreira, Rosecleide Ramos  
Ecoturismo no município de Buíque – Pernambuco: avaliação crítica reflexiva à luz do desenvolvimento local sustentável/ Rosecleide Ramos Ferreira; orientador: Sérgio Neves Dantas. – Recife, 2009.

140 f.: il.; graf., tab. -

Dissertação (Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável). Universidade de Pernambuco, Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco, Recife, 2009.

1. Ecoturismo. 2. Educação ambiental. 3. Desenvolvimento local sustentável. 4. Parque Nacional do Catimbau – Buíque (PE). I. Dantas, Sérgio Neves (orient). II. Fernandes, Múcio Luiz Banja (co-orientador). III. Título.

502: 338.48 CDU (1997)  
Emanuella Bezerra - CRB-4/1389

**ROSECLEIDE RAMOS FERREIRA**

**ECOTURISMO NO MUNICÍPIO DE BUÍQUE – PERNAMBUCO:  
AVALIAÇÃO CRÍTICO-REFLEXIVA À LUZ DO DESENVOLVIMENTO LOCAL  
SUSTENTÁVEL**

Aprovado em: 29/05/2009

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Zanon de Oliveira Passavante (Examinador Externo)

---

Profa. Dra. Andrea Karla Pereira da Silva (Examinador interno)

---

Prof. Dr. Luciano da Fonseca Lins (Examinador Interno)

## AGRADECIMENTOS

- A todas as forças do bem em suas mais diversas formas.
- A todos os meus amigos que, independente de estarem longe ou perto, estiveram juntos comigo nesta caminhada.
- Aos Professores Sérgio Neves Dantas e Múcio Luiz Banja Fernandes, não apenas pela orientação profissional, mas também pela amizade ao longo da minha formação acadêmica.
- Aos meus familiares, pela assistência e compreensão diante da minha frequente ausência.
- A todos os colegas de trabalho do Wal Mart Brasil, pelo apoio disponibilizado.
- Ao meu irmão Roberval Ferreira, pelo incentivo e apoio irrestrito.
- Aos meus colegas de curso, em especial aos amigos Nielma Patrícia Sousa e Edvaldo Bione, por todo o companheirismo e apoio.
- A todos os professores do Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável, pelo auxílio e conhecimentos adquiridos, em especial a Luciano Lins.
- À Secretaria e Coordenação do mestrado, em especial a Célia Casado, por todo o carinho e paciência.
- A todos os entrevistados que forneceram valiosos dados.
- A todos os habitantes de Buíque, que possibilitaram a execução desta pesquisa.
- E, finalmente, ao Município de Buíque, minha terra natal.

Por mais longe que um homem esteja de sua terra, um dia haverá em que ele terá certeza de que ela sempre esteve perto de si, pois o homem é um pedaço de sua própria terra. (Gandhi)

## RESUMO

O presente estudo tem como preocupação central refletir criticamente sobre a inserção do ecoturismo no Município de Buíque, no Estado de Pernambuco, abrangendo parte do Parque Nacional do Catimbau, a partir de parâmetros de educação ambiental e do desenvolvimento local sustentável. Por meio de um diagnóstico crítico-reflexivo, objetiva-se promover conhecimento de base para propostas de integração do meio ambiente natural e cultural com a melhoria da qualidade de vida da população. As reflexões e informações levantadas tiveram como motivação contribuir o planejamento adequado do ecoturismo no município, por meio de ações que gerassem associação entre os seguintes fatores: resultados econômicos, assimilação pró-ativa de valores ambientais e culturais, equipamentos culturais, infra-estrutura adequada, satisfação do cliente (ecoturista) e envolvimento participativo da comunidade. Como estratégias metodológicas combinaram-se métodos quantitativos e qualitativos: questionários por meio de amostra probabilística da população local, pesquisa bibliográfica, análise documental, entrevistas e depoimentos de forma aberta e/ou semi-estruturada. Os resultados demonstram que não obstante posicionamentos otimistas por parte da administração municipal e das gestões de políticas públicas, muito há de se avançar para a efetiva democratização da própria gestão, tanto no que se refere a justa alocação de equipamentos culturais e de infra-estrutura, quanto no sentido da plena participação e representatividade da população residente local na gestão dessas políticas.

**Palavras-chave:** Buíque; Ecoturismo; Educação ambiental; Desenvolvimento Local Sustentável; Parque Nacional do Catimbau.



## ABSTRACT

The present study is to focus critically reflect on the integration of ecotourism in the Municipality of Buíque in the state of Pernambuco, covering part of the National Park Catimbau, from parameters of environmental education and sustainable local development. Through a critical-reflective diagnosis, aims to promote knowledge-based proposals for the integration of natural and cultural environment to improve the quality of life. The information and ideas were raised as motivation contribute to adequate planning of ecotourism in the city, through actions that generate associations between the following factors: economic results, pro-active assimilation of environmental and cultural values, cultural facilities, adequate infrastructure, satisfaction of the client (ecotourism) and participatory involvement of the community. As methodological strategies are combined quantitative and qualitative methods: questionnaires via random sample of the local population, literature, documentary analysis, interviews and testimony in an open and / or semi-structured. The results show that despite optimistic placements by the municipal administration and management of public policies, much to advance to the effective democratization of the management, both as regards the fair allocation of cultural facilities and infrastructure, as to the full participation and representation of local residents in the management of these policies.

**Key-words:** Buíque, Ecotourism, Environmental Education, Local Sustainable Development, National Park Catimbau.

## Lista Ilustrações

Figura 01	Formas de Turismo	20
Figura 02	Pólos de Desenvolvimento Integrado de Turismo	36
Figura 03	Museu e Casa da Cultura	41
Figura 04	Gestão Descentralizada do Turismo	42
Figura 05	Folder Pernambuco conhece Pernambuco	56
Figura 06	Título de Reconhecimento	61
Figura 07	PARNA Catimbau Vista da Serra do Cachorro	62
Figura 08	PARNA Catimbau	63
Figura 09	PARNA Catimbau	63
Figura 10	Por do Sol no PARNA Catimbau	63
Figura 11	Pedra do Portal - PARNA Catimbau	64
Figura 12	Inscrições rupestres – PARNA	65
Figura 13	Inscrições rupestres – PARNA	65
Figura 14	Representação da flora – PARNA	65
Figura 15	Trilha - PARNA CATIMBAU	65
Figura 16	Manoel Dantas Loyola – Ex cangaceiro do bando de Lampião	66
Figura 17	Inverno buíquense	67
Figura 18	Índio Kapinawá no cemitério indígena	68
Figura 19	Índios Kapinawás dançando toré	69
Figura 20	Sadabi – O “Meu Rei” da Fazenda Porto Seguro	70
Figura 21	Papel moeda “Talento” criada na comunidade.	72
Figura 22	O Museu de Madeira no quintal da casa do Artista Zé Bezerra	73
Figura 23	Zé Bezerra e seu Museu de Madeira	74
Figura 24	Zé Bezerra expondo na Galeria Armação/SP	74
Figura 25	Cachoeira do Mulungu – Buíque/PE	75
Figura 26	Cachoeira do Mundo Novo – Buíque/PE	76
Figura 27	Peças da loja da Artesã Carmelita, localizada na Vila do Catimbau	76
Figura 28	Casa do Artista Luís de Benício, peças esculpidas em Madeira, PARNA	77
Figura 29	Peças inspiradas nas inscrições rupestres do Parque Nacional Catimbau da Artista Quitéria Francinete.	77
Figura 30	Carnaval de Buíque	79
Figura 31	Concentração do Bloco Foliões para Sempre, Boneco Gigante representando um dos maiores foliões do município Terreu (in memoriam) um dos fundadores do Bloco Tubaca	80
Figura 32	Carnaval de Buíque – tradicional banho de água mineral	80
Figura 33	Mapa localização Buíque	81
Figura 34	Igreja São Felix de Cantalice – Buíque/PE	83
Figura 35	Mapa do município de Buíque	84
Figura 36	Sítio Arqueológico Pedra da Concha.	91
Figura 37	Sítio Arqueológico Pedra da Concha antes do ato de vandalismo	92
Figura 38	Sede da AGTURC, localizada na Vila do Catimbau/Buíque-PE	94
Figura 39	Loja/Atelier de Quitéria Francinete, em Buíque PE.	102
Figura 40	Pousada Santos – Buíque/PE	104

## Lista de Tabelas

Tabela 01	Relatório “Retratos de uma caminhada”	39
Tabela 02	Relatório EMBRATUR 2002	40
Tabela 03	Programa de Gestão Descentralizada	44
Tabela 04	Distribuição dos Roteiros Turísticos no Brasil	49
Tabela 05	Distribuição dos Roteiros Turísticos nos Estados da Região Nordeste	50
Tabela 06	Distribuição dos Roteiros Turísticos no Estado de Pernambuco	50
Tabela 07	Relação de pousadas disponíveis na região em 2005	103
Tabela 08	Relação de pousadas disponíveis na região em 2009	103

## Lista de Gráficos

Gráfico 01	Resultados obtidos após aplicação de questionário	85
Gráfico 02	Resultados obtidos após aplicação de questionário	85
Gráfico 03	Resultados obtidos após aplicação de questionário	86
Gráfico 04	Opinião dos moradores sobre a relação das visitas ao PARNA Catimbau e a conscientização ecológica	87
Gráfico 05	Percepção da participação do poder público municipal na promoção do desenvolvimento do turismo	95
Gráfico 06	Percepção dos moradores acerca dos atrativos turísticos do município	97
Gráfico 07	Conhecimento da população acerca do PARNA Catimbau	98
Gráfico 08	Envolvimento da população com a empregabilidade na atividade turística	99
Gráfico 09	Perspectivas a respeito dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística na cidade	100

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS A RESPEITO DE DLS, ECOTURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....	16
1.1 Do Turismo ao Ecoturismo.....	16
1.2 Impactos Econômicos do Ecoturismo .....	22
1.3 Desenvolvimento Local Sustentável para o (Eco)Turismo .....	24
1.4 Planejamento do Ecoturismo à luz do Desenvolvimento Local Sustentável.....	25
1.5 Educação Ambiental e Ecoturismo .....	27
2 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O TURISMO: HISTÓRICO E NOVAS PERSPECTIVAS PARA O INTERIOR NORDESTINO .....	31
2.1 Histórico Político do Turismo no Brasil .....	33
2.2 Regionalização do Turismo.....	48
2.3 Interiorização do Turismo no Nordeste e o Programa Pernambuco Conhece Pernambuco.....	53
2.3.1 <i>O Programa Pernambuco Conhece Pernambuco e o Município de Buíque/PE..</i>	60
2.4 Potencialidades Turísticas do Município de Buíque/PE.....	61
2.4.1 <i>Parque Nacional do Catimbau.....</i>	61
2.4.2 <i>Candeeiro, um dos sobreviventes do bando de Lampião. ....</i>	66
2.4.3 <i>Clima .....</i>	67
2.4.4 <i>Grupo Indígena Kapinawá.....</i>	67
2.4.5 <i>Comunidade Mítico-Religiosa.....</i>	69
2.4.6 <i>Museu de Madeira.....</i>	72
2.4.7 <i>Cachoeiras .....</i>	74
2.4.8 <i>Artesanato Local.....</i>	76
2.4.9 <i>Carnaval .....</i>	78

3 O CONTEXTO EMPÍRICO LOCAL: O MUNICÍPIO DE BUÍQUE .....	80
3.1 Caracterização do Município de Buíque .....	80
3.2 Perfil dos Residentes no Município de Buíque/PE.....	84
3.3 Percepção da População Residente a Respeito da Educação Ambiental.....	86
3.4 Percepção do Poder Público e da População Residente Sobre os Investimentos no Turismo em Buíque.....	93
3.5 Percepção da População a Respeito do Ecoturismo como Gerador de Renda .....	97
3.6 Unidade de Conservação, População e Ecoturismo.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS .....	109
APÊNDICES .....	113
ANEXOS.....	125

## INTRODUÇÃO

Como descendente de apaixonados pela natureza, aprendi desde cedo com a minha família a sentir-me parte da natureza e não dono dela. Entre caminhadas pelo Vale do Catimbau, banhos de cachoeira, e imersão nas histórias mítico-religiosas contadas pelos mais velhos, algo de imponderável em mim foi, aos poucos e deliberadamente enraizando ali, em meio a um grande carinho e admiração pelo município de Buíque e todo o seu povo.

Como buiquense percebi que um município não é “grande” pela quantidade de pessoas que o habitam; importância maior dá-se quando ele ultrapassa suas fronteiras e se lança na sociedade maior pela beleza de sua geografia agregada à riqueza de sentimento de seu povo, herdeiros perpétuos de sua própria história no lugar, a expressar continuamente a esperança de ter reconhecida sua importância estratégica num processo de desenvolvimento em moldes sustentáveis.

Mesmo dotado de enorme potencial para a atividade turística, especialmente para o segmento do ecoturismo, Buíque ainda amarga um cenário conflituoso de penúria. Acostumamo-nos a acompanhar várias discussões e desabafos dos moradores sobre essa condição de contraste: de um lado, essas potencialidades abertas ao turismo, de outro, uma realidade de grandes índices de desemprego e de uma renda *per capita* de R\$ 59,95 (IBGE, 2000). Muitos são os relatos e sonhos por melhoria socioeconômicas, sem que ações palpáveis por parte das autoridades locais, sejam tomadas.

Diante disso, surgiu a idéia de buscar alternativas de desenvolvimento local e sustentável através da promoção de práticas de ecoturismo que contempla atitudes e práticas socialmente justas, economicamente sustentáveis e ambientalmente realizáveis. Nos dias atuais, o ecoturismo é tido como um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (EMBRATUR (2000), e que vem apresentando um grande sucesso com sua implantação em áreas semelhantes as do presente estudo.

De acordo com (DRUMM; MOORE, 2003, p. 16) o ecoturismo trouxe a promessa de se alcançar metas conservacionistas, melhorando o bem-estar das comunidades locais e gerando novos negócios, assegurando, dessa forma, uma rara situação em que todos saem ganhando.

Diante disso, esse trabalho norteia-se pela perspectiva de se promover um ecoturismo de inclusão: tem como preocupação central refletir criticamente sobre a inserção do ecoturismo no município de Buíque - Pernambuco, abarcando parte do Parque Nacional Vale do Catimbau, a partir de parâmetros de educação ambiental e do desenvolvimento local sustentável. Por meio de um diagnóstico crítico-reflexivo, espera-se promover conhecimento de base para propostas de integração do meio ambiente natural e cultural com a melhoria da qualidade de vida da população. Especificamente buscou-se:

- caminhos possíveis para o ecoturismo enquanto instrumento do desenvolvimento local sustentável;
- analisar a percepção da população residente e poder público a respeito do ecoturismo enquanto ferramenta para o Desenvolvimento Local Sustentável;
- avaliar o grau de participação da população residente, lideranças locais e representação municipal nas várias etapas de gestão de políticas públicas voltadas para o município;
- proporcionar informações que auxiliem o município a planejar adequadamente a atividade turística.

Para tanto, buscou-se uma combinação metodológica entre os métodos quantitativos e qualitativos, de acordo com as diferentes dimensões da pesquisa. Nesse sentido, para a delimitação do objeto e o referencial teórico, foram realizadas pesquisas bibliográficas em livros, revistas, jornais, trabalhos científicos, dissertações e artigos, além de pesquisa em “sites” que possuíam relação com o tema abordado. Quanto ao levantamento do potencial ecoturístico e cultural do



Município de Buíque/PE, este foi construído com análise documental, entrevistas e/ou depoimentos de forma semi-estruturada com pessoas-chave da comunidade (entrevista temática) e aberta (com histórias de vida) ou ainda uma combinação delas. Visando complementar a coleta de dados, foram aplicados 50 questionários, de forma probabilística, para a população local.

A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro explora considerações de base teórica a respeito do Desenvolvimento Local Sustentável-DLS, Ecoturismo e Educação Ambiental. No segundo, faz-se uma abordagem acerca das políticas públicas voltadas para o turismo, traçando-se todo seu histórico, desde as primeiras formulações até as novas perspectivas para o interior nordestino, e para Buíque, em particular.

No terceiro capítulo, as análises restringem-se a área circunscrita à pesquisa de campo: o contexto empírico local – residentes, lideranças e municipalidade. Nas considerações finais são ressaltados os pontos mais relevantes, assim como os resultados obtidos no decorrer de toda a pesquisa.

# 1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS A RESPEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL, ECOTURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

## 1.1 Do Turismo ao Ecoturismo

O turismo é um fenômeno caracterizado pelo deslocamento temporário de pessoas de seu local de origem para um determinado local, com permanência e utilização de serviços e equipamentos turísticos. Envolve tanto aspectos econômicos quanto sociais, naturais, culturais e políticos, compondo um conjunto de serviços e equipamentos interdependentes, os quais são ofertados ao turista por diferentes empresas turísticas Rejowski (*apud*, PORTUGUEZ, 2000.)

A origem do turismo é tão antiga quanto a própria história da humanidade. No entanto até bem pouco tempo ele era associado à noção de *status*, devido aos valores das viagens e estadas, com acesso permitido apenas a uma pequena parcela da sociedade, ficando como um sonho de consumo para as classes menos favorecidas.

Somente a partir da segunda metade do século passado essa realidade passou a se modificar com a maior popularização do turismo e de suas modalidades, tornando-se uma atividade estratégica para geração de renda e impostos para o Estado. Em meados dos anos 70 e 80 do século anterior, passou a ser reconhecido como uma atividade redentora para a geração de desenvolvimento nas regiões que tenham algum potencial turístico, independente de sua situação socioeconômica.

Hoje, o segmento que vem demonstrando um grande crescimento nas últimas décadas, é, reconhecidamente, uma das atividades mais importantes da atualidade. Tem-se tornado uma das maiores indústrias do mundo em termos de geração de emprego e renda, além de ser considerado por governos e comunidades uma ótima e, às vezes, única alternativa para o desenvolvimento local.

De acordo com a World Travel & Tourism Council – WTTC (2009, informação eletrônica), o setor foi responsável por empregar aproximadamente 238 milhões de pessoas, gerando cerca de 10% do PIB mundial.

Após quatro anos de crescimento médio de 3,6% ao ano, o crescimento do PIB desacelerou para apenas 1,0% em 2008, o seu pior desempenho desde o

período recessivo, justificado pelos impactos da atual crise que está afetando os mais variados setores da economia. Mesmo com esse cenário, espera-se a retomada do seu importante papel no crescimento global com a estimativa de crescimento médio de 4% ao ano para os próximos dez anos (2009, informação eletrônica).

E, quanto à geração de empregos, está previsto um aumento de 219.810.000 empregos em 2009, que representa 7,6% da participação no mercado mundial (cerca de 1 em cada 13,1 empregos) para 275.688.000 empregos, representando 8,4% do total, representando 1 em cada 11,8 empregos até 2019 (2009, informação eletrônica).

No Brasil, as belezas naturais, o rico patrimônio histórico-cultural e a ampla extensão territorial fazem do país um local bastante propício para o desenvolvimento do turismo, permitindo a prática da maioria, se não de todas as modalidades do segmento. Concorrendo com regiões da Indonésia e da América Central, o Brasil é considerado um país de mega diversidade, junto com os Estados Unidos, a Austrália, o México, a África do Sul e a Índia.

Num estudo (realizado pela Oxford Economics) que quantifica os diversos aspectos de viagens e turismo de 181 países, o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking de turismo da América Latina (entre 19 países) e está em 13º no *ranking* mundial. Trata-se de um avanço, já que, em 2008 era o 14º e em 2007 ocupava a 18ª posição ([www.oxfordeconomics.com/OE\\_Tourism.asp](http://www.oxfordeconomics.com/OE_Tourism.asp); Mar 2009).

Ainda segundo a WTTC, estão estimadas as seguintes oportunidades para o país nas seguintes áreas:

- Produto Interno Bruto (PIB): A contribuição do turismo para o Produto Interno Bruto deverá aumentar de 6,2%, em 2009, para 6,6 em 2019.
- Emprego: A perspectiva da economia para a geração de empregos no setor, deverá aumentar de 5.562.000 em 2009, o que representa 5,9% do total, ou ainda, de forma mais simplificada, 1 em cada 17 empregos, para 7.505.000, representando 6,3% do total ou 1 em cada 15,9 empregos até 2019.
- Crescimento: Quanto ao crescimento real do PIB, estimado para o setor, é de – 0,4% em 2009, e uma média de 4,5% ao ano, durante os próximos dez anos.

Vale salientar que, mesmo com a perspectiva negativa para o ano vigente, o valor caracteriza um quadro de instabilidade para o país, levando em consideração a crise econômica que afeta o setor e também a média mundial dos países avaliados, que é de 3,5%.

Mesmo com estimativas bem positivas, percebe-se carência de investimento para o desenvolvimento do setor, pois, ainda de acordo com o *ranking* do WTTC, o Brasil é apenas o 41º em termos de previsão de crescimento. Quando analisada a contribuição do setor de turismo no PIB nacional, o país cai para 140º.

Além da sua clara importância para a economia, vale ressaltar que, diferentemente do início do século passado, o turismo vem integrando, a esse desenvolvimento, preocupações ambientais que surgiram nos anos sessenta com a percepção de que a atividade estava alterando completamente as regiões. Essa concepção tomou ainda mais força nos anos oitenta, com a realização das primeiras pesquisas sobre o tema; e a crescente conscientização ambiental acarretou na procura por formas de turismo mais equilibradas. Surgia, portanto, o ecoturismo.

Quando surgiu o turismo de massa os observadores otimistas acreditavam que os recursos turísticos eram inesgotáveis e, por isso, estabeleciam poucas restrições ao seu uso ou visitação. Porém, o tempo e o número de turistas em locais específicos demonstraram que o turismo agride as características e a originalidade das atrações. A constatação de que os recursos turísticos são finitos e de que seu uso deve ser monitorado levou os especialistas e os responsáveis pelo desenvolvimento da atividade a considerar a necessidade do planejamento para as regiões com potencialidades turísticas. (RUSCHMANN, 1997, p. 155).

O século XX vislumbrou a evolução do ecoturismo. Este foi introduzido no Brasil no final dos anos 80, seguindo a tendência internacional. Já em 1989 foram autorizados pela EMBRATUR os primeiros cursos de guia desse tipo de turismo. Em 1992, com a Rio 92, o termo ecoturismo ganhou maior visibilidade, agradou de vez o brasileiro e impulsionou um mercado promissor, que desde então não pára de crescer. Etimologicamente o termo “eco” deriva do prefixo de origem grega “oikos” que significa lar ou habitat. Tem-se, em uma primeira instância, que o ecoturismo significaria um deslocamento de pessoas interessadas em conhecer o nosso planeta, nossa casa, e seus habitats.

Segundo a Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo), o Ecoturismo é “um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (EMBRATUR/IBAMA, 1994).

Das diferenças existentes entre o turismo comum (clássico) e o ecoturismo (turismo ecológico), ressalta que, enquanto no turismo clássico as pessoas apenas contemplam estatisticamente o que elas conseguem ver sem muita participação ativa, no ecoturismo existe movimento, ação; e as pessoas, na busca de experiências únicas e exclusivas, caminham, carregam mochilas, suam, tomam chuva e sol, tendo um contato muito mais próximo com a natureza. O ecoturismo ainda se diferencia por passar informações e curiosidades relacionadas com a natureza, os costumes e a história local, o que acaba possibilitando uma integração mais educativa e envolvente do turista com a região (DINIS, 2005, p. 21-24).

Considerando que o Ecoturismo é uma tendência, em termos de turismo mundial, que aponta para o uso sustentável de atrativos no meio ambiente e nas manifestações culturais, deve-se ter em conta que somente tem-se condições de sustentabilidade caso haja harmonia e equilíbrio no "diálogo" entre resultado econômico, aspectos ambientais e culturais, satisfação do ecoturista (visitante, cliente, usuário) e da comunidade (visitada).

O ecoturismo é uma atividade sustentável e, por se preocupar com a preservação do patrimônio natural e cultural, diferencia-se do turismo predatório. É uma tendência mundial em crescimento e responde a várias demandas: desde a prática do esporte radical ao estudo científico dos ecossistemas conforme organograma (Fig. 1):

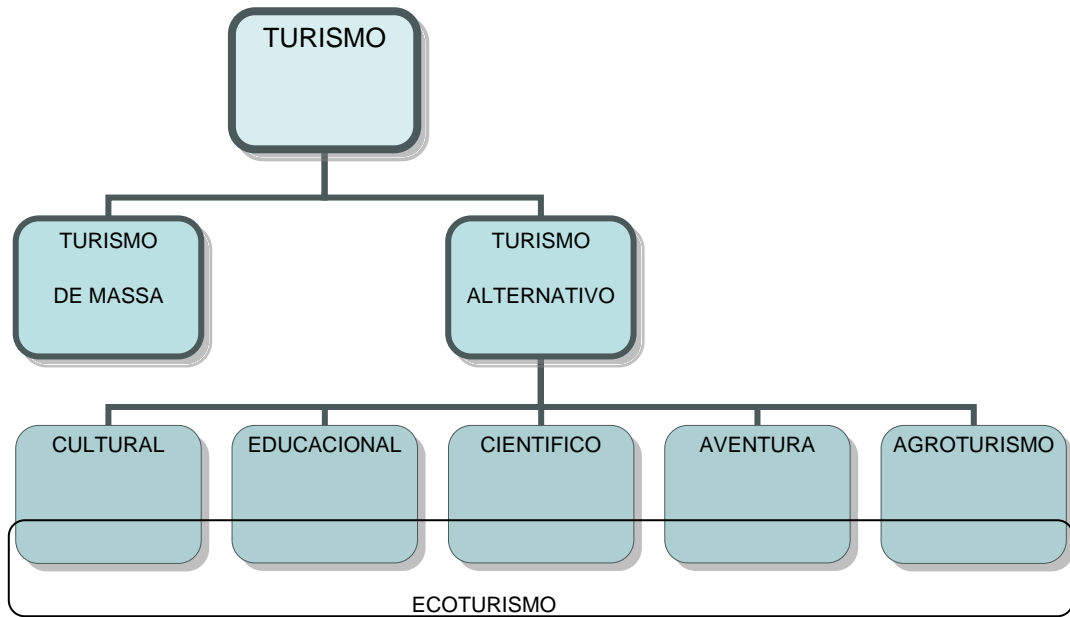


Figura 1 – Formas de Turismo

Fonte: Mieczkowski, 1995, p. 459 apud Wearing & Neil, 2001, p. 5. Redesenhada, 2005<sup>1</sup>).

CAVALCANTE (2006), apresenta uma instigante visão acerca dos principais objetivos para o ecoturismo:

- Promover e incentivar investimentos em conservação dos recursos culturais e naturais utilizados;
- Fazer com que a conservação beneficie materialmente comunidades envolvidas, pois somente servindo de fonte de renda alternativa estas se tornarão aliadas de ações conservacionistas;
- Ser operado de acordo com critérios de mínimo impacto para ser uma ferramenta de proteção e conservação;
- Educar e motivar pessoas através da participação em atividades a perceber a importância de áreas naturais e culturalmente conservadas.

Nos últimos anos, o Ecoturismo vem crescendo rapidamente, aumentando a procura por este tipo de turismo, o número de publicações, de programas de TV, de órgãos ligados ao assunto, etc. Segundo a Organização Mundial do Turismo, entre todos os tipos existentes, o turismo de natureza é o que mais tem se desenvolvido.

<sup>1</sup> Disponível na dissertação de SIQUEIRA, Gislane Rocha de. 2006, p. 28.

Enquanto a atividade turística cresce a uma taxa média anual de 4%, o turismo de natureza cresce a uma taxa de 10% a 30% ao ano (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1995).

Existem várias hipóteses para tentar explicar o porquê de as pessoas estarem buscando esse tipo de atividade. As mais comuns são a preocupação com o meio ambiente, maior conscientização ecológica e uma maneira de fugir da rotina e do estresse dos grandes centros urbanos.

Segundo Cavalcante (2006, p. 02), para que uma atividade se classifique como ecoturismo, são necessárias quatro condições básicas:

- Respeito às comunidades envolvidas;
- Envolvimento econômico efetivo das comunidades locais;
- Respeito às condições naturais e conservação do meio ambiente;
- Interação educacional.

Na última, busca-se a garantia de que o turista incorpore para a sua vida o que aprende em sua visita, gerando consciência para a preservação da natureza e dos patrimônios histórico, cultural e étnico.

Em 1994, um grupo multidisciplinar formado por representantes dos mais diversos segmentos interessados dos setores governamentais e privado, analisou e estabeleceu bases para a implantação de uma Política Nacional de Ecoturismo, de forma a assegurar:

À comunidade: melhores condições de vida e mais benefícios;

Ao meio ambiente: uma poderosa ferramenta na valorização dos recursos naturais;

À nação: uma fonte de riqueza e geração de empregos;

Ao mundo: a oportunidade de conhecer e utilizar o patrimônio natural dos ecossistemas para onde convergem a economia e a ecologia, para o conhecimento e uso das gerações futuras (CAVALCANTE, 2006).

O Brasil possui regiões relevantes de áreas naturais e é o país de maior diversidade do mundo, seu potencial ecoturístico é muito grande, o que tem proporcionado o desenvolvimento desta atividade, com movimentação de milhões de reais (KINKER, 2005, p. 8-11).

Os municípios brasileiros, em sua maioria, possuem atrativos para se tornarem polos ecoturísticos. Mas, além da disposição do município em implantar o ecoturismo, a existência de serviços e infraestrutura (hotéis, pousadas, estradas, telefone, etc.) é uma pré-condição a ser observada, por isso, órgãos públicos responsáveis têm procurado ampliar as perspectivas de incentivo. Quando bem elaborado, os benefícios que a utilização dessa prática traz para a sociedade vão além da manutenção da biodiversidade e dos processos ecológicos; surgem oportunidades de recreação, educação ambiental e pesquisa, e a proteção dos valores estéticos, espirituais, culturais, históricos e existenciais.

## **1.2 Impactos Econômicos do Ecoturismo**

O desemprego é uma realidade mundial que afeta países ricos e pobres, levantando problemas tanto em nível econômico como social. O desenvolvimento do turismo e a sua ligação a várias indústrias permitiram que fossem criados muitos empregos. No entanto, torna-se extremamente difícil obter dados concretos sobre os empregos gerados devido à variedade de indústrias que produzem bens para o turismo. Segundo Kadt (1979, p. 36), o emprego no setor turístico pode ser classificado da seguinte forma:

- Emprego direto: consiste na venda direta de bens e serviços aos turistas (hotéis, restaurantes, confecção de produtos artesanais da região, lojas, transportes);
- Emprego indireto: com incidência nas várias atividades (agrícola, agro-alimentar, artesanal, construção) que fornecem as empresas turísticas para satisfazer o consumo do turista. Essas indústrias não estão totalmente dependentes da evolução do turismo uma vez que fornecem também para outros setores, no entanto a ocorrência do aumento no fluxo turístico passa a ser diretamente proporcional ao seu crescimento.

Os empregos gerados pelo setor turístico são geralmente mais básicos (porteiros, cozinheiras, recepcionistas). Nos países em desenvolvimento a



população local costuma se beneficiar desses empregos, conseguindo, assim, ter um rendimento mais elevado do que se estivesse a trabalhar nos setores tradicionais, como a agricultura. Pelo fato de empregar pessoas locais, o turismo permite travar um pouco o êxodo dos que partem para as grandes cidades para encontrar trabalho e melhores condições de vida. É de notar que os empregos mais classificados e especializados costumam ser ocupados por pessoas de outras regiões trazidas pelos grandes grupos turísticos ou pelas multinacionais.

O crescimento do turismo e o aumento da concorrência nos destinos turísticos fazem com que a qualidade seja um fator de distinção, originando a necessidade de formar profissionais do turismo, desde os trabalhos menos qualificados até os que requerem maior qualificação (Lickorish e Jenkins, 2000, p. 100). Há, assim, um aumento de escolas hoteleiras e de cursos de formação para profissionais do turismo numa expectativa de poder continuar a empregar a população local, oferecendo um serviço diferenciado.

O ecoturismo é promovido para estimular o desenvolvimento de destinos com carências econômicas. Porém, devem ser avaliados os efeitos econômicos nas sociedades receptoras. Um dos pontos é o cuidado com a destinação dos ganhos com essa atividade. Em vários casos as populações e os negócios locais pouco recebem dos ganhos do turismo. A maior parte dos lucros é recolhida pelas empresas não locais, agências de viagem, promotores e governos. Na maior parte dos pacotes turísticos, segundo o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), cerca de 80% das despesas dos turistas revertem para as linhas aéreas, os hotéis e outras companhias nacionais e internacionais, que têm geralmente as sedes nos países emissores de turistas.

Outro aspecto negativo é que, para poder atrair e satisfazer as necessidades dos turistas, muitas vezes são efetuadas aquisições de equipamentos, alimentos e outros produtos que não são produzidos ou comercializados no país ou localidade receptora. O peso das importações acaba por ser maior nos países em desenvolvimento e áreas afastadas dos grandes centros, porque os respectivos setores produtivos não têm capacidade para fornecer os bens e serviços de que os turistas necessitam. As despesas efetuadas pelos turistas vão servir para cobrir

estes gastos com as importações, acabando por sobrar muito pouco para ser distribuído em nível local.

Diante disso, deve-se atentar para esses impactos negativos, para que, o turismo sustentável apresente-se, de fato, como alternativa econômica para o desenvolvimento da região e da população local e vetor para a proteção e conservação dos recursos naturais, culturais e históricos.

### **1.3 Desenvolvimento Local Sustentável para o (Eco)Turismo**

O Ecoturismo é um campo de investimentos em afinidade com o propósito do Desenvolvimento Local Sustentável, que é uma nova forma de encarar o desenvolvimento, preocupando-se com a inclusão social, as gerações futuras e o meio ambiente. Trata-se de um princípio aparentemente simples que se popularizou de tal modo que, hoje, existem inúmeras interpretações a seu respeito; o que, no entanto, não desfaz sua importância de reformular a própria idéia de desenvolvimento. Este conceito propõe a integração da comunidade local com atividades que possam promover a conservação e o uso responsável dos recursos naturais e culturais.

Mesmo com tantas interpretações, todas estão preocupadas em se pautar pelos princípios básicos enunciados pela Comissão de Brundtland em 1987, que o define como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades”. Há a intenção de promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza.

#### 1.4 Planejamento do Ecoturismo à luz do Desenvolvimento Local Sustentável

O planejamento pode ser definido como um processo ordenado e sistemático de decisão que antecipa o futuro e define ações que viabilizam objetivos que se pretende alcançar. Buarque (1990 apud SAMPAIO, 2003), incorpora e combina uma dimensão política e uma dimensão técnica ao planejamento. As ações, no entanto, devem ser planejadas como instrumentos para aproximar duas dimensões – o plano teórico e o plano prático; uma espécie de *práxis* para reduzir o espaço que os separa, a fim de que se reduza a segregação socioeconômica.

Entretanto para que se alcance o desenvolvimento sustentável é necessário haver participação dos agentes sociais em conjunto (governo, setor privado/empresas, sociedade civil organizada e a população), para que este seja equitativo e atenda às necessidades coletivas, comuns a qualquer população, o planejamento deve ser participativo.

Nesse sentido, antes de implementar o ecoturismo, é necessário indagar se a população local está disposta a se envolver, direta ou indiretamente, com esta atividade. Indiretamente porque deve haver uma abertura inicial da população para receber pessoas estranhas e com hábitos diferentes. O diálogo permanente com a população, o esclarecimento e a informação constante, o incentivo ao seu envolvimento com estas atividades e participação no Conselho Municipal de Turismo são exemplos de ações que podem ajudar os moradores a descobrir as oportunidades que se abrem com a implantação do turismo. O reverso é igualmente preponderante: certificar-se de que as instituições do turismo estão efetivamente aptas a integrar suas ações com as representações locais.

A participação passa a ser considerada condição essencial não só para formulação de políticas mais equitativas e democráticas, mas também para a própria eficácia, eficiência e efetividade do planejamento.

Quando se pensa no ecoturismo ao par com o desenvolvimento local sustentável, foca-se na localidade como palco para prática de ações que implementem o desenvolvimento local e de que forma os atores sociais, as

organizações e grupos locais situados na esfera pública ou privada devem atuar e planejar os meios de realizar tais ações.

A participação redireciona o desenvolvimento, independente da oscilação da personalidade do governante, seguindo uma linha contínua, definida pelas necessidades básicas da população, tornando, assim, legítimo o desenvolvimento.

O turismo sustentável ou ecoturismo é o resultado almejado na busca do equilíbrio ambiental, da justiça social e da viabilidade econômica, nos processos que compõem o turismo como indústria. Isto, na perspectiva de que o turismo contribui para garantir a atual e as próximas gerações, bem como a manutenção ou a melhoria destes aspectos.

Segundo Magalhães (2002, p. 59-65), os princípios abaixo são ideais filosóficos que norteiam o funcionamento dos negócios do mercado de turismo sustentável e suas inter-relações com o os sistemas social e ambiental diretamente envolvidos:

- Respeito à Legislação Vigente

O turismo deve respeitar a legislação vigente, em todos os níveis, no país e as convenções internacionais de que o país é signatário.

- Garantir os Direitos das Populações Locais

O turismo deve buscar e promover mecanismos e ações de responsabilidade social, ambiental e de equidade econômica, mantendo ou ampliando, a médio e longo prazo, o respeito e a defesa dos direitos humanos e de uso da terra, inclusive a dignidade dos trabalhadores e comunidades envolvidas.

- Conservar o Ambiente Natural e sua Biodiversidade

Em todas as fases de implantação e operação, o turismo deve adotar práticas de mínimo impacto sobre o ambiente natural, monitorando e mitigando efetivamente os impactos, de forma a contribuir para a manutenção das dinâmicas e processos naturais em seus aspectos paisagísticos, físicos e biológicos, considerando o contexto social e econômico existente.

- Considerar o Patrimônio Cultural e Valores Locais

O turismo deve reconhecer e respeitar o patrimônio histórico-cultural das regiões e localidades receptoras e ser planejado, implementado e gerenciado em harmonia às tradições e valores culturais, colaborando para seu desenvolvimento.

- Estimular o Desenvolvimento Social e Econômico dos Destinos Turísticos

O turismo deve contribuir para o fortalecimento das economias locais, a qualificação das pessoas, a geração crescente de trabalho, emprego e renda, e o fomento da capacidade local de desenvolver empreendimentos turísticos.

- Garantir a Qualidade dos Produtos, Processos e Atitudes

O turismo deve avaliar e atender às expectativas do turista, estabelecendo, documentando, divulgando e reconhecendo padrões de higiene, segurança, informação, educação ambiental e atendimento.

- Estabelecer o Planejamento e a Gestão Responsáveis

O turismo deve estabelecer procedimentos éticos na gestão de negócios, visando engajar a responsabilidade social, econômica e ambiental de todos os integrantes da atividade, incrementando o comprometimento do seu pessoal, fornecedores e turistas com a sustentabilidade dos destinos e do próprio negócio desde a elaboração de sua missão, objetivos, estratégias, metas, planos e processos de gestão, de forma documentada.

Depois de conhecidos os Princípios para o Turismo Sustentável, cabe às autoridades, membros do “trade” turístico (operadoras, agências, proprietários de hotéis e outros empresários do turismo) e aos próprios turistas, respeitarem essas regras e, conseqüentemente, contribuir com a conservação do meio ambiente.

## **1.5 Educação Ambiental e Ecoturismo**

Antes da Revolução industrial, não havia preocupações com as questões relacionadas ao ambiente. Havia recursos naturais em abundância, novos empregos antes inexistentes eram gerados, o progresso surgia, trazendo esperanças de uma vida melhor e temas como poluição e aquecimento global, nem ao menos mereciam discussões a respeito.

No entanto, os anos se passaram e a utilização irresponsável dos recursos naturais aliados ao super crescimento da população mundial e a quantidade e tipos de impactos ambientais ocasionados pela ação humana no decorrer do tempo fizeram com que as problemáticas ambientais, que antes não eram levadas em consideração, hoje sejam estratégicas e urgentes.

Com alguns sinais de alerta vindos da natureza em resposta aos danos causados no ambiente pelo homem, este, enfim, começa a entender que faz parte da teia da vida e não é impossível transformar a natureza a seu bel-prazer sem se prejudicar direta ou indiretamente. Nesse quadro surge a Educação Ambiental, que se apresenta como um dos instrumentos que pretendem contribuir na formação de cidadãos críticos em relação a sua realidade.

Desde o “nascimento” da Educação Ambiental até os tempos atuais, muitos foram aqueles que tentaram defini-la. Algumas definições são citadas a seguir:

A Educação Ambiental é um processo que consiste em reconhecer valores e em aclarar conceitos, com o objetivo de fomentar aptidões e atitudes necessárias para compreender e apreciar as inter-relações entre o homem, sua cultura e seu meio biofísico. Ela compreende também a prática na tomada de decisões e na elaboração de um código de comportamentos acerca das questões relacionadas com a qualidade do meio ambiente. (Reunião Internacional sobre Educação Ambiental da IUCN – União Internacional para Conservação da Natureza, Paris, 1970).

A Educação Ambiental é um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir – individual e coletivamente – e a resolver problemas ambientais presentes e futuros (Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal & Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Brasília, 1993).

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Lei nº 7.925, de 27 de abril de 1999, Art. 1º).

Educação Ambiental é percebida como um grande consenso e uma proposta comum, por pessoas e/ou segmentos sociais que vivenciam condições diferenciadas de vida, bem como diferentes visões de mundo (GUIMARÃES, 2000).

Um dos momentos mais importantes da Educação Ambiental aconteceu no ano de 1972, na Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo (Suécia), quando o Processo de Educação Ambiental foi

citado e reconhecido como elemento fundamental para o combate à crise ambiental do mundo.

Outras conferências e encontros ocorreram a partir daí, em diversos países, acentuando cada vez mais a importância da Educação Ambiental nas questões relacionadas com a preservação ambiental. Dentre esses, a Conferência de Tbilisi, o Congresso Internacional em Educação e Formação Ambientais, etc.

No Brasil a Educação Ambiental consolidou-se perante a sociedade na ECO 92. Daí em diante, a expressão “Educação Ambiental” foi massificada, ainda que o seu verdadeiro significado permaneça confuso na cabeça de algumas pessoas que, em pleno século XXI, ainda ignoram o seu caráter multidisciplinar e a necessidade de fazê-la sempre presente em todos os segmentos da sociedade.

Quando associada às atividades propostas pelo ecoturismo, segmento do turismo que vem demonstrando um crescimento significativo, tanto pelas investidoras do setor, quanto pelos praticantes, configura-se um dos elementos primordiais para o estabelecimento de um novo quadro ambiental.

O princípio básico da EA é a atenção com o meio natural e artificial, considerando fatores ecológicos, políticos, sociais, culturais e estéticos. E tem por principais objetivos:

- a) tornar os indivíduos e grupos conscientes e sensíveis em relação ao meio ambiente e aos problemas ambientais;
- b) proporcionar conhecimentos sobre o meio ambiente, principalmente quanto às influências do ser humano e de suas atividades;
- c) promover valores e sentimentos que motivem as pessoas e os grupos a se tornarem participantes ativos na defesa do meio ambiente e na busca de soluções para os problemas ambientais;
- d) proporcionar as habilidades que uma participação ativa requer;
- e) proporcionar condições para avaliar as medidas tomadas em relação ao meio ambiente e aos programas de educação ambiental;
- f) promover o senso de responsabilidade e de urgência com respeito às questões ambientais que estimulem as ações voltadas para resolvê-las (UNESCOPNUMA, 1975, apud BARBERI, 2004, p. 7).

Para se atingir os propósitos da educação ambiental - EA é necessário que ela seja contínua, multidisciplinar; integrada com as diferenças regionais, voltada para interesses nacionais e centrada no questionamento sobre o tipo de desenvolvimento. Tenha como meta prioritária a formação nos indivíduos de uma consciência coletiva, capaz de discernir a importância ambiental na preservação da espécie humana e, sobretudo, estimule um comportamento cooperativo nas diferentes relações inter e intra nações (GUIMARÃES, 1996, p. 95).



## **2. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O TURISMO: HISTÓRICO E NOVAS PERSPECTIVAS PARA O INTERIOR NORDESTINO**

No capítulo anterior foram abordadas algumas considerações teóricas a respeito do Ecoturismo, contemplando alguns conceitos e pressupostos, a relação entre a atividade com outras modalidades de turismo e com o desenvolvimento sustentável, no qual deve estar baseada sua implantação, sua origem. Conceitos-chave que servem de parâmetros para a análise crítica de investimentos atuais em turismo no contexto empírico particular das potencialidades do município de Buíque, com destaque para o Parque Nacional do Catimbau, análise esta que será realizada no capítulo três.

Antes disso, é importante entender como as iniciativas no campo do turismo no contexto desse município colocam-se no escopo geral de políticas públicas, em especial como desdobramento atual de políticas regionais direcionadas ao interior do Estado de Pernambuco. Afinal, o turismo é reconhecidamente uma das atividades sócio-econômicas mais importantes da atualidade e tem sido considerado por governos e comunidades como uma ótima, e às vezes única, alternativa para o desenvolvimento local.

Para que ocorra promoção do segmento em uma determinada região, são necessários, basicamente, dois elementos: O atrativo em si, que é o que o turista procura, e uma destinação aceitável que contenha ao menos uma base receptiva mínima para recebê-los.

Segundo Serson (1999, p. 30):

Não é eficiente alavancar o potencial do turismo sem considerar a necessidade de melhorar a qualidade de vida das cidades e regiões. Torna-se cada vez mais claro que o modo de vida das comunidades, suas atitudes e ações, bem como suas formas de atuação, são elementos que provocam atração ou afastamentos dos contingentes turísticos.

E ainda, segundo Morato (2003, p. 72):

No que diz respeito ao papel dos atores envolvidos na atividade turística, o setor público tem papel primordial e suas principais funções têm sido formular política para o fomento e aprovar estratégias para seu desenvolvimento. Além das funções básicas de regular, fiscalizar e orquestrar, a política intervém na área fiscal e financeira, objetivando o desenvolvimento da infraestrutura e de outras aplicações, bem como deve estabelecer as condições favoráveis para a operação do setor privado, promover o turismo interno e externo, elaborar pesquisa estatística e informações necessárias ao desenvolvimento do turismo.

Diante disso, percebe-se que a participação efetiva do poder público é de fundamental importância para que o desenvolvimento turístico, independentemente do segmento, ocorra, e que soluções e alternativas sejam propostas à população envolvida. Relatado também pela Organização Mundial do Turismo - OMT (1988 apud Kinker, 2005, p. 80), da seguinte forma:

No final da década de 80, a OMT – Organização Mundial do Turismo – já definia o segmento da seguinte forma: ‘O turismo é um dos mais importantes fenômenos deste século [Século XX], como atividade econômica, social, cultural e política’. O Estado não pode se manter indiferente a essa realidade.

Portanto, por ser o setor turístico um fenômeno constituído por inúmeros setores (hospedagem, transportes, atrativos turísticos e infraestrutura), provido por diversos atores e, tendo muitos dos serviços e facilidades utilizadas pelos turistas supridos pelo setor privado, o setor público, em todos os níveis (nacional, estadual e local), também se envolve no turismo, de maneiras diferentes (planejando, provendo infraestrutura e realimentando a economia) e por razões diversas (econômica, social/cultural, ambiental e política); por isso a sua grande importância para a promoção do desenvolvimento do setor.

Hoje, percebe-se que o Estado está redefinindo o seu papel perante a o turismo, valendo lembrar que isso não pode restringir-se apenas a equipamentos e serviços turísticos; é cada vez mais evidente que o Estado deve exercer um papel central na fixação de critérios de desenvolvimento e na coordenação das atuações dos agentes privados que nele interagem.

## 2.1 Histórico Político do Turismo no Brasil

Apesar de se ter os anos 60 como marco da criação da CNTur/Conselho Nacional de Turismo, do Fundo Geral do Turismo - FUNGETUR e da Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, tidos como os primeiros órgãos e instrumentos de regulamentação do turismo no Brasil, as iniciativas governamentais em prol da atividade turística e do desenvolvimento das políticas públicas de turismo remontam os anos 30.

Foi a Revolução de 30 e as rupturas que a ela se sucederam que fizeram com que o estado passasse a ter interferência direta na economia do País (Cruz, 2001, p. 43). Nesse contexto foram criados o Conselho Federal de Comércio Exterior e o primeiro organismo oficial de turismo do País, a Divisão de Turismo, vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda, diretamente ligado à Presidência da República e que, na prática, tinha por atribuição fiscalizar as agências de viagens. Iniciava-se, portanto, o controle da economia pelo Estado. E à medida que a atividade turística mostrava-se uma fonte constante de renda e empregos, o controle sobre a atividade também crescia.

A primeira menção legal da atividade turística no Brasil, segundo Ferraz (2005, p. 30), deu-se da seguinte forma:

É através do Decreto-Lei de nº 406 de 04 de maio de 1938, que dizia respeito à venda de passagens e cujo artigo 59 dispunha: 'As vendas de passagens para viagens aéreas, marítimas e terrestres só poderão ser efetuadas pelas respectivas companhias, amadores, agentes, consignatários e pelas agências autorizadas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio na forma da lei'.

Este Decreto-Lei é regulamentado pelo Decreto 3.010, de 20 de agosto de 1938, que dispõe sobre a regulamentação e funcionamento das agências de vendas de passagens e das agências de turismo.

Segundo Paiva (apud Beni, 2003, p. 30):

A primeira experiência de uma gestão profissional, técnica, do turismo no território nacional, possui como marco a criação da Companhia Brasileira do Turismo – COMBRATUR, em 1958, seguindo-se, alguns anos depois, em 1966, a criação do Sistema Nacional de Turismo, Decreto-Lei de nº 55, de 18 de novembro.

Ainda, segundo Cruz (2001, p. 46), a criação da COMBRATUR, que tinha composição colegiada com a participação empresarial mais ligada à Presidência da República, imprime um marco à história das políticas públicas do turismo no Brasil. Suas atribuições explícitas o Decreto que as instituía dizia: a COMBRATUR terá por finalidade coordenar, planejar e supervisionar a execução da política Nacional do Turismo, com o objetivo de facilitar o crescente aproveitamento das possibilidades do país, no que respeita ao turismo interno e internacional.

Várias ações viáveis fizeram parte do elenco das atribuições da COMBRATUR, entre elas o especial interesse pela melhoria da infraestrutura, priorizando-se os meios de hospedagem, a perspectiva de trabalho junto aos municípios, justificadas pela dimensão do país, e, por último, a preocupação com o patrimônio natural.

Apesar de bem elaborada, sua política pública jamais foi posta em prática, acabando por ser extinta no ano de 1962.

Foram muitas as mudanças decorrentes desta tentativa de se estabelecer uma política de turismo e a passagem das temáticas do turismo se sucederam governo a governo e muitos foram os órgãos criados e extintos no período de 1962 a 1990. Embora tenha ocorrido no período a criação da EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo, através do Decreto-Lei nº 55, em 18 de novembro de 1966, na época uma empresa estatal que tinha por objetivo principal o fomento da atividade turística, criando condições para a geração de emprego, renda e desenvolvimento em todo o país, e, no ano seguinte, 1967, o Decreto-Lei de nº 60.224, de 16 de fevereiro, que estabelecia claramente o conceito de Política Nacional de Turismo, ela só veio a tornar-se realidade no país após 1990, conforme cita Albam (2004):

Em outras palavras, pode se dizer que em meados dos anos noventa, o turismo passou a ser entendido por todos como uma rota natural e fácil para o rápido e equilibrado desenvolvimento sustentável no país. Assim, se por um lado, nas reformas empreendidas, o governo deixava de atuar diretamente na expansão da rede hoteleira e de equipamentos, por outro ele passa a potencializar ativamente essa expansão, garantindo o financiamento estatal e implantando e expandindo a infra-estrutura de transportes, energia e apoio urbano. Paralelamente, e sempre com o apoio dos organismos internacionais, o governo atuará também na recuperação de vários sítios e centros históricos, bem como na implantação de inúmeros equipamentos culturais.

A criação da EMBRATUR e do CNTur foi de suma importância para a ordenação das iniciativas de planejamento e política de turismo no Brasil. Em 1991, a EMBRATUR foi transformada em autarquia e passou a receber antigas atribuições da extinta CNTur, representando os papéis dela própria e de todos os órgãos e conselhos antes responsáveis pelos destinos do turismo no país.

Segundo Castilho, (1999, p. 33): “Em 1992, a EMBRATUR implanta o Plano Nacional de Turismo/PLANTUR, o principal instrumento da Política Nacional do Turismo”. Foi com esse surgimento que se buscou disciplinar o turismo no setor público e privado, seguindo os ditames do modelo econômico neoliberal e demais tendências vindas de outros países subordinados ao Fundo Monetário Internacional - FMI, em que se apontava o turismo como a solução dos problemas econômicos que assolavam o país. A partir daí, aos objetivos da Política Nacional de Turismo, antes voltados apenas para o lado econômico da atividade, foram agregados outros de cunho social, como democratização do acesso ao turismo nacional e redução das disparidades econômicas regionais através da oferta de empregos e melhor distribuição de renda.

Nesse contexto, em 1995, elabora-se o PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo, que tinha por objetivo permitir a expansão da atividade turística de forma planejada e sistêmica, a partir da definição de macro estratégias de atuação previamente definidas, com o claro sentido de integrar a mão-de-obra local nesse processo de desenvolvimento, aumentando, por fim, a participação do turismo na economia. Inicialmente, teve a área de atuação limitada para as áreas onde atuava a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, ou seja, o Estado de Minas Gerais e demais Estados Nordestinos.

O Programa foi dividido em duas etapas. A primeira, o PRODETUR/NE I, que contemplou um montante de investimentos de US\$ 670 milhões, resultado da parceria entre o Banco do Nordeste Brasileiro - BNB e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, e promoveu significativas melhorias na infraestrutura turística da região. No total, o PRODETUR/NE I financiou cerca de 380 projetos. No exercício de 2003 ocorreram desembolsos da ordem de US\$ 8,001 mil (BNB, 2008)

A segunda etapa do programa, o PRODETUR/NE II, teve como objetivo consolidar, completar e complementar todas as ações necessárias para tornar o turismo sustentável nos Pólos onde houve investimentos do PRODETUR/NE I, em benefício da população local, antes de sua expansão a novas áreas, conforme figura abaixo:



Figura 2: Pólos de Desenvolvimento Integrado de Turismo.

Fonte: [www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/visao/docs/visao\\_geral.pdf](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/visao/docs/visao_geral.pdf)

Para consecução desse objetivo, foram introduzidos novos conceitos e mecanismos ao PRODETUR/NE II, tais como: polos de turismo; processo de

planejamento setorial integrado e participativo; fortalecimento da capacidade municipal de planejamento e de gerenciamento ambiental, administrativo e fiscal.

Embora tenha sido um programa muito importante, percebe-se a grande concentração de investimentos e projetos nas áreas litorâneas.

Ainda assim, para o Estado de Pernambuco, a PRODETUR teve sua relevância, mesmo percebendo-se que só veio de fato a se fortalecer nos últimos anos, com investimento de cerca de R\$ 300 milhões desde 2003, distribuídos em ações de infraestrutura, qualificação dos serviços e promoção dos destinos, incluindo os recursos do próprio programa.

Essa percepção foi relatada pelo secretário de Turismo de Pernambuco, Sívio Costa Filho<sup>2</sup> da seguinte forma:

Tínhamos perdido espaço, investimentos, imagem no mercado e, sobretudo, turistas. Nossa primeira missão foi entregar à sociedade o Planejamento Estratégico, que publicamos no dia 10 de janeiro de 2008. O documento foi elaborado com a participação de toda a sociedade, num processo democrático e aberto. Daí por diante foi arregaçar as mangas e começar a trabalhar. Aceleramos as obras do Prodetur II, que há anos existia apenas no papel.

Com essa iniciativa de tirar a Prodetur II do papel, em 2007 e 2008 o Governo do Estado teve sua carta de intenções aprovada pela Comissão de Financiamentos Externos (CofiEx) do Ministério do Planejamento e garantiu US\$ 125 milhões do Prodetur Nacional que foi iniciado em 2009 e se estenderá pelos próximos quatro anos. Com a versão nacional do Programa, além do litoral pernambucano estão contempladas no projeto as regiões do Agreste e Vale do São Francisco, conforme complementa o Secretário de Turismo de Pernambuco, Sívio Costa Filho:

Ao invés de apostar todas as fichas no sol e mar, decidimos mostrar ao Brasil e ao mundo o nosso imenso potencial cultural. Estamos explorando também o interior, afinal Pernambuco tem bem mais do que belas praias.

---

<sup>2</sup> Relatório de Atividades 2008, Secretaria do Turismo de Pernambuco, p. 11.

Um ano antes da PRODETUR e também fazendo parte do novo conceito elaborado pelo Plano Nacional do Turismo, surgiu o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT.

Criado em agosto de 1994, pela portaria nº 130, do antigo Ministério da Indústria Comercio e Turismo - MICT, como um programa de gestão do turismo que visava à conscientização, à sensibilização, ao estímulo e à capacitação dos vários monitores municipais, para despertarem e reconhecerem a importância e a dimensão do turismo como gerador de emprego e renda, conciliando o crescimento econômico com a preservação e a manutenção dos patrimônios ambiental, histórico e cultural, e tendo como resultado a participação e a gestão da comunidade no Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável. Segundo Bezerra e Carvalho (1999, p. 65):

O PNMT se constituiu, na época, num dos principais programas da Política Nacional de Turismo, sendo um referencial do, então, Ministério do Esporte e Turismo junto à OMT, que o agraciou no ano de 1999 como um dos dez programas de sucesso na área de turismo.

O modelo de gestão da atividade turística defendia que o turismo só existiria na cidade, de maneira planejada e eficiente, se as soluções e os caminhos percorridos fossem encontrados por seus moradores. Isto porque a indústria do turismo sabe que não há produto sem serviço. Ou seja, não há, portanto, natureza, por mais admirável que seja, capaz de atrair visitantes se não existirem trilhas de acesso, sinalização, guia e hospedagem. E ninguém sabe melhor como garantir esses serviços do que os moradores de cada cidade, porque são eles quem efetivamente conhecem o local onde vivem.

Com essa proposta, o programa conseguiu articular várias parcerias e convênios (ONGs, Universidades, associações comunitárias, órgãos da administração pública direta e indireta, empresas, fundações), nos mais variados setores e em todos os níveis (nacional, regional e local).

Mesmo tendo sido finalizado como programa em 2002, os oito anos de sua vivência foram de fundamental importância para a descentralização da atividade turística, bem como o seu objetivo foi um prosseguimento do trabalho da



EMBRATUR de sistematização do potencial turístico municipal. Os municípios já vinham sendo cadastrados, consecutivamente, através do RINTUR (Roteiro de informações básicas para identificação de município prioritário para o desenvolvimento do turismo).

Das informações contidas no relatório intitulado como “Retratos de uma Caminhada: PNMT 8 anos, Gerência e Estratégias” que apresentava uma espécie de balanço, demonstrando os resultados alcançados no período (Tab.1).

Tabela 1: Relatório “Retratos de uma caminhada”

MUNICÍPIOS	NORTE	NORDESTE	CENTRO OESTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
NO BRASIL	449	1787	446	1666	1159	5507
COM VOCAÇÃO TURÍSTICA	123	354	178	481	393	1529
COM VOCAÇÃO TURÍSTICA	27	20	40	29	34	28

Fonte: Embratur. Retratos de uma Caminhada: PNMT 8 anos. Brasília: Embratur, apud Souza, Jorge Luís, 2004.

Na tabela acima, percebe-se que o nordeste fica em último lugar com relação às demais regiões no que se refere aos municípios com vocação turística. Uma das justificativas cabíveis é que, mesmo com toda sua beleza e riquezas naturais, fatores como seca, o difícil acesso e a carência de infraestrutura de algumas cidades contribuíram para esse resultado.

No Estado de Pernambuco, já em 1989, obedecendo à metodologia proposta pela Organização dos Estados Americanos – OEA, o Governo do Estado, através da Empresa de Turismo de Pernambuco S/A – EMPETUR, em parceria com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, dava início à pesquisa do inventário da Oferta Turística do Estado.

Esse trabalho identificava, pela primeira vez, de modo sistêmico, o conjunto de atrativos, equipamentos e serviços e infraestrutura de apoio turístico de 26

municípios pernambucanos. Foi um trabalho pioneiro na região, com significativa repercussão sobre o desenvolvimento e implementação das políticas estaduais voltadas para o turismo.

No caso do município de Buíque, já em 1997, época do levantamento, suas potencialidades voltadas para a atividade turística já haviam sido reconhecidas conforme relatório EMBRATUR (2002) entre os municípios do Estado de Pernambuco demonstrados na tabela 2 abaixo:

Tabela 2: Relatório EMBRATUR 2002.

MUNICÍPIOS TURÍSTICOS (MT)	MUNICÍPIOS COM POTENCIAL TURÍSTICO (MPT)
Bezerros, Brejo da Madre de Deus, Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, Catende, Escada, Exu, Fernando de Noronha, Garanhuns, Goiana, Gravatá, Igarassu, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Panelas, Paulista, Pesqueira, Recife, São José da Coroa Grande, Vitória de Santo Antão.	Afogados da Ingazeira, Água Preta, Amaraji, Arcoverde, Belém de Maria, Bom Jardim, Brejão, <b>Buíque</b> , Cabrobó, Camocim de São Felix, Carpina, Chã Grande, Floresta, Glória do Goitá, Lagoa Grande, Limoeiro, Moreno, Nazaré da Mata, Passira, Petrolândia, Poção, Primaveira, Quipapá, Salgadinho, Saloá, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Cruz do Capibaribe, São Benedito do Sul, São Bento do Una, São Lourenço da Mata, Serra Talhada, Tacaratu, Tamandaré, Taquaritinga do Norte, Triunfo, Vicência.
<b>Total: 22</b>	<b>Total: 36</b>

Fonte: Embratur. Retratos de uma Caminhada: PNMT 8 anos. Brasília: Embratur.

Para o município, esse programa trouxe vários benefícios. Na época, além inventário turístico, favoreceu uma série de ações com relação ao turismo, entre as quais merecem destaque: a primeira capacitação dos condutores do turismo, capacitações com os gestores, a criação do museu e da casa da cultura. Foi mostrada também a importância do turismo sustentável (Fig.3).



Figura 3: Museu e Casa da Cultura

Autor: Roberval Ferreira, 2002.

Com a mudança de governo, o programa foi substituído pelo PRT - Programa de Regionalização do Turismo, conforme descreve Silva (2004, p. 11):

Final de mandato do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e início do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, o PNMT é colocado no arquivo morto. Em substituição a este, cria-se o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, que emana do Plano Nacional do Turismo 2003-2007, desenvolvido a partir do debate nacional com segmentos representativos da sociedade, de modo a impulsionar o desenvolvimento do setor com vistas à sustentabilidade.

Juntamente com a substituição do programa e a mudança de governo, surgia o Ministério do Turismo, atendendo a uma antiga reivindicação do setor.

O MTur veio com a missão de conceber o desenvolvimento do turismo como um agente de transformação, fonte de riqueza econômica e de desenvolvimento social, por meio da qualidade e competitividade dos produtos turísticos, da ampliação e melhoria da sua infraestrutura e da promoção comercial do produto turístico brasileiro no mercado nacional e internacional.

Como órgão de administração direta, o Ministério apresenta as condições necessárias para uma ação transversal de articulação com os demais ministérios,

com os governos estaduais e municipais, com o poder legislativo, com a Comissão Permanente de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados e a Comissão Permanente de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, com o setor empresarial e com a sociedade civil organizada, integrando as políticas públicas e a iniciativa privada. A estrutura do Ministério é composta por órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro (Fig.4), além dos seguintes órgãos finalísticos: Secretaria de Políticas de Turismo: compete-lhe formular, elaborar, avaliar e monitorar a Política Nacional do Turismo, de acordo com as diretrizes propostas pelo Conselho Nacional de Turismo, bem como articular as relações institucionais e internacionais necessárias para a condição dessa Política; Secretaria de Programas de Desenvolvimento do Turismo: compete-lhe realizar ações de estímulo às iniciativas públicas e privadas, de incentivos, de fomento, de promoção de investimentos em articulação com os Programas Regionais de Desenvolvimento/PRODETUR, bem como apoiar e promover a produção e comercialização de produtos associados ao turismo e a qualificação dos serviços; Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR: autarquia que tem como área de competência a promoção, divulgação e o apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos do país no exterior (MTur, 2007).

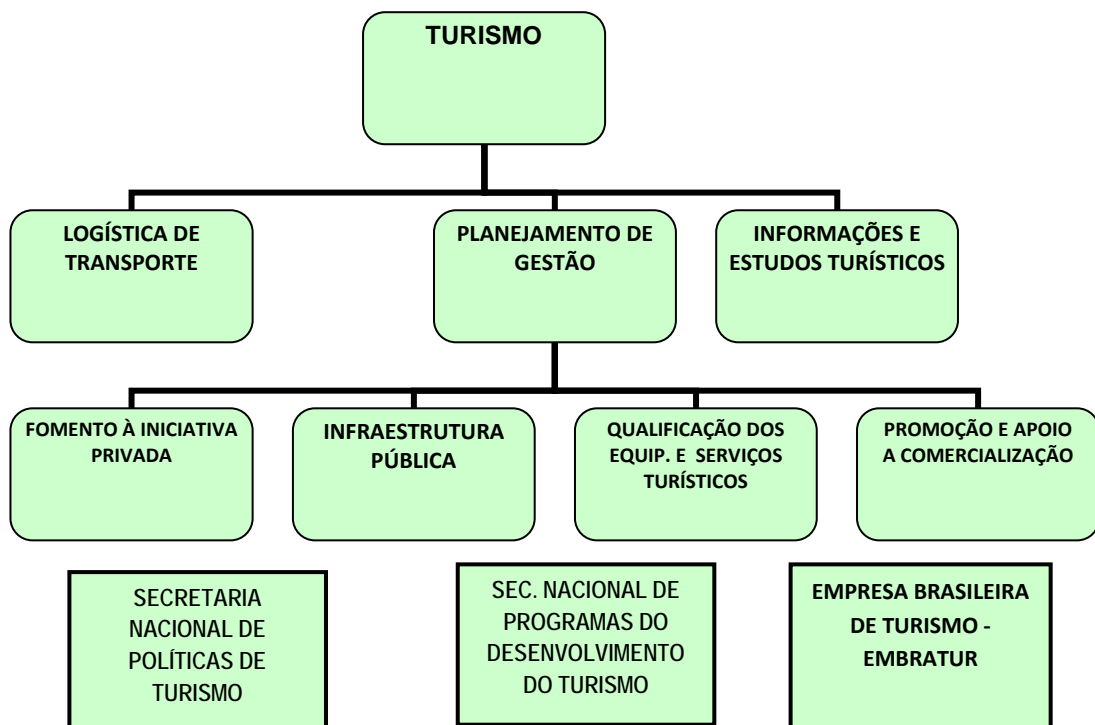


Figura 4: Gestão Descentralizada do Turismo

Para cumprir a função de articulação em todos os elos da cadeia de relacionamento, a gestão descentralizada (Fig.4) tem a sua ação complementada na ponta, pelas instâncias de representação regional do turismo e pelos municípios em que a atividade turística se realiza. Nesse sentido, os municípios são incentivados a criar os conselhos municipais de turismo e organizarem-se em instâncias de representação regional, pública e privada, possibilitando a criação de ambientes de discussão e reflexão adequados às respectivas escalas territoriais, complementando, assim, o sistema nacional de gestão do turismo. (MTur, 2007).

Mesmo não constando diretamente do organograma, mas com grande relevância, o Conselho Nacional do Turismo, órgão colegiado de assessoramento está diretamente vinculado ao Ministro do Turismo, que tem como atribuições propor diretrizes e oferecer subsídios técnicos para a formulação e acompanhamento da Política Nacional do Turismo. Esse Conselho é formado por representantes de outros Ministérios e Instituições Públicas que se relacionam com o turismo e com as entidades de caráter nacional, representativas dos segmentos turísticos. O Ministério tem por desafio conceber um novo modelo de gestão pública, descentralizada e participativa, atingindo em última instância o município em que efetivamente o turismo acontece.

Outras agências, como, o SEBRAE, o SENAC e o BNDES, têm se envolvido com o turismo no Brasil, para estimular, capacitar recursos humanos e financiar novos empreendimentos relacionados à atividade, em nível estadual e local.

No mesmo ano da formação do Ministério do Turismo, surgiu o PNT/ Plano Nacional do Turismo 2003–2007. Trata-se do planejamento estratégico para o turismo brasileiro, marcando a formalização das políticas públicas para o segmento no país, propondo-se a ser um elo entre os governos federal, estadual e municipal, além de órgãos não governamentais, iniciativa privada e a sociedade nas ações necessárias para o desenvolvimento da atividade turística (Tab.3).

Tabela 3: Programa de Gestão Descentralizada – Participação das Entidades Privadas / Instituições Públicas nos Fóruns / Conselhos Estaduais

LOCAL	PÚBLICAS		PRIVADAS		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	
Brasil	702	51,70	656	48,30	1.358
Nordeste	229	54,30	193	45,70	422
Pernambuco	13	37,10	22	62,90	35

Fonte: MTur, p. 22.

Seguindo a linha de uma gestão descentralizada, procura-se deter nos municípios onde a atividade de fato acontece, buscando a desconcentração de renda por meio da regionalização, interiorização e segmentação da atividade turística. Nessa nova gestão descentralizada, existem os Conselhos Municipais de Turismo, criados pelos Municípios, que se organizam para formar os Roteiros Integrados, o que constitui um dos macro-programas propostos pelo governo mas que nem sempre funcionam como deveriam.

Ele é o instrumento de planejamento do Ministério do Turismo que tem como finalidade explicitar o pensamento do governo e do setor produtivo e orientar as ações necessárias para consolidar o desenvolvimento do setor.

Entende-se o planejamento como um processo que consiste em determinar os objetivos de trabalho, ordenar os recursos materiais e humanos disponíveis, determinar os métodos e as técnicas aplicáveis, estabelecer as formas de organização e expor com precisão todas as especificações necessárias para que a conduta da pessoa ou do grupo de pessoas que atuarão na execução dos trabalhos seja racionalmente direcionada para alcançar os resultados pretendidos (ESTOL; ALBUQUERQUE apud RUSCHMANN, 1997).

Nesta primeira fase já se colocou de forma muito bem estruturada, apresentando pareceres do Presidente da República e do Ministro de Turismo, descrevendo os organismos responsáveis por gerir a atividade no país, fazendo um diagnóstico da atual realidade do setor, com os principais problemas responsáveis por travar o desenvolvimento, demonstra a visão, os objetivos gerais e específicos,

as Metas para 2003-2007, os Macro-Programas, além das entidades que contribuíram para as propostas do próprio plano.

Com a reeleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, o Plano foi renovado, ganhando uma nova versão para os próximos anos (2007-2010).

Intitulado Plano Nacional do Turismo – Uma Viagem de Inclusão – tem como principal desígnio a adoção do turismo como indutor do desenvolvimento e da geração de emprego e renda no país. Para a priorização da atividade, são alegadas as seguintes razões, que consideram o turismo como:

a) multiplicador do crescimento; b) intensivo em mão-de-obra, com impactos positivos na redução da violência no país; c) porta de entrada para os jovens com diferentes níveis de qualificação no mercado de trabalho; d) fator de fortalecimento da identidade do povo; e) contribuição para a paz ao integrar diferentes culturas (MTur, 2007).

Segundo o MTur (2007, p. 16-55), o PNT está estruturado a partir da sua visão e dos seus objetivos, dos quais derivam os Macro Programas, Programas e Ações. São eles:

Visão: o turismo no Brasil contemplará as diversidades regionais, configurando-se pela geração de produtos marcados pela brasilidade, proporcionando a expansão do mercado interno e a inserção efetiva do País no cenário turístico mundial. A criação de emprego e ocupação, a geração e distribuição de renda, a redução das desigualdades sociais e regionais, a promoção da igualdade de oportunidades, o respeito ao meio ambiente, a proteção ao patrimônio histórico e cultural e a geração de divisas que sinalizam o horizonte a ser alcançado pelas ações estratégicas indicadas.

Objetivos gerais: desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais; promover o turismo como um fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda e pela inclusão da atividade na pauta de consumo de todos os brasileiros; fomentar a competitividade do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional e atrair divisas para o País.

Objetivos específicos: garantir a continuidade e o fortalecimento da Política Nacional de Turismo e da gestão descentralizada; estruturar os destinos, diversificar

a oferta e dar qualidade ao produto turístico brasileiro; aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado nacional e internacional e proporcionar condições favoráveis ao investimento e à expansão da iniciativa privada; apoiar a recuperação e a adequação da infraestrutura e dos equipamentos nos destinos turísticos, garantindo a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais; ampliar e qualificar o mercado de trabalho nas diversas atividades que integram a cadeia produtiva do turismo; promover a ampliação e a diversificação do consumo do produto turístico no mercado nacional e no mercado internacional, incentivando o aumento da taxa de permanência e do gasto médio do turista; consolidar um sistema de informações turísticas que possibilite monitorar os impactos sociais, econômicos e ambientais da atividade, facilitando a tomada de decisões no setor e promovendo a utilização da tecnologia da informação como indutora de competitividade; desenvolver e implementar estratégias relacionadas à logística de transportes articulados, que viabilizem a integração de regiões e destinos turísticos e promovam a conexão soberana do país com o mundo.

Quanto às metas, quatro foram definidas para o setor: Meta 1: atingir 217 milhões de viagens no mercado interno; Meta 2: 1,7 milhão de novos empregos e ocupações; Meta 3: estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional; Meta 4: Gerar US\$ 7,7 bilhões em divisas.).

Existem também os Macros Programas que são desdobramentos temáticos que foram escolhidos pelo seu potencial de contribuição para atingir os compromissos estabelecidos nos OBJETIVOS e METAS para o turismo no período 2007–2010, bem como o resultado das contribuições de todas as entidades do setor ouvidas e manifestas.

Os Macro Programas para esse plano estão divididos em oito e são construídos por um conjunto de programas que visam, por seu intermédio, resolver os problemas e obstáculos que impedem o crescimento do Turismo no Brasil. São eles:

1. Macroprograma: Planejamento e Gestão – é a articulação de todos os outros macroprogramas, bem como dos diversos stakeholders envolvidos.
2. Macroprograma: Informação e Estudos Turísticos – refere-se à produção e gestão de informações nos diversos âmbitos, tanto para o embasamento de



decisões, como a produção de indicadores para a análise do setor e seus impactos socioeconômicos, culturais e ambientais.

3. Macroprograma: Logística de Transportes – o transporte é um fator importante na atividade turística, tanto pela característica de deslocamento, quanto pelas dimensões continentais do País, sendo um tema que exige foco específico.

4. Macroprograma: Regionalização do Turismo – a regionalização do turismo se constitui na base territorial do PNT. Envolve desde a gestão descentralizada ao ordenamento dos arranjos produtivos.

5. Macroprograma: Fomento à Iniciativa Privada – a atividade turística é executada pela iniciativa privada, o que requer a disponibilização de crédito compatível com os diversos perfis de negócios. Por outro lado, também deve ser contemplado o financiamento ao consumidor final para facilitar o incremento das viagens internas.

6. Macroprograma: Infra-estrutura Pública – os destinos turísticos requerem infraestrutura de apoio ao turismo que demandam recursos financeiros de grande valor, gerenciados por órgãos públicos não ligados ao turismo, o que exige ação intersetorial, a ser replicada nos estados e municípios, bem como a busca de parcerias público-privadas.

7. Macroprograma: Qualificação dos Equipamentos e Serviços turísticos – o padrão de qualidade desejado deve ter por base a satisfação dos consumidores e os pressupostos do turismo sustentável, o que implica capacitação e treinamento contínuo, bem como no mapeamento do mercado de trabalho em turismo.

8. Macroprograma: Promoção e Apoio à Comercialização - refere-se à promoção do turismo brasileiro tanto para o mercado interno como para o mercado externo, incluindo ações de marketing, de comunicação e divulgação (MTur, 2007, p. 59-79).

Além disso, o PNT 2007-2010 defende a função social do turismo por meio da inclusão social e adota como diretriz para o desenvolvimento do turismo no país, além da prática pautada pela ética nos moldes da OMT, visando priorizar o bem-estar social, considerando a proteção à criança e ao adolescente por meio da temática de turismo sustentável e infância, o turismo para jovens como fator de

fortalecimento da cidadania e o brasileiro como o principal beneficiado pelo desenvolvimento do turismo no país.

Nessa linha, o turismo é entendido como “uma importante ferramenta para o alcance dos ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, particularmente com relação à erradicação da extrema pobreza e da fome, à garantia de sustentabilidade ambiental e ao estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento”. (MTur, 2007, p. 15).

Nessa perspectiva, a Agenda 21 se mostra um poderoso instrumento para efetivar a inclusão e a participação social e promover o envolvimento da comunidade na solução de suas questões.

## **2.2 Regionalização do Turismo**

Em abril de 2004, o Ministério do Turismo lançou o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Segundo o Mtur (2007 p. 25), “O programa apresenta uma nova perspectiva para o turismo brasileiro por meio da gestão descentralizada, estruturada pelos princípios da flexibilidade, articulação e mobilização. Um dos objetivos do Programa de Regionalização é a desconcentração da oferta turística brasileira, localizada predominantemente no litoral, propiciando a interiorização da atividade e a inclusão de novos destinos nos roteiros comercializados no mercado interno e externo”.

Regionalizar o turismo é transformar a ação centrada na unidade municipal para uma política pública mobilizadora de planejamento e coordenação para o desenvolvimento turístico local, regional, estadual e nacional, de forma articulada e compartilhada. É, também, um esforço coordenado entre municípios, estados e países para ações de negociação, consenso, planejamento e organização social.

Refletindo o modelo de gestão descentralizada e participativa, coordenada e integrada, tendo como base uma política regional para o turismo, o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil – surgiu em substituição ao antigo PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo –, concentrando-se não apenas em cidades isoladas, mas em Polos Turísticos.

O programa busca o desenvolvimento regional através de uma gestão compartilhada, baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões, levando em conta as especificidades locais e situando os diversos atores sociais como sujeitos do planejamento turístico.

Esse programa procura voltar-se para o interior dos municípios do Brasil, apontando suas riquezas ambientais, culturais e patrimoniais, procurando criar uma gama de ofertas de produtos e serviços diversificados, qualificados e exigidos pela demanda nacional e internacional.

Partiu-se das informações contidas no documento do Mtur a respeito do PRT – Programa de Regionalização do Turismo (2008) para a elaboração das tabelas 4, 5 e 6, que representam a quantidade de roteiros, regiões e municípios contemplados. Esses roteiros foram desenvolvidos, por meio do esforço conjunto da área pública, privada e organismos não governamentais de todas as Unidades Federadas Brasileiras:

Tabela 4 – Distribuição dos Roteiros Turísticos no Brasil.

REGIÕES	NORTE	NORDESTE	CENTRO OESTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
CONTEMPLADAS	24	50	17	36	35	162
ROTEIROS SELECIONADOS	24	67	33	50	158	332*
MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS	74	276	52	263	251	916

Fonte: Mtur. Roteiros Turísticos Apresentados na feira de Roteiros do 3º Salão do Turismo – Roteiros do Brasil. MTur, 2008.

Verifica-se que, mesmo constando os 332 roteiros selecionados, existem mais cinco os quais envolvem, além de cidades já contempladas em outros roteiros, duas cidades do Peru, duas da Argentina e duas do Paraguai, totalizando 337 roteiros selecionados.

Dos roteiros elaborados, 81 foram destaque no 3º Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, realizado entre os dias 16 e 18 de junho de 2008, por estarem mais estruturados, no que se refere a serviços, equipamentos e atrativos (Tab.5 e 6).

Tabela 5 – Distribuição dos Roteiros Turísticos nos Estados da Região Nordeste.

ESTADO	REGIÕES CONTEMPLADAS	ROTEIROS SELECIONADOS	MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS
AL	3	3	21
BA	8	17	46
CE	8	8	48
MA	5	5	31
PB	6	5	21
PE	8	10	53
PI	4	3	11
RN	3	7	20
SE	5	9	25
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>67</b>	<b>276</b>

Fonte: Mtur. Roteiros Turísticos Apresentados na feira de Roteiros do 3º Salão do Turismo Roteiros do Brasil. MTur, 2008.

Tabela 6 – Distribuição dos Roteiros Turísticos no Estado de Pernambuco

REGIÃO	NOME DO ROTEIRO	MUNICÍPIOS INSERIDOS	SEGMENTO CONTEMPLADO
1. Litoral Norte	1. Rota Náutica Coroa do Avião	1. Recife 2. Paulista 3. Igarassu 4. Itapissuma 5. Itamaracá 6. Goiana	1. Turismo Cultural 2. Turismo Rural 3. Turismo de Sol e Praia
1. Agreste	2. Rota Luiz Gonzaga	1. Recife 2. Moreno 3. Gravatá 4. Bezerros 5. Bonito 6. Caruaru 7. Brejo da M. de Deus	1. Turismo Cultural 2. Turismo Rural 3. Turismo de Sol e Praia

Continua...

REGIÃO	NOME DO ROTEIRO	MUNICÍPIOS INSERIDOS	SEGMENTO CONTEMPLADO
1. Região Metropolitana 2. Litoral Sul	3. Rota da História e do Mar	1. Recife 2. Olinda 3. Jaboatão dos Guararapes 4. Cabo de Sto. Agostinho 5. Ipojuca 6. Fernando de Noronha	1. Turismo Cultural 2. Ecoturismo 3. Turismo de Sol e Praia
1. Mata Norte	4. Rota Engenhos e Maracatus	1. Recife 2. Camaragibe 3. Paudalho 4. Carpina 5. Lagoa do Carro 6. Tracunhaém 7. Nazaré da Mata 8. Vicência 9. Aliança 10. Itambé	1. Turismo Cultural 2. Turismo Rural 3. Turismo de Aventura
1. Mata Sul	5. Rota Águas da Mata Sul	1. Recife 2. Palmares 3. São Benedito do Sul 4. Quipapá	1. Turismo de Aventura 2. Ecoturismo 3. Turismo Cultural 4. Turismo Rural
1. Sertão do Pajeú	6. Rota do Cangaço e Lampião	1. Recife 2. Triunfo 3. Serra Talhada 4. S. Cruz da Baixa Verde 5. Afogados da Ingazeira 6. São José do Egito 7. São José do Belmonte.	1. Turismo Cultural 2. Turismo de Aventura 3. Turis. de Neg e Eventos
1. Sertão do São Francisco	7. Rota do Vinho (Vale do S. Francisco)	1. Recife 2. Petrolina 3. Lagoa Grande 4. Sta. Maria da Boa Vista	1. Turis. de Neg e Eventos 2. Turismo Náutico 3. Turismo Cultural 4. Turis. Técnico Científico

Continua...

REGIÃO	NOME DO ROTEIRO	MUNICÍPIOS INSERIDOS	SEGMENTO CONTEMPLADO
1. Agreste	8. Rota da Crença e da Arte	1. Recife 2. Belo Jardim 3. Pesqueira 4. Poção 5. Buíque 6. Arcoverde 7. Saloá 8. Garanhuns 9. Bom Conselho	1. Turismo Cultural 2. Ecoturismo 3. Turismo de Aventura 4. Turismo Rural
1. Agreste	9. Rota da Moda e Confecção	1. Recife 2. Toritama 3. Sta. Cruz do Capibaribe 4. Taquaritinga do Norte	1. Turis.de Neg e Eventos
1. Litoral Sul	10. Rota Costa dos Arrecifes	1. Recife 2. Sirinhaém 3. Rio Formoso 4. Tamandaré 5. Barreiros 6. São J. da Coroa Grande	1. Turismo de Sol e Praia 2. Turismo Náutico

Fonte: Mtur. Roteiros Turísticos Apresentados na feira de Roteiros do 3º Salão do Turismo – Roteiros do Brasil. MTur, 2008.

Destes roteiros (Tab.6), os três primeiros roteiros, grifados em verde, foram destaque entre os Roteiros Turísticos apresentados no 3º Salão do Turismo e que têm foco no mercado internacional.

Com a criação dessas rotas, buscam-se os seguintes objetivos: ampliar e qualificar o mercado de trabalho; dar qualidade ao produto turístico; diversificar a oferta turística; estruturar os destinos turísticos; ampliar o consumo turístico no mercado nacional; aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional; propiciar o aumento do consumo turístico no mercado nacional; aumentar o tempo de permanência e gasto médio do turista.

Diante do contexto geral do programa, mesmo o Brasil ainda estando longe de ocupar um lugar no cenário turístico mundial compatível com suas potencialidades e vocações, percebe-se a evolução do processo de desenvolvimento do turismo no País, que entendeu a importância da interiorização do turismo e usou a roteirização como forma de ampliar, diversificar e qualificar a

oferta turística brasileira, respeitando os princípios da cooperação e integração intersetorial.

### **2.3 Interiorização do Turismo no Nordeste e o Programa Pernambuco Conhece Pernambuco**

Segundo entrevista realizada com um dos representantes legais da Empresa Pernambucana de Turismo – EMPETUR, os levantamentos e investimentos a respeito dos municípios envolvidos no programa Pernambuco Conhece Pernambuco, se darão por conta da PRODETUR, cabendo apenas à EMPETUR a divulgação do programa e a realização de oficinas com o público diretamente envolvido na atividade. Essas oficinas são realizadas em parcerias com as prefeituras e o SEBRAE. Com relação à questão do Ecoturismo, foi informado que o programa contempla os mais variados tipos de turismo e, para cada tipo, são atribuídos as ferramentas e o cuidado necessário. Quando questionado a respeito do Parque Nacional do Catimbau - PARNA Catimbau, o entrevistado respondeu que as ações ainda estão em fase de planejamento, mas pretende-se ter algo mais específico, tendo em vista sua beleza e dimensão. Quanto aos investimentos em Educação Ambiental, informou que será contemplada nas oficinas que serão aplicadas e poderão existir outras ações, mas isto ainda está em fase de estudo<sup>3</sup>.

Nos últimos anos o turismo no nordeste vem crescendo em todos os sentidos – no fluxo de visitantes, na quantidade de equipamentos hoteleiros, nas opções de destinos e no volume de capital gerados pela atividade – apresentando-se como atividade de considerável potencial de desenvolvimento regional. A busca pelo contato com a natureza e a contemplação de diversas paisagens aparece como uma das principais motivações para a visita local, tendo os recursos naturais um papel significativo neste contexto.

---

<sup>3</sup> Entrevista por telefone em 27 de abril de 2009, Edvaldo Franciole, um dos coordenadores do projeto Pernambuco Conhece Pernambuco e Agente de Negócios da EMPETUR.

Segundo o economista Eduardo Gianete (1995), “a falência e a pobreza nordestinas podem ser combatidas com a vocação da região apontada como o turismo e a fruticultura”.

Mesmo sendo percebida uma mudança de visão por parte do setor público, nota-se que uma boa parte desse crescimento ainda está restrito às áreas litorâneas. Conforme Cruz (2001, p. 264), há alguns fatores geográficos representativos que influenciam diretamente na configuração do litoral nordestino como área vocacionada "para e pelo" turismo:

Todos os estados que compõem a Região Nordeste são litorâneos e, somadas as extensões de costa de cada um deles, tem-se, aproximadamente, 3.300km (o que corresponde a quase 50% do litoral brasileiro, que possui, em linha reta, cerca de 7.000km de extensão).

O autor complementa ainda que, com exceção do Piauí, todos os Estados nordestinos têm capitais litorâneas. Aspecto que possibilita o turismo de lazer nos centros urbanos. Essa característica contribuiu por muito tempo para a concentração dos fluxos turísticos nas capitais dos Estados, o que acarretou em alguns casos o reduzido número de visitantes nas cidades interioranas.

No entanto, esse cenário, aos poucos, vem tomando outras dimensões. Um aspecto relevante que vem sendo percebido é a reorientação que vem se estabelecendo na construção simbólica do "Nordeste Turístico" – que por muito tempo esteve concentrado no dueto "sol e praia" e que agora parte para outros ecossistemas, paisagens e roteiros distantes do litoral. Os governos estão promovendo atrativos naturais como matas, serras, cachoeiras, dunas e rios que evidenciam essa mudança de paradigma.

O processo de inserção do interior nordestino na divulgação turística teve influência inicial do PMNT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo – e, como foi visto no início do capítulo, vem tomando proporções cada vez mais significativas por parte do poder público.

Esse incentivo surge como um novo modelo para a promoção do turismo no interior do nordestino, um território que por tantas décadas figurou como sinônimo de fome, miséria e desnutrição. Hoje vem sendo redescoberto pelo turismo alternativo não só pelos aspectos geográficos, de fauna e flora, mas também pela singularidade



paisagística, pela ordenação do espaço e pelo modo de vida existente. Trata-se do processo de inserção deste espaço na atividade turística – que por muito tempo deixou de levar em consideração suas especificidades e que hoje vem permitindo descortinar um Brasil ainda pouco conhecido pelos próprios brasileiros.

Seguindo a tendência, o governo do Estado de Pernambuco lançou, no ano passado, o programa intitulado Pernambuco Conhece Pernambuco, que visa levar os pernambucanos a viajar pela própria terra, explorando toda a sua diversidade de climas, paisagens e culturas. O projeto vai trabalhar com as dez rotas turísticas do Estado, que contemplam toda a riqueza natural e cultural do litoral ao sertão.

O programa prevê ações de estruturação, divulgação, promoção e comercialização de roteiros turísticos, elaborados para cada uma das rotas. Também haverá investimentos para a qualificação profissional, com um curso específico para o turismo envolvendo desde a culinária regional até a recepção dos turistas. O Plano Estratégico prevê a injeção de aproximadamente R\$ 19 bilhões no Turismo estadual até 2020, montante dividido entre os setores público e privado. Este dinheiro será concentrado na infra-estrutura, com destaque para obras de saneamento (R\$ 4,5 bilhões) e intervenções urbanas (R\$ 4,6 bilhões). A expectativa é o aumento gradativo do número de turistas em Pernambuco, atingindo em 2020 a marca de 9.925.591 visitantes. O prognóstico é que em 2020 o Estado atinja 94.606 empregos diretos e 393.038 indiretos, totalizando 487.664 empregos<sup>4</sup>.

Antes de iniciar o projeto, a Secretaria de Turismo discutiu com toda a sociedade, de maneira democrática e aberta. A ideia, que acabou sendo um consenso, foi explorar as rotas já existentes em Pernambuco e reconhecidas pelo Instituto Brasileiro de Turismo, a EMBATUR. Segmentos como ecoturismo, turismo de negócios, cultural, rural e de aventura foram destacados pelo programa. Agências e operadoras de viagens foram envolvidas para reforçar a comercialização das rotas, criando condições especiais para associados do Pró-Lazer, Sesc, Sesi, Clubes da Melhor Idade, estudantes e sindicatos. (SETUR/PE, 2008, p. 41)

---

<sup>4</sup> Dados obtidos via internet sem menção a autor: <www2.SETUR.pe.gov.br, set/08>.



Figura 5: Folder Pernambuco conhece Pernambuco.

Fonte: SETUR/PE, 2008.

Para o Programa, foram traçadas dez rotas turísticas bem diversificadas, contemplando roteiros turísticos, culturais e ecológicos conforme descritos a seguir:

**Rota do Vinho Vale do São Francisco:** a rota mostra onde, no Sertão de Pernambuco, a aridez da caatinga cede espaço à exuberância da produção agrícola com uvas, responsável por alguns dos melhores vinhos do País e ainda oferece uma rica culinária composta por bodes e carneiros. O Rio São Francisco, mais um dos atrativos da região, também oferece uma gastronomia diversa em peixes e moquecas. Municípios: Petrolina, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista. Atrativos turísticos: Orla do Rio São Francisco, Ilha do Rodeadouro, Bodódromo, Vinícola Garziera, Monte Carmelo, Centro de Artes Ana das Carrancas e Oficina do Artesão Mestre Quincas.

**Rota da História e do Mar:** passando por alguns dos principais pontos do Estado, percorre as famosas ladeiras da primeira capital pernambucana e vai ao mais badalado balneário brasileiro. Os passeios de barco pelas praias, acompanhados quase sempre por golfinhos, promovem ao visitante lembranças inesquecíveis. Municípios: Recife, Olinda, Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca e o arquipélago de Fernando de Noronha. Atrativos turísticos: Praias, igrejas, ladeiras e um imenso patrimônio cultural.

**Rota Águas da Mata Sul:** as cidades que constituem essa rota contam com a beleza de matas intocadas, fauna diversificada e cachoeiras refrescantes, propondo

ao turista um destino alternativo, mas não menos atraente. Municípios: Quipapá, São Benedito do Sul e Palmares. Atrativos turísticos: Engenho de Rapadura de Laje Bonita, cachoeiras de São Benedito do Sul, cachoeira Véu da Noiva, Quilombo dos Palmares.

**Rota do Cangaço e Lampião:** no início do século 20, bandos de cangaceiros circulavam pelas terras do sertão, despertando admiração e medo nas cidades por onde passavam. A imagem do cangaceiro ajudou a formar o imaginário popular nordestino. Mais que isso, virou um símbolo do povo sertanejo. A rota do Cangaço e Lampião conta um pouco da história dos bandoleiros nômades, mantém viva a memória de Virgolino Ferreira da Silva, mais conhecido por Lampião. Municípios: Triunfo, Santa Cruz da Baixa Verde, Serra Talhada, Afogados da Ingazeira, São José do Belmonte e São José do Egito. Atrativos turísticos: Pedra do Reino, Cratera de Panela, engenhos de rapadura, Fundação Cabras de Lampião, Casa da Cultura, Cine Teatro Guarary, sítios arqueológicos da região nas encostas da Serra do Giz.

**Rota da Moda e da Confecção:** impulsionado pelo forte comércio de vestuário, o pólo têxtil do Agreste está na base desta rota, que é uma das mais visitadas de Pernambuco. Municípios: Toritama, Taquaritinga do Norte e Santa Cruz do Capibaribe. Atrativos turísticos: Pólo de confecção de jeans de Toritama, produção de artigos de vestuário de Taquaritinga do Norte e a indústria têxtil de Santa Cruz do Capibaribe, Moda Center Santa Cruz.

**Rota Luiz Gonzaga:** segundo os dicionários a palavra agreste indica algo rude. É nesta rota que, através das mãos do povo, torna-se possível encontrar o templo da arte figurativa brasileira. Municípios: Recife, Moreno, Gravatá, Bezerros, Bonito, Caruaru, Brejo da Madre de Deus. Atrativos turísticos: Feira de Caruaru, Atelier Jota Borges, Centro de Artesanato de Pernambuco, matas, cachoeira de Bonito, Parque de Esculturas de Brejo da Madre de Deus, Teatro de Nova Jerusalém e trilhas de Moreno.

**Rota da Crença e da Arte:** essa rota possui as marcas da fé e da força do povo pernambucano. Histórias passadas de geração em geração mexem com o imaginário popular, explorando a mística existente no Agreste e a criatividade popular. Municípios: Belo Jardim, Pesqueira, Poção, Arcoverde, Buíque, Garanhuns,

Bom Conselho e Saloá. Atrativos turísticos: Vale do Catimbau, Santuário de Cimbres, bordados e rendas renascença.

**Rota Costa dos Arrecifes:** localizada no Litoral Sul do Estado, a rota passa por cenários deslumbrantes e peculiares. Sol, areia branca, falésias, piscinas naturais e estuários compõem um dos principais cartões postais do Estado. Municípios: Sirinhaém, Rio Formoso, Barreiros, Tamandaré e São José da Coroa Grande. Atrativos turísticos: Ilha de Santo Aleixo, falésias da praia de Guadalupe, Forte de Santo Inácio, praias.

**Rota Engenhos e Maracatus:** esta rota proporciona uma viagem em direção às origens da cultura pernambucana. O ciclo do açúcar, monitor da economia no período colonial, está presente do início ao fim da trajetória. Municípios: Paudalho, Carpina, Tracunhaém, Nazaré da Mata, Vicência, Lagoa do Carro, Itambé. Atrativos turísticos: maracatus rurais, artesanato de barro de Tracunhaém, Museu da Cachaça, Engenho Poço Comprido, produção de tapetes de Lagoa do Carro.

**Rota Náutica da Coroa do Avião:** a rota é perfeita para a prática de esportes náuticos. Ao longo do percurso é possível organizar passeios de catamarã ou até alugar um barco, numa das diversas marinas existentes na região. Municípios: Olinda, Paulista, Igarassu, Itapissuma, Itamaracá e Goiana. Atrativos turísticos: Vila Velha, Ruínas do Rosário e da Igreja de Nossa senhora do Rosário dos Homens Pretos, Centro Peixe-Boi Marinho, Forte Orange e Coroa do Avião. (SETUR/PE, 2008, p. 41).

Com o intuito de que as cidades polo do roteiro possam receber os turistas cada vez melhor, além dos atrativos da rota, preparou-se também uma série de atividades, como oficinas, palestras e visitas técnicas com atrações culturais, além da qualificação dos profissionais que já atuam no setor. (SETUR/PE, 2008).

A cada mês, uma ou duas rotas turísticas irão receber uma programação especial. A idéia é chamar ainda mais a atenção para o interior, com a presença de atrações da cultura popular de cada região, além de artistas consagrados nacionalmente. (SETUR/PE, 2008).

Depois do sucesso obtido em 2008, o Governo de Pernambuco lançou, em abril, a edição 2009, com várias novidades, entre as quais a proposta de ampliação dos eventos, tais como: shows, cursos, exposições, oficinas e palestras em quatro

rotas: História e do Mar; Águas da Mata Sul; Moda e Confecção e na Rota Náutica da Coroa do Avião, qualificação para cerca de dois mil profissionais que atuam na área, o dobro do número do ano anterior, e um curso de capacitação para os gestores municipais, o qual o atual Secretário de Turismo do Estado, Silvio Costa Filho, pontua da seguinte forma:

A capacitação dos gestores municipais é fundamental. Muitas vezes, eles têm os projetos, mas não sabem a melhor forma de apresentá-los para o Ministério do Turismo, por exemplo, e conseguir os recursos.

Na ocasião ele destacou também a importância do Programa Pernambuco Conhece Pernambuco como agente fomentador do turismo interno. “Atualmente, cerca de 60% dos pernambucanos preferem conhecer outra região. Este projeto vai marcar mais uma vez a agenda de nosso estado”.

Quando questionado a respeito da sustentação do programa, respondeu que essa sustentação ocorre através dos três pilares: investimento em infraestrutura, qualificação profissional e promoção turística<sup>5</sup>.

“Pernambuco Conhece Pernambuco é o esforço de nosso governo e de todos que fazem o turismo em nosso estado, de valorizar a grande beleza natural e cultural que temos no interior”, disse Eduardo Campos, Governador do Estado.

O Programa é sem dúvida uma importante ferramenta para a promoção do desenvolvimento do interior do Estado.

---

<sup>5</sup> Diário de Pernambuco, economia, 09/04/09.

### **2.3.1 O Programa Pernambuco Conhece Pernambuco e o Município de Buíque/PE**

O município de Buíque, objeto deste estudo, está incluído no roteiro presente na Rota da Crença e da Arte que está descrita mais detalhadamente da seguinte forma:

Esta rota explora a mística existente no Agreste e a criatividade popular. Sendo constituída pelos municípios de Belo Jardim, Pesqueira, Poção, Arcoverde, Buíque, Garanhuns, Bom Conselho e Saloá, a Rota da Crença e da Arte tem as marcas da fé e da força do povo pernambucano. Histórias passadas de geração em geração mexem com o imaginário popular, como no caso da famosa aparição de Nossa Senhora Aparecida, em Pesqueira, única aparição da Virgem na América do Sul reconhecida pelo Vaticano. Já em Buíque, especificamente no Vale do Catimbau, o visitante tem a possibilidade de vivenciar a influência dos povos ancestrais, que ocuparam a região há mais de cinco mil anos. Sítios arqueológicos preservam cemitérios pré-históricos, e as formações rochosas do local estão cravadas de inscrições rupestres, registros da ocupação primitiva no local. Em Garanhuns, mais conhecida como “a Cidade das Flores” ou a “Suíça Pernambucana”, o clima europeu atrai muitos turistas, especialmente no inverno, quando ocorrem diversas festas na cidade, como o Festival de Inverno de Garanhuns. A religiosidade também está presente em todos os cantos da cidade, como no Santuário Mãe Rainha, onde a paz de espírito é uma busca constante tanto por parte dos fiéis locais como dos peregrinos. Também nas outras cidades da rota a beleza e a espiritualidade brotam de cada folha de árvore, de cada peça esculpida pelos artistas. Seja pelas belezas naturais de Belo Jardim e Saloá; pelas obras dos escultores de Bom Conselho ou pelas manifestações populares em Arcoverde, o turista que visitar cada um desses cantos se sentirá mais do que recompensado por tudo aquilo que irá ver, presenciar e sentir. (SETUR/PE, 2008).

A possibilidade de coletar histórias (junto às cercanias de Buíque/PE) que retratam esse universo mítico-religioso e simbólico da região é uma perspectiva desta pesquisa. O objetivo é unir a exuberância natural geográfica com uma “topologia simbólica” enquanto aporte agregado ao ecoturismo.

De uma forma geral, o programa visa contribuir para transformar Pernambuco no destino mais competitivo nos mercados regional, nacional e internacional, valorizando também os atrativos existentes no interior do Estado.

## 2.4 Potencialidades Turísticas do Município de Buíque/PE

A identificação como um município de potencialidade turística em 1997, pela EMBRATUR, e a inclusão em uma das rotas do programa Pernambuco Conhece Pernambuco só vieram a certificar sua vocação para o turismo.

A cidade em que o escritor Graciliano Ramos viveu parte da infância se apresenta com uma série de atrativos turísticos com grande inclinação para o ecoturismo, os quais pode-se destacar:

### 2.4.1 Parque Nacional do Catimbau

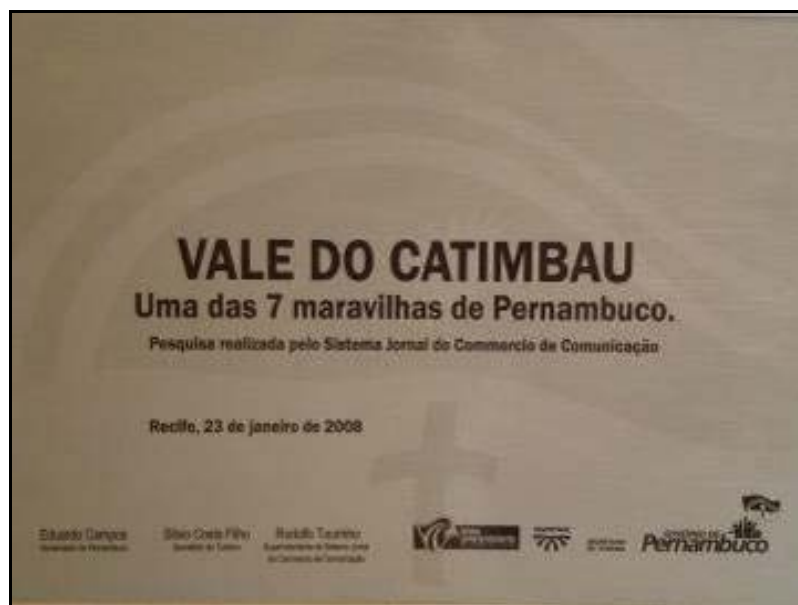


Figura 6: Título de Reconhecimento.  
Fonte: A autora, 2008.

Considerada uma das sete maravilhas do Estado de Pernambuco, o Parque Nacional do Catimbau (Fig. 7 a 15, anexo A), é o segundo maior parque arqueológico do Brasil (ficando atrás apenas da Serra da Capivara, no Piauí), e o terceiro sítio arqueológico indígena do País. Com extensos paredões de granito, o

Vale do Catimbau abriga várias cavernas, “canyons” e sítios arqueológicos com inscrições rupestres. É um importante patrimônio cultural e natural esculpido pela natureza há mais de 150 milhões de anos e é descrito por Josédio Gusmão, autor do livro “Aventura no Vale do Catimbau (1997, p. 75)” da seguinte forma:

O lugar é deslumbrante. Cortado por dezenas de trilhas diferentes, onde em cada trilha a natureza nos reserva surpresas e elementos naturais os mais exóticos. O Vale do Catimbau é um misto de sítio arqueológico e parque de ecoturismo com muitos quilômetros quadrados de chapadões, vales, encostas, caatinga e matas. Suas formações geológicas apresentam os mais diversos tipos e cores de arenito. Datando mais de 100 milhões de anos, onde sua maior elevação registra-se 1.060 metros de altitude, na serra de Jerusalém. Dentro de sua área, existem perto de duas mil cavernas e 28 cavernas-cemitérios conhecidas, tendo uma variedade de inscrições e pinturas rupestres em diversos sítios. É um lugar realmente encantador, vale a pena ser visitado.

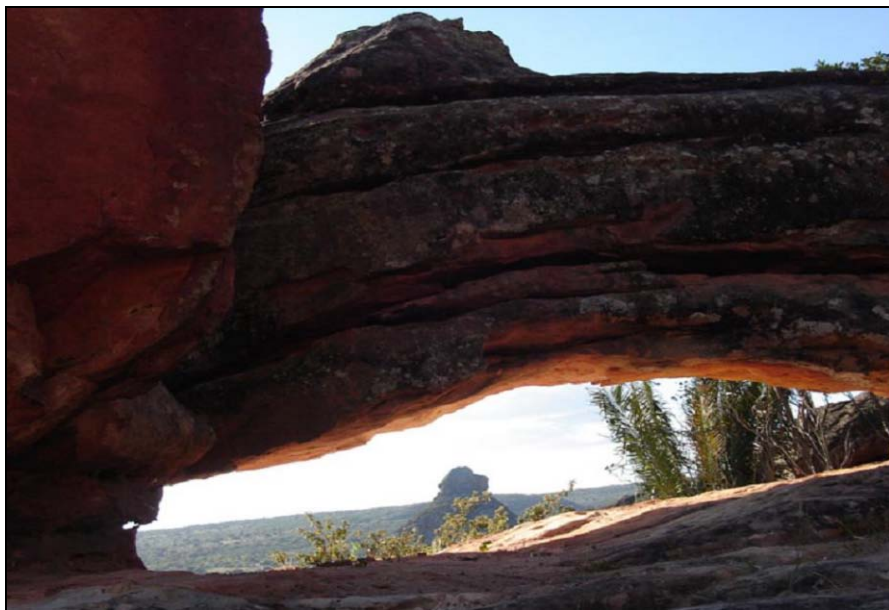


Figura 7: PARNA Catimbau - Vista da Serra do Cachorro.  
Fonte: A autora, 2007.

O nome Catimbau tem várias definições; no entanto a mais aceita é que vem de “catimbó”, que significa prática de feitiçaria. A região foi considerada “Área de Extrema Importância Biológica” pelos grupos temáticos do workshop “Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade do bioma Caatinga”, realizado em Petrolina/PE, em dezembro de 2000. Este foi o ponto de partida para a proposição



de criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral (LIMA, 2003, p. 71).



Figura 8: PARN do Catimbau  
Fonte: A autora, 2008.



Figura 9: PARN do Catimbau  
Fonte: A autora, 2008.

O Parque Nacional do Catimbau possui 62.300ha, está inserido na bacia hidrográfica do Rio São Francisco e ocupa parte dos municípios de Buíque, Arcoverde e Tupanatinga, no Estado de Pernambuco. O acesso a partir de Arcoverde é feito pela rodovia até Buíque, seguindo então até a vila do Catimbau, principal acesso ao Parque. Atualmente a unidade é considerada área núcleo da Reserva da Biosfera da Caatinga (Anexo B).



Figura 10: Por-do-sol no PARN Catimbau  
Fonte: A autora, 2005.



Figura 11: Pedra do Portal - PARNA Catimbau

Fonte: A autora, 2009.

Existem grandes atrações no Parque do Catimbau. Dentre elas podemos destacar a abundância de inscrições rupestres e a grande beleza cênica dos paredões de arenito e das formações rochosas esculpidas pela ação erosiva do vento. A ocorrência de numerosos sítios de pinturas e gravuras rupestres, localizados, principalmente, nos abrigos rochosos das serras é realmente imperdível. Trata-se de pinturas realizadas em épocas pré-históricas, que apresentam uma grande heterogeneidade gráfica, com características que as identificam como pertencentes à classe de registros rupestres conhecidos como Tradição Nordeste e Tradição Agreste, bem como a outras classes ainda pouco definidas, comprovando a ocupação pré-histórica do homem há pelo menos 5.000 anos. Foram cadastrados, até o presente, 25 sítios arqueológicos que, no estado atual das pesquisas, representam apenas um pequeno percentual da potencialidade da área em termos arqueológicos (Anexos C e D).

A região está classificada no Domínio morfológico de Coberturas Sedimentares do Nordeste Oriental com o predomínio da Unidade de Relevo dos Tabuleiros do Recôncavo/Tucano/Jatobá. Apresentando solos arenoquartzolos profundos, a área caracteriza-se pela presença de grandes serras areníticas, com diversas denominações locais. A altitude varia entre 600 a 1000 metros (LIMA, 2003, p. 59-63).



Figura 12: Inscrições rupestres - PARNA  
Fonte: A autora, 2004



Figura 13: Inscrições rupestres - PARNA  
Fonte: A autora, 2005

Segundo Alecrim (2003, p. 87), a vegetação encontrada na área do Catimbau é típica de caatinga, apresentando grande diversidade de espécies e de estrutura. No entanto, em função das variações de relevo e microclima, além de espécies típicas da caatinga estão presentes, na área, espécies de cerrado, de campos rupestres, da mata atlântica e de restinga. Merece destaque a presença de inúmeros indivíduos arbustivo-arbóreos endêmicos da vegetação dos campos rupestres da Chapada Diamantina (Bahia e Minas Gerais) e que, extraordinariamente, ocorrem na região. Destaca-se a abundância de bromélias e cactos.



Fig.14: Representação da flora - PARNA  
Fonte: A autora, 2009



Figura 15: PARNA CATIMBAU  
Fonte: A autora, 2008

Alecrim (2003, p. 93), afirma que são conhecidas, no Catimbau, mais de 150 espécies de aves. Dentre as espécies de aves identificadas na área proposta para o

Parque Nacional do Catimbau, o pintassilgo está incluído na lista de espécies em extinção, sendo considerado endêmico do nordeste brasileiro. Outras espécies como a maria-macambira e o picapauzinho são raras no nordeste e endêmicas da caatinga. Destacam-se também a presença de animais endêmicos, como o lagarto-das-rochas (*Tropidurus semitaeniatus*) e a lagartixa-de-Kluge (*Lygodactylus klugei*).

#### **2.4.2 Candeeiro, um dos sobreviventes do bando de Lampião.**

No município de Buíque também há vestígios das histórias do cangaço. Destaca-se a figura do Sr. Manoel Dantas Loyola (fig.16), o ex-cangaceiro do bando de Lampião conhecido como Candeeiro. Residente no povoado de São Domingos a 19 km da sede do município, lugar em que nasceu e vive com seus dois filhos e é dono de uma mercearia.



Figura 16: Manoel Dantas Loyola – Ex cangaceiro do bando de Lampião

Fonte: Roberval Ferreira, 2001.

“Seu Loyola”, um dos últimos cangaceiros vivos do bando, fica chateado quando chamam Lampião de bandido. “Ele não era bandido, não. Tratava a gente

bem, palestrava e contava histórias", recorda seu velho amigo, que, nos dois últimos anos do bando, foi uma espécie de ajudante-de-ordens ou secretário particular do capitão Virgolino Ferreira. Estava sempre ao seu lado e chegava até a arriscar alguns conselhos a Lampião. "Foi um grande homem. Tirava dos ricos para dar aos pobres. Se fez coisas erradas, era porque o perseguiram. Bandido existe é hoje em dia".

### **2.4.3 Clima**

Buíque está entre as três cidades mais altas de Pernambuco, sendo, as duas primeiras, Triunfo e Garanhuns, nesta ordem. De acordo com os dados do IBGE (2002), a altitude do município, na sede, é de 830 metros, com marco fixado na porta da Igreja Matriz de São Félix de Cantalice, mas na região do Parque Nacional do Catimbau ela pode chegar a 1.060 metros. Devido a essa altitude, uma parte da sua área apresenta um mesoclima mais frio e no período de inverno, a temperatura pode chegar a 8°C (Fig. 17).



Figura 17: Inverno buíquense  
Fonte: Roberval Ferreira, 2001.

### **2.4.4 Grupo Indígena Kapinawá**

O grupo indígena Kapinawá está localizado no sítio Mina Grande, dentro do Parque Nacional do Vale do Catimbau, no Município de Buíque.

Cerca de 3.000 índios habitam a aldeia e seus principais atrativos, além da aldeia em si, são o artesanato indígena e a dança do toré, que é apresentado com músicas africanas e coco, realizado num local chamado Furna, onde são encontrados restos mortais de humanos (Fig. 18 e 19).



Figura 18: Índio Kapinawá no cemitério indígena

Fonte: Roberval Ferreira, 2001.

Nós dançamos o Toré, rezamos contra mau-olhado, temos o samba de coco, temos o Pajé, que faz parte do Toré, prepara o terreiro para chamar o Xamã para dar força das lutas, temos a festa do Padroeiro, São Sebastião, que fica na sede. Os índios kapinawá se reúnem (homens e mulheres) e vão dançar o Toré no terreiro, onde há um cruzeiro que os índios respeitam muito. Ele fica nas matas do pé da Serra, como local de concentração para receberem seus guias e mestres. A gente se junta para fazer pajelança para pedir a Tupã ajuda na luta<sup>6</sup>.

---

: <sup>6</sup> Depoimento dos professores: Maria Bezerra, José Ilton, Maria Elisabeth, Ângela Barreto, Irene Bezerra e Mocinha, Mara Bezerra da Sai e Quitéria Bezerra. Material cedido pelo orientador Prof. Sergio Neves Dantas, coletado no âmbito do projeto "Historia e Memória dos Povos Indígenas de Pernambuco, 1999.

As canções para o toré formam um universo singular, com uma carga alta de espiritualidade que já rendeu a gravação de dois CDs e um DVD.



Figura 19: Índios Kapinawás dançando toré  
Fonte: Roberval Ferreira, 2003.

#### **2.4.5 Comunidade Mítico-Religiosa**

Nas belas terras que circundam o então Parque Nacional do Catimbau, surgiu um líder espiritual cuja trajetória, ao mesmo tempo fantástica e fascinante, permanece viva, mesmo passados dez anos de sua morte. Trata-se de Cícero José de Farias, ou Sadabi Alexandre de Farias Rei, seu nome espiritual, ou, ainda, simplesmente, “Meu Rei”, como era popularmente conhecido (fig.20).

A sede do movimento é na Fazenda Porto Seguro, denominada Organização Sulami Cristianismo Moderno Porto Seguro, em uma área de aproximadamente 3ha, na qual 33 famílias seguiam suas orientações religiosas.



Figura 20: Sadabi – O “Meu Rei” da Fazenda Porto Seguro  
Fonte: Adalgisa Duarte, 2003.

Sua trajetória é contada por Verunschik (2008, p. 10-12) da seguinte forma:

Nascido possivelmente em 1884, no município de Garanhuns-PE, Farias partiu em 1932 para a cidade de Arcoverde-PE, estabelecendo-se como proprietário de um armazém de secos e molhados. Ainda naquele ano, ao inspecionar uma mercadoria que não coube dentro do estabelecimento, teve, aos moldes dos antigos profetas, uma revelação. Quem conta é Edvaldo Bezerra de Melo, comerciante aposentado e um de seus discípulos. Naquela noite, ao voltar para casa, ele viu três estrelas de claridade maior que as outras. Uma delas aumentou de tamanho e se aproximou da Terra até transformar-se num corpo humano que, falando telepaticamente, lhe anunciou uma missão que só se completaria 20 anos mais tarde. Em 1952, a missão se revelou por inteiro. Farias se encontrava na Serra do Teixeira, interior da Paraíba, quando Deus lhe ordenou que construísse uma cabana e a cercasse com dois círculos de madeira, um maior e outro menor. Ordenou ainda que estivesse com lápis e papel nas mãos. A mensagem, conta Melo, dizia: "Prepare um povo para habitar a Terra no terceiro milênio e procure uma caverna que dê condições de salvá-los. Ao chegar a essa



caverna, você a reconhecerá. E mude seu nome, pois com esse que você carrega não chegará a lugar nenhum". Farias reconheceu a caverna na região do Vale do Catimbau e fundou a Fazenda Porto Seguro, ou Fazenda Metafísica e Teológica Princípio de um Reinado. Seguindo os valores da auto-sustentabilidade e da cooperação mútua, as famílias que o acompanharam, construíram suas casas em torno de seu palácio e das cisternas de água à sua volta; tornaram-se seu povo escolhido.

Os preceitos quanto à proibição do futebol e o veto radical a qualquer sacrifício animal e vegetarianismo rendiam curiosidade e mistificação. E por não haver ligações formais com o catolicismo ou o cristianismo, sua missão foi várias vezes alvo de críticas em missas e cultos nos municípios próximos.

Além disso, a comunidade, na época, instituiu moeda própria, chamada de "Talento", moeda forte, com valor superior ao da moeda nacional e que agregava três "poderes": o monetário, o valor de ligar o homem a Deus e o de salvar o corpo físico (fig. 21). No entanto, com a aprovação rejeitada várias vezes pelo Banco Central, o talento circulou na comunidade mais como um conceito do que realmente como dinheiro. Hoje há exemplos de sucessos com relação a moeda própria, como é o caso do bairro Palmeiras, em Fortaleza-CE, onde foi criada a moeda chamada de Palmas, com o intuito de promover o desenvolvimento local da comunidade.



Figura 21: Papel moeda "Talento" criada na comunidade.

Fonte: Adalgisa Duarte, 2003.

Nos anos noventa, foi foco na mídia nacional e local, chegando a ser comparado a Antonio Conselheiro, e seu reino, a Canudos; paralelismo fortemente

rejeitado pelo mestre e seus seguidores. "Não comparem Meu Rei a um beato que levou milhares de pessoas ao assassinato. Conselheiro era um guerrilheiro. Meu Rei nunca desobedeceu às leis do governo, sua mensagem nunca foi de guerra, mas sempre de paz", diz Melo, indignado. (Verunschck, 2008).

Às vésperas do ano 2000, no entanto, Farias morreu. Segundo seus seguidores, cinco meses antes da morte, seu espírito já se alojava em uma criança que estava sendo gestada. Essa criança, hoje com 8 anos, é Sadabi, renascido para a comunidade remanescente, chamada Organização Sulami do Cristianismo Moderno. Melo explica que apenas em 2040 o novo Sadabi estará pronto para assumir suas funções. No momento, ele não mora na fazenda e seu paradeiro não é divulgado. Essa data, 2040, será o marco da fundação do reino do Eterno na Terra. (Verunschck, 2008).

Todo esse contexto nos leva para um atrativo turístico bastante diferenciado, numa fascinante mistura cultural, mítica e religiosa.

#### **2.4.6 Museu de Madeira**

Radicado no meio da caatinga, na região do Parque Nacional do Catimbau, o artista José Bezerra, no terreiro de sua casa, transforma árvores caídas, pedaços de troncos e raízes em figuras totêmicas, enigmáticas, que emergem de um imaginário coletivo ancestral. Da madeira esculpida ou entalhada sai o testemunho ocular, tanto quanto simbólico, de figuras das mais inventivas às naturalistas. Cenas do cotidiano, personagens de folguedos e tradições narrativas de cangaço, anjos e demônios, dando conta de um universo cultural que só pode ser evocado de maneira vigorosa quando se vive imerso nele. Além do seu dom artístico, ainda dá um show em seu instrumento, uma espécie de berimbau que ele mesmo confeccionou, encantando a todos que por ali passam (fig. 22).



Figura 22: O Museu de Madeira no quintal da casa do Artista Zé Bezerra  
Fonte: A autora, 2009.

Tudo o que tenho aqui hoje, veio de um sonho. Em uns cursos que fiz eles me davam papel e lápis e pediam para desenhar qualquer coisa, só que a minha criação não vem por desenho. Eu planejo, corto, imagino e faço a peça. Eu acho que todo galho seco tem vida dentro dele, acredito que tem, pois dentro do morto é que está sustentando o vivo que sou eu, então qualquer tronco que eu vejo ali na terra eu pego ele, olho de um lado e de outro, e crio uma história ali dentro, às vezes modelo para dar uma forma mais característica e passo a dar uma nova vida para aquilo que já estava morto<sup>7</sup>.

O artista, que nunca havia saído do sertão, já participou de exposições e feiras pelo nordeste, teve matéria no programa do Fantástico/Rede Globo e, por último, apresentou seu trabalho em uma exposição organizada pelo Instituto do Imaginário do Povo Brasileiro e realizada na Galeria Estação em São Paulo (fig. 24), reunindo cerca de 70 obras, inserindo o seu trabalho no efervescente circuito das artes.

---

<sup>7</sup> Entrevista que o artista concedeu à autora em 05/04/09



Figura.23: Zé Bezerra e seu Museu de Madeira

Fonte: A autora, 2009



Figura24: Zé Bezerra expondo na Galeria Armação/SP

Fonte: Ana Paula Sousa, 2008.

O crítico Rodrigo Naves, que assina o catálogo da exposição, define como expressionistas os seus trabalhos, mas, segundo Souza (2009):

Por mais que sua obra tenha uma relação intrínseca com seu meio, ela é, de algum modo, uma oposição a ele. A expressividade tocante de seus trabalhos não fala de uma natureza bucólica e de suas delícias: fala de sua destruição iminente. Artista popular? Sim. Mas não só. Confinar seu trabalho ao gueto do “popular” significaria apenas pacificá-lo e reduzi-lo. José Bezerra não sabe sequer ler. Mas há mais argúcia e clarividência em seu trabalho do que no daqueles, e são tantos, que confundem arte com erudição.

#### **2.4.7 Cachoeiras**

O município possui várias cachoeiras entre as quais, destacamos:

##### **Cachoeira do Mulungu**

A Cachoeira do Mulungu provém de um riacho com mesmo nome, que se origina de árvore concernente à família das leguminosas. Localizada a 3km da sede do município de Buíque, em que parte do percurso só pode ser feito à pé, cerca de 20 minutos de caminhada na qual podem ser contemplados vestígios de mata

atlântica devido à altitude do município que, na sede é de 798 metros (IBGE, 2002). Suas águas descem por leito rochoso, entre musgos e plantas nativas que formam um salto, com altura aproximada de 12m, e uma piscina natural, com área em torno de 110m<sup>2</sup>, fascinando todos que a visitam (Fig. 25).



Figura 25: Cachoeira do Mulungu – Buíque/PE  
Fonte: Roberval Ferreira, 2006.

### **Cachoeira do Mundo Novo**

Localizada a 18km da sede, no sentido leste, e exigindo cerca de 40mim de caminhada mata adentro, essa cachoeira, descoberta pelos Quilombolas que vieram do estado de Alagoas e habitaram a região, é um paraíso no meio de uma mata fechada e quase intocada.

Suas águas são claras, de tonalidade esverdeada e temperatura fria, com boas condições para banhos que se compõem de três quedas com cerca de 40m no total. A paisagem é composta por árvores de grande porte e, próximo à cachoeira, existem samambaias incrustadas nas rochas(Fig. 26).



Figura 26: Cachoeira do Mundo Novo – Buíque/PE  
Fonte: Roberval Ferreira, 2008.

#### **2.4.8 Artesanato Local**

No artesanato destaca-se a arte indígena, com peças produzidas em palha e a arte em madeira (Fig.27 e 28). Encontram-se também cerâmica utilitária, bordado, renda, e peças inspiradas nas inscrições rupestres do Parque Nacional (Fig. 29).



Figura 27: Peças da loja da Artesã Carmelita, localizada na Vila do Catimbau.  
Fonte: A autora, 2009.



Figura 28: Casa do Artista Luís de Benício, peças esculpidas em Madeira, PARNA  
Fonte: A autora, 2008.



Figura 29: Peças inspiradas nas inscrições rupestres do Parque Nacional Catimbau da Artista Quitéria Francinete.  
Fonte: A autora, 2009.

### 2.4.9 Carnaval

Considerado um dos melhores carnavais do interior do Estado, com uma média de 8.000 foliões/dia, o Carnaval buíquense tem início na sexta à noite, com o desfile do Bloco Carmelitas, e, na madrugada do sábado, o Bloco Foliões para Sempre abre oficialmente o carnaval com muito charme, cultura e alegria, homenageando os antigos foliões da cidade, ao som das tradicionais marchinhas de carnaval.

Depois disso, a folia se estende tendo como polo principal o pátio de eventos, com estrutura de palco com diversas atrações, onde acontece também o tradicional banho de água mineral. A folia vai até a quarta feira de cinzas, com o desfile do Bloco Tubaca (Fig. 30, 31 e 32).



Figura 30: Carnaval de Buíque  
Fonte: Fotografo Paulo César Farias, 2008.





Figura 31: Concentração do Bloco Foliões para Sempre, Boneco Gigante representando um dos maiores foliões do município Terreu (in memoriam) um dos fundadores do Bloco Tubaca.

Fonte: Fotografo Paulo César Farias, 2009.



Figura 32: Carnaval de Buíque – tradicional banho de água mineral.

Fonte: Fotografo Paulo César Farias, 2009.

### 3. O CONTEXTO EMPÍRICO LOCAL: O MUNICÍPIO DE BUÍQUE

Antes de iniciar a discussão a respeito da percepção da população residente, de lideranças e de representantes do poder público local, a partir dos dados coletados em campo, vale ressaltar alguns aspectos técnicos do município em estudo.

#### 3.1 Caracterização do Município de Buíque

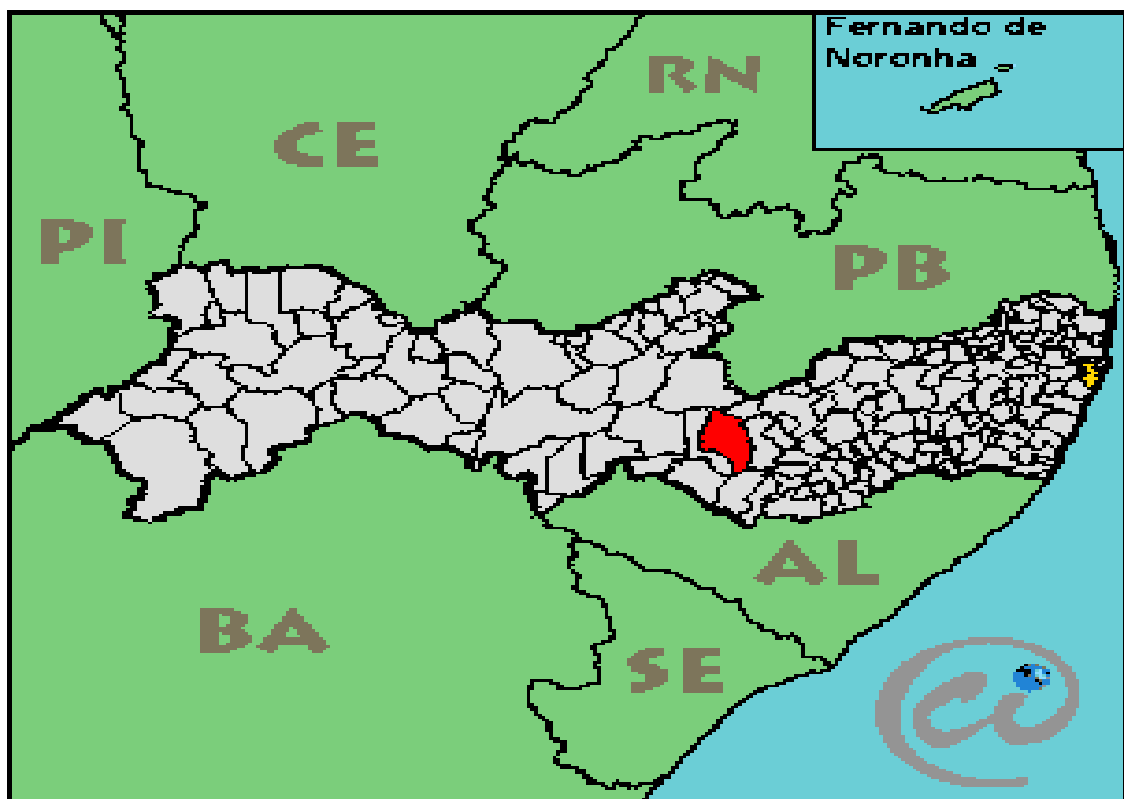


Figura 33: Mapa localização Buíque.

Fonte: [www.imagensgoogle.com.br](http://www.imagensgoogle.com.br), 2009.

O município de Buíque é um dos mais antigos de Pernambuco e está localizado a 285km do Recife, capital do Estado. Teve origem em terras doadas a Duarte Coelho para construir a Capitania de Pernambuco, em 1534.

A história da ocupação e do povoamento da cidade tem início em 1614, com uma expedição de portugueses:

Chefiada por Nicolau Aranha Pacheco, veio à região em busca de supostas minas de prata que estariam situadas na Fazenda da Lagoa, no local que, hoje, é o distrito do Catimbau. Esse mesmo grupo teria voltado várias vezes, com um grupo maior ainda, em busca de minas de salitre. Encontrando o salitre na região do Ipanema, fundou-se, ali, a Fazenda da Lagoa que era composta pelos sítios Mocó, Catimbau, Maniçoba e Mororó. (AZEVEDO, 1991, p. 22).

O proprietário era Félix Paes de Azevedo, que, ao decidir viver ali, logo mandou construir uma capela dedicada a São Félix de Cantalice (Fig. 34). Em torno desta surgiu o povoado. Em 11 de dezembro de 1795, foi criado o distrito de Vila Nova de Buíque. Posteriormente foi elevada à categoria de vila, a 12 de maio de 1854, e tornou-se município autônomo em 01 de abril de 1893. Finalmente, ganhou título de cidade em 26 de maio de 1904.

Quem nasce em Buíque é buiquense e o seu nome está atribuído ao som que fazia uma flauta usada pelos índios do local ao ser soprada com força, sendo, portanto, onomatopéia. Supõe-se que eles eram canibais e a flauta era feita dos ossos do fêmur dos inimigos. Outra explicação é que vem do Tupi, Yby-Yqui, onde Yby, a terra, o solo, o chão, e a palavra Yqui, o sal, significando, portanto, Terra do Sal ou Sal da Terra (AZEVEDO, 1991, p. 35).



Figura 34: Igreja São Felix de Cantalice – Buíque/PE

Fonte: A autora, 2009.

De acordo com o Condepe Fidem (2007), no município de Buíque, dos 49.937 habitantes, 37,22% residem em área urbana, enquanto 62,78%, em áreas rurais. Destes, 49,64% são homens e 50,22% são mulheres. A esperança de vida ao nascer é de 66,5 anos, apresentando uma taxa anual de crescimento demográfico de 1,6 entre os anos de 1991 e 2000.

Sua área é de 1.378km<sup>2</sup>, com uma posição geográfica de referencial 8°37'2" de Latitude sul e 37°09'21" de longitude Oeste de Greenwich. Limita-se ao norte com o município de Arcoverde, a leste com o município de Pedra, ao sul com o município de Águas Belas e ao oeste com o município de Tupanatinga. Tendo como vias de acesso a BR-232 e a PE-270( Fig. 35, anexo 01).

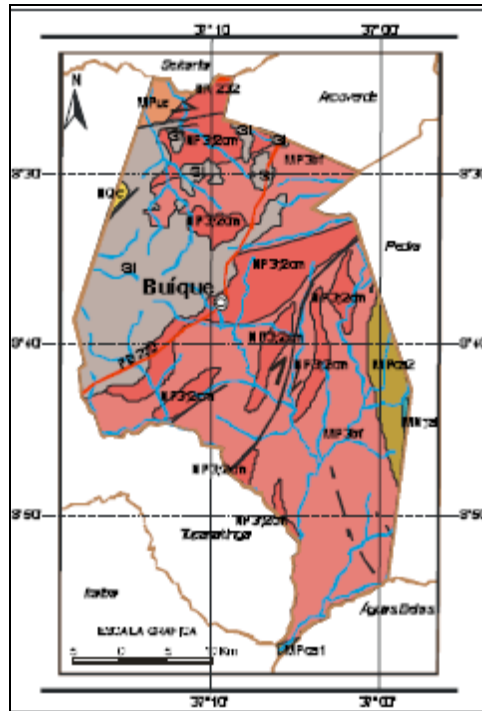


Figura 35: Mapa do município de Buíque  
 Fonte: www.googlemaps.com.br, 2009.

O clima é o semiárido quente, com chuvas no outono/inverno. Com médias de temperatura mínima de 15° C em máxima 30° C. Devido à altitude em parte da sua área, apresenta um mesoclima mais frio, no qual, no período de inverno, a temperatura pode chegar a 8° C.

Quanto à pluviometria do município, constatou-se que este apresenta situações bastante diferentes e evidencia a existência de áreas de maior ou menor precipitação para o mesmo período. A época mais chuvosa compreende os meses de março a junho e a estação em maior altitude, apresenta dados pluviométricos maiores, corroborando com a variação de pressão atmosférica.

A sua vegetação é amplamente dominada pela caatinga hiperxerófila, ocorrendo ainda gramíneas, cactáceas e as áreas de cultivo.

Mesmo com todo o potencial para o ecoturismo, sua economia ainda é baseada na pecuária leiteira e na agricultura, na qual chama a atenção o destaque que exerce no cultivo da mandioca, feijão (grão) e principalmente da castanha de caju, que em 2007 teve uma produção de 2.000 toneladas e é considerado o maior produtor de Pernambuco e um dos maiores do nordeste, IBGE (2007).

Possui uma renda *per capita* de R\$ 59,95 (IBGE, 2000). Diante desta realidade, o município apresenta 88,67% de crianças, em famílias com renda inferior a meio salário mínimo, o que afeta diretamente a qualidade de vida da população, refletida pelo IDH-M de 0,575 no ano 2000, um dos menores do agreste.

O nível de educação da população ainda é baixa, representada pela média de anos de estudo disponível no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, que apresentou 1,54 e 2,18, nos anos de 1991 e 2000, respectivamente.

### 3.2 Perfil dos Residentes no Município de Buíque/PE

A população que reside no Município de Buíque foi caracterizada, nesta pesquisa, através de entrevistas e da utilização de questionário aplicados a cinquenta moradores bem diversificados, o que forneceu os resultados apresentados no decorrer da dissertação com os seguintes perfis:

- Quanto à idade:

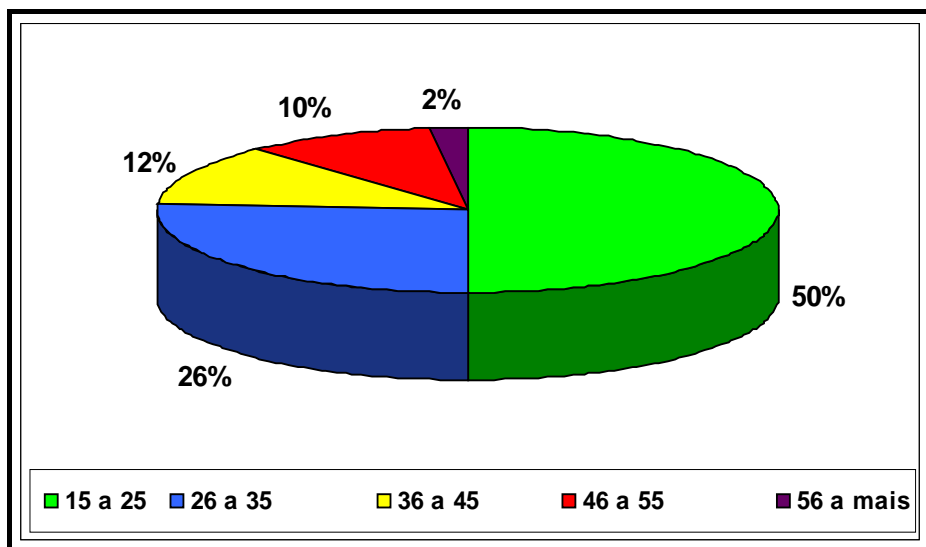


Gráfico 1: Resultados obtidos após aplicação de questionário.

- Quanto à escolaridade:

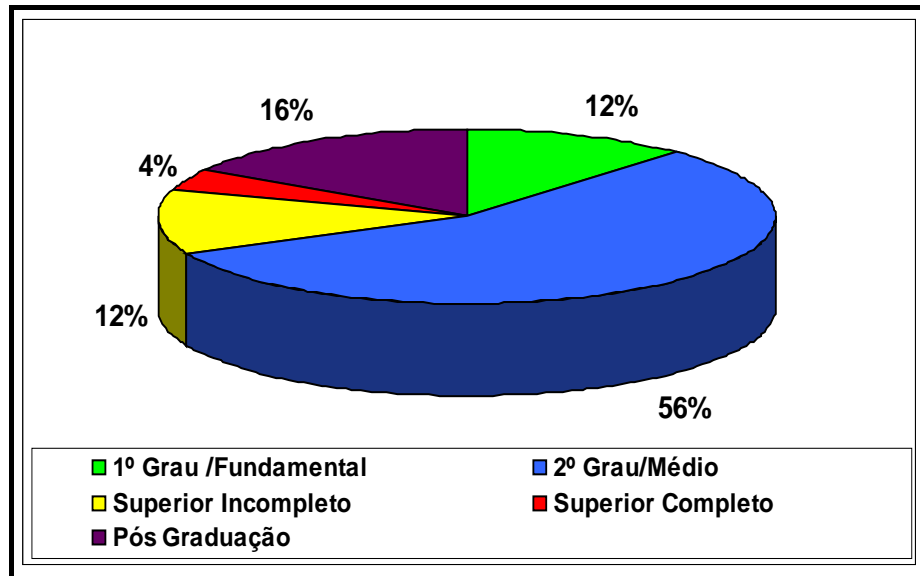


Gráfico 2: Resultados obtidos após aplicação de questionário.

- Quanto à renda familiar mensal:

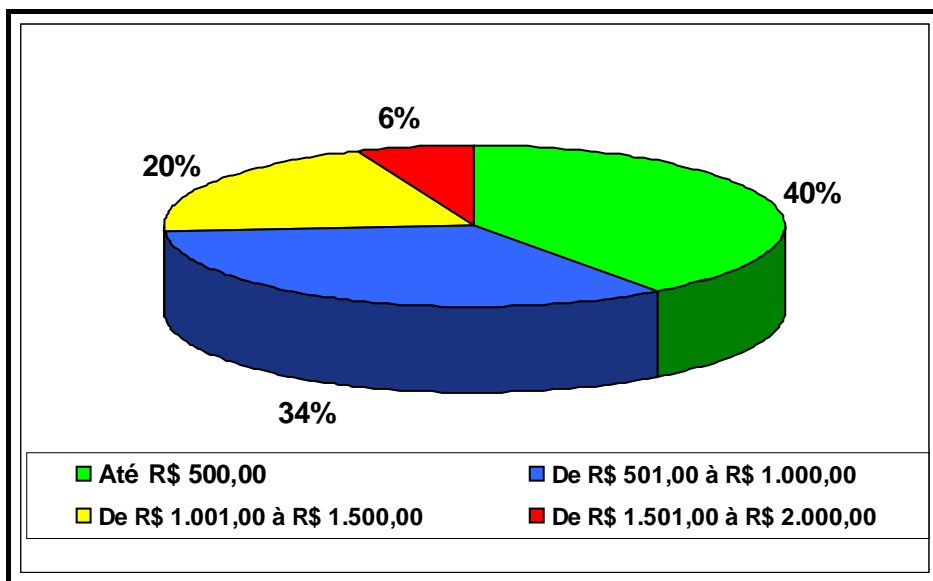


Gráfico 3: Resultados obtidos após aplicação de questionário.

### 3.3 Percepção da População Residente a Respeito da Educação Ambiental

Por suas características, tais como: contato com áreas naturais, colaboração entre membros, contato físico, superação de adversidades, etc. A promoção do contato dirigido de pessoas com o ambiente natural, proporcionada pelo ecoturismo, o torna um poderoso instrumento no resgate desses vínculos ancestrais, favorecendo uma nova percepção ambiental, em que o homem é parte e não o dono dele, podendo contribuir para o afloramento desses vínculos e uma mudança nos hábitos culturais.

Esse contexto também é percebido pela população residente do município de Buíque, uma vez que 92% dos pesquisados, confirmaram, quando lhes foi indagado se a divulgação e/ou promoção de visitas ao PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU poderia contribuir para uma maior consciência ecológica:

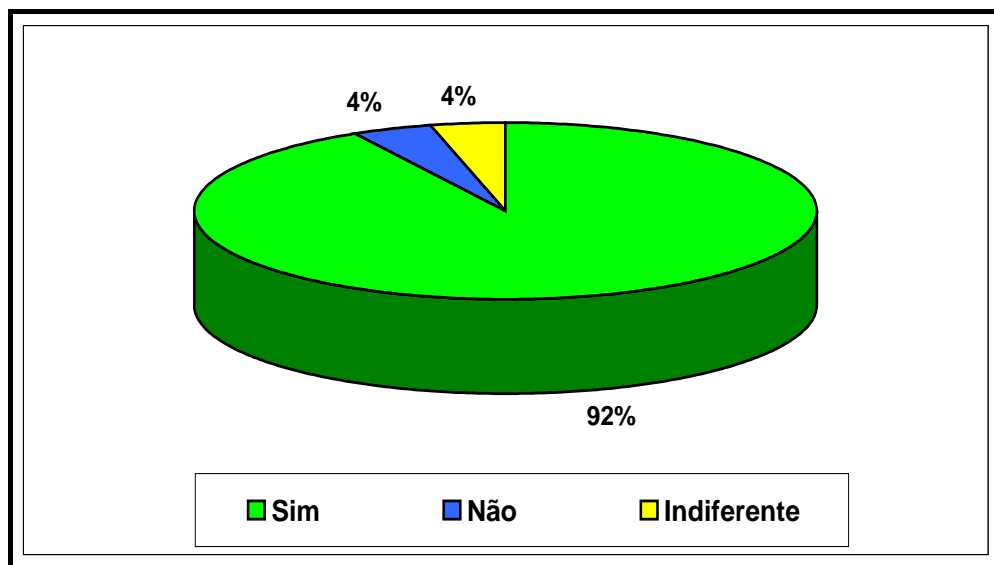


Gráfico 4: Opinião dos moradores sobre a relação das visitas ao PARNA Catimbau e a conscientização ecológica.

Segundo Cury (2005, p. 571), com relação aos parques nacionais, o ecoturismo “tem a sua função educacional associada à interpretação ambiental com compromisso responsável de conservação para as futuras gerações”.



Além disso, percebeu-se que, quando a população, além de ter o contato direto com o meio, é diretamente envolvida na atividade do ecoturismo, essa mudança torna-se ainda mais intensa, conforme depoimentos abaixo:

A vida na roça é sempre muito difícil e nem sempre se colhia o que se plantava e daí eu caçava para alimentar a mim e a minha família; nunca cacei para vender; era por necessidade. Eu fui caçador até o dia 14 de julho de 1999, mas, a partir das onze horas daquele mesmo dia, eu deixei de ser. O que me ocorreu naquele dia foi o momento em que me encontrei com os arqueólogos de uma universidade. Eles me mostraram umas fotografias das artes rupestres e perguntaram se eu sabia onde tinha. Respondi que sim e fui chamado para ser guia. Foram vários dias mata adentro, doze dias e vinte e três sítios, e até então eu não tinha noção de quanto a minha terra era bonita, importante, cheia de riquezas... Além de perceber essa beleza, eu, que nunca havia pego em dinheiro, ganhei um trocado e isso me incentivou ainda mais. Quando eles foram embora, comecei sozinho a sair pela caatinga à procura de mais inscrições, gostei da área. Depois disso, fui sendo chamado, era indicado por Roberval quando vinham turistas e, em 2000, quando soube que teria um curso de qualidade técnica em atendimento ao turista, logo fui fazer. Depois vieram mais dois, sendo um de trilha ecológica. E esses cursos me despertaram ainda mais para as questões de conservação ecológica e hoje sou um defensor de tudo isso aqui (Luís Cavalcanti Ramos<sup>8</sup>).

Luís, além de se tornar guia e um defensor do, na época, ainda, Vale do Catimbau, fundou, juntamente com amigos, em setembro de 2001, a AGTURC – Associação de Guias do Turismo e do Desenvolvimento do PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU, localizada no distrito do Catimbau com sede própria. Foi o presidente por 3 anos. Tal associação congrega condutores de turismo capacitados para conduzir grupo de turistas ao PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU. Foi mentor em cursos de atendimento ao turista e ainda fez um trabalho voluntário a respeito da importância da educação ambiental e também sobre a coleta de lixo. Mesmo com a ação terminada por falta de apoio, ele comemora feliz os resultados obtidos: “Mesmo tendo acabado, fico muito feliz em ver as pessoas não deixando mais o seu lixo jogado pelas ruas, está tudo arrumado, separado... Isso nos dá uma sensação de missão cumprida”, comenta.

---

<sup>8</sup> Entrevista concedida em 05/04/2009 por Luís Cavalcante Ramos – Guia e ex-presidente da AGTURC - ASSOCIAÇÃO DE GUIAS DO VALE DO CATIMBAU.

Nas atividades de Ecoturismo pode-se: “vivenciar a natureza, tanto a partir do paradigma que supõe que o homem faz parte dela (respirar, alimentar-se e deslocar-se pelo mundo nos confirma essa afirmação), como o que considera todas as diferenças existentes entre os seres humanos e os não humanos (reconhecendo assim, diversas características que nos distingue dos outros animais). Vivenciar ao mesmo tempo dois paradigmas supostamente opostos pode ser uma instigante experiência de aprofundamento da compreensão da realidade” (MENDONÇA; NEIMAN, 2003, p. 82).

Diante disso, faz-se necessário um trabalho educativo que consiga congregiar esses dois aspectos – o imaginário (que vem de uma construção social) com um possível vínculo instintivo ancestral (encoberto pela cultura) que, numa situação planejada (e aí o Ecoturismo surge como poderoso instrumento), pode favorecer uma efetiva Educação Ambiental.

A prática do ecoturismo visa, então, a busca de conhecimento e a prática da consciência ambiental, tanto para quem visita, quanto por parte das populações receptoras, para que os espaços sejam conservados.

Aqui ninguém pega passarinho; pode pegar noutros cantos, mas aqui ninguém pega! O coquinho está cheio de comida que eu botei. Os passarinhos vêm aqui, chegam logo cedo, vêm cantar às cinco da manhã. Eles chegam aqui, cantam, bebem água... E eu vou botar mais cocho nessas madeiras ali “tudinho”. Vou gastar dinheiro comprando comida para eles, depois você chega aqui e está cheio de passarinhos... Eles vêm e cantam junto comigo, eu aprendo, tenho a inspiração... e quando eles cantam, eu me encho também, o canto toma conta de mim e a partir daí é uma felicidade, é um barulhinho bom... Daí eu canto mais ruim do que eles, eles cantam melhor do que eu e por aí vai... São lindas todas essas coisas da natureza<sup>9</sup>.

É bastante oportuno comparar-se o relato do artista Zé Bezerra, no Vale do Catimbau, com dados colhidos noutro contexto. Relatos de idêntica beleza foram registrados pela filósofa e antropóloga Nancy Mangabeira Unger, durante uma peregrinação com populações ribeirinhas ao longo do rio São Francisco. Nancy relata que durante essa peregrinação, que durou de 1992 a 1993, celebrava-se na

---

<sup>9</sup> Entrevista concedida em 05/04/09 pelo artista Zé Bezerra, residente nas terras do Parque Nacional Vale do Catimbau, pertencentes ao município de Buíque/PE, e proprietário do Museu de Madeira.

beira do rio ou no interior de uma balsa, e pedia-se perdão ao rio, fazendo-se uma oração “São Francisco, salve o rio São Francisco”, seguida de uma saudação à diversidade de espécies daquele lugar e, particularmente aos peixes:

Salve os peixes,  
surubim, dourado, matrixã,  
piranha-preta, mandim, pocomã,  
pescada, Curimatá, pirambeta,  
piauí-de-cheiro, piauí-cavalo, piranha amarela,(...) (UNGER 2001, p.67)

Nancy registrou dois depoimentos espontâneos, de moradores que participaram dessas celebrações. Seu Chico e seu Valdemar, disseram:

Seu Chico: “ O que eu achei mais bonito foi a gente rezando na beira do rio e os peixe tudo alegre, ouvindo a gente dizer os nomes deles (...)

Seu Valdemar:

Gente, todo mundo veja o tanto que os peixe ta alegre com o momento que estamos celebrando, em nome do rio, e em nome do peixe (...) todo mundo ficou alegre que viu que os peixe se levantaram perto da embarcação. Foi muito bonito: é coisa que claro que acontece.

A antropóloga defende que a alegria do peixes e a dos homens estavam unidas nessa consciência que transcende o nível puramente intelectual. Diz a autora:

Nesta dimensão do pensar, o ato de conhecer não é somente uma operação lógica (...). Também não se reduz a uma experiência empírica. Na medida em que acolhe a presença dos seres e das coisas, o conhecimento é afinidade e correspondência. É dessa correspondência que provem a possibilidade de reconhecer a alegria do Outro, através da própria alegria (...), na intuição de que há um denominador comum do qual partilham, ou compartilham, todas as coisas (UNGER 2001, p.67-70)

Em resumo, do que se pode aprender dos relatos de contextos distintos, porem próximos na semelhança da relação de contato com a natureza, vale enfatizar essa comunicação entre humanos e passarinhos, entre humanos e peixes, entre

seres enfim, expressa uma consciência ligada ao que é defendido como consciência ambiental necessária num trabalho em ecoturismo.

A falta dessa consciência, em contrapartida pode trazer sérios prejuízos, como o ocorrido no início desse ano, no Parque Nacional Vale do Catimbau, no Município de Buíque, em que desenhos feitos no Parque do Catimbau por grupos que viveram na área há mais de seis mil anos foram cobertos com tinta a óleo (Fig. 36 e 37).



Figura 36: Sítio Arqueológico Pedra da Concha.

Fonte: A autora, 2009.



Figura 37: Sítio Arqueológico Pedra da Concha antes do ato de vandalismo.

Fonte: A autora, 2008.

O painel danificado mede dois metros de comprimento por três metros de altura. A tinta encobre a parte central, onde há desenhos de animais (tartaruga), duas mulheres grávidas juntas, uma fila indiana sugerindo que o grupo de pessoas participava de um ritual sagrado, entre outros grafismos. Um trecho só com pinturas da tradição agreste, na parte mais alta da rocha, não chegou a ser atingido.

Dos 23 sítios arqueológicos catalogados na unidade de conservação, o Pedra da Concha é o mais visitado e também o de acesso mais fácil. Abriga as primeiras inscrições encontradas no Vale do Catimbau e é o único lugar do parque onde são observadas num mesmo painel as pinturas de tradições do nordeste (aquelas que

formam cenas e dão idéia de movimento) e do agreste, representadas por figuras paradas, com desenhos abstratos.

As visitas à área estão suspensas. As Polícias Federal e Civil e o Ministério Público Federal foram acionados para apurar as responsabilidades e a motivação do crime. Por sua vez, técnicos do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Pernambuco – estão buscando a melhor forma de remover a tinta, conforme cita Alves (2009):

O superintendente do Iphan, Frederico Almeida, afirma que tomou as providências cabíveis. De acordo com Frederico Almeida, os testes para identificar o tipo de solvente adequado para a limpeza – é preciso remover a tinta a óleo sem danificar a pintura rupestre – ainda não terminaram. “A reversão é possível, mas não sabemos o quanto da tinta conseguiremos tirar”, afirma. “Esperamos que a polícia encontre o culpado e aplique a punição. Isso é um ato criminoso intencional contra o patrimônio cultural.

Mesmo se tratando de uma atividade proposta no contexto, quando se fala na aplicação do ecoturismo em uma região, é atividade que, segundo a lei do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação poderá ser desenvolvida nos parques nacionais. Percebe-se que, tanto no Município de Buíque, quanto no Parque Nacional Vale do Catimbau, a atividade se restringe a pequenas ações pontuais. No caso da cidade e no caso do vale, alguns membros da Associação de Condutores Locais – AGTURCC que, por iniciativa própria, desenvolvem alguns trabalhos voltados para EA. Os últimos trabalhos foram Nossa Vila e o outro, intitulado como Educação no Vale. Ambos buscaram promover a Educação Ambiental entre os moradores do Vale do Catimbau.



Figura 38: Sede da AGTURC, localizada na Vila do Catimbau/Buíque-PE.

Fonte: A autora, 2008

O investimento na Educação Ambiental, principalmente nas áreas dotadas de atrativos naturais, pode contribuir positivamente para conservação da área e da comunidade local em que se pratica o turismo, desde que esses locais sejam bem planejados.

### **3.4 Percepção do Poder Público e da População Residente Sobre os Investimentos no Turismo em Buíque**

Para que o desenvolvimento do turismo aconteça e que soluções alternativas sejam oferecidas à população, é de fundamental importância a participação efetiva do poder público.

Mesmo reconhecendo o caráter inovador da proposta governamental do Programa de Interiorização do Turismo como uma metodologia criativa e inovadora de modelos de gestão e de outras políticas relacionadas ao desenvolvimento do turismo, percebe-se que, com relação aos investimentos municipais na cidade de Buíque, ainda que dotado de grande potencial para os mais variados segmentos turísticos, pouco se fez de concreto para a promoção do setor, conforme nos mostra o resultado de uma das questões da pesquisa realizada com a população residente (graf. 5).

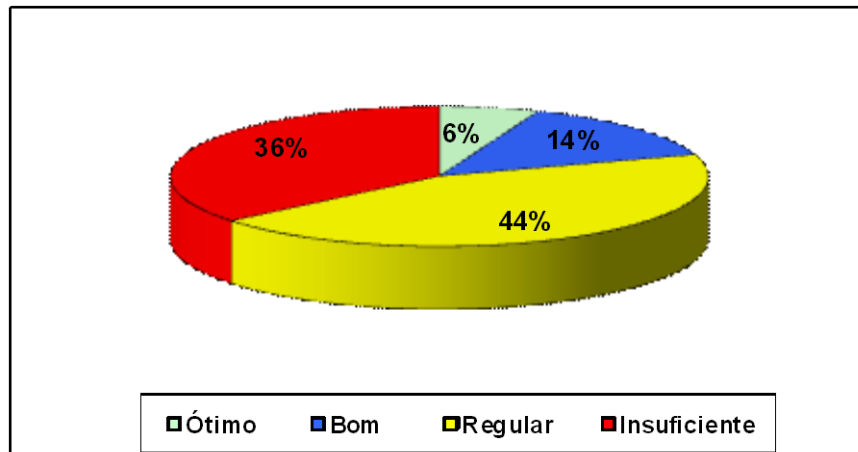


Gráfico 5: Percepção da participação do poder público municipal na promoção do desenvolvimento do turismo.

Ratificando Siqueira (2006, p. 107), ao entrevistar o gestor municipal, obteve as seguintes informações:

O gestor municipal informou que pretende criar uma secretaria de turismo e meio ambiente enviando projeto para câmara de vereadores do município em data não informada. Dentre as ações citadas como prioritárias para o desenvolvimento da atividade turística no município estão um pórtico na entrada da cidade no sentido Arcoverde-Buíque (PE 270) e outro no sentido Buíque-Arcoverde; reforma de uma das praças da cidade e a construção de um receptivo na PE-270.

E, dois anos depois do relato acima, constatou-se que, dentre todas as atividades previstas, apenas a reforma de uma das praças ocorreu. Devido à mudança de governo, não foram encontrados representantes que pudessem dar alguma justificativa para o não desenvolvimento das ações esperadas.

O nosso município é riquíssimo em atrativos turísticos. Tem campo para os mais diversos tipos de turismo. Aqui podemos incentivar o turismo ecológico, o de aventura, cultural, histórico, de massa, pela grandiosidade do carnaval, e até mesmo o esotérico. Mas, infelizmente, o que se percebe é que muito pouco tem sido feito, seja na esfera municipal, estadual ou federal. Não temos sequer uma diretoria ou secretaria de turismo. É inadmissível ver uma cidade com todo esse potencial quase parada no tempo. Principalmente por se tratar de uma cidade com elevados índices de pobreza e que, com o investimento adequado no setor, poderia contribuir de forma positiva para a mudança desse quadro<sup>10</sup>.

<sup>10</sup> Entrevista concedida em 03/04/09, por Roberval Ferreira, residente, geógrafo, empresário e uma das lideranças municipais.



Diante disso, percebe-se que muito há por fazer. No entanto, perspectivas para a mudança desse cenário de maneira positiva contemplam a esperança dos buiquenses. Uma delas é o lançamento oficial da Rota da Crença e da Arte, previsto para o setembro de 2009, ocasionando maiores investimentos no setor. E a outra é a mudança de governo. Em entrevista concedida em abril do corrente, o atual prefeito do Município, Jonas Camelo Neto, ao ser questionado a respeito da situação atual do turismo no município, respondeu da seguinte forma:

Em meio a todo o potencial turístico do município, temos como principal exemplo o segundo maior parque arqueológico do país, o Parque Nacional Vale do Catimbau, eleito uma das sete maravilhas do Estado de

Pernambuco. Para darmos um maior foco ao setor, pretendemos criar a Secretária de Turismo, Cultura e Desporto, de que o município ainda não dispõe, e já enviamos o projeto com a solicitação para essa criação. Já estamos trabalhando para inserir Buíque no Circuito Pernambucano de Jipe, consolidado como um dos principais eventos do ramo. Essa inserção trará a oportunidade de impulsionar o município para o Turismo Ecológico de Aventura. Com relação à infraestrutura, estamos tentando revitalizar as estradas que dão acesso aos roteiros turísticos para proporcionar melhor acesso aos turistas e dar um maior apoio às associações e relacionadas ao setor, como é o caso da Associação dos Condutores locais – AGTURCC.

Na oportunidade, comentou também a respeito da pouca divulgação do município na mídia.

Percebe-se que Buíque ainda fica um pouco de fora entre os atrativos turísticos pernambucanos, comparando com outras cidades do Estado. Muitos conhecem Triunfo, Gravatá, Arcoverde, Pesqueira, mas Buíque, mesmo com toda sua potencialidade para o turismo, pois além do Parque Arqueológico, dispomos de uma riqueza cultural como a Aldeia Indígena Kapinawá, vários artistas e artesãos, o ultimo cangaceiro do bando de lampião ainda vivo, conhecido por Candeeiro, e um dos melhores carnavais do interior, ainda é pouco conhecida até mesmo pelos próprios pernambucanos<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Entrevista concedida em 06/04/2009, pelo Prefeito, Sr. Jonas Camelo Neto.

Essa percepção é comprovada também entre os próprios moradores da cidade. Constatou-se que 24% dos próprios residentes que responderam aos questionários não conhecem nenhum dos atrativos do município (graf. 6):

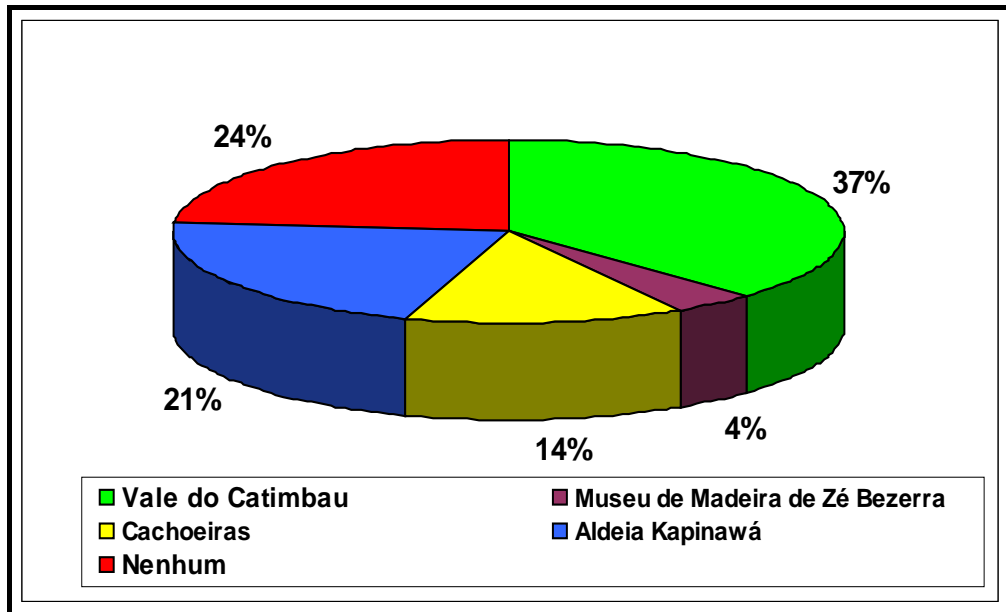


Gráfico 6: Percepção dos moradores acerca dos atrativos turísticos do município.

E ainda, quando são questionados a respeito da importância do maior atrativo ecoturístico, com a pergunta “Você sabia que o Vale do Catimbau é o segundo maior parque arqueológico do país?”. Observa-se que 38% ainda não sabiam (graf.7). Remetendo a uma possível falta divulgação das suas potencialidades.

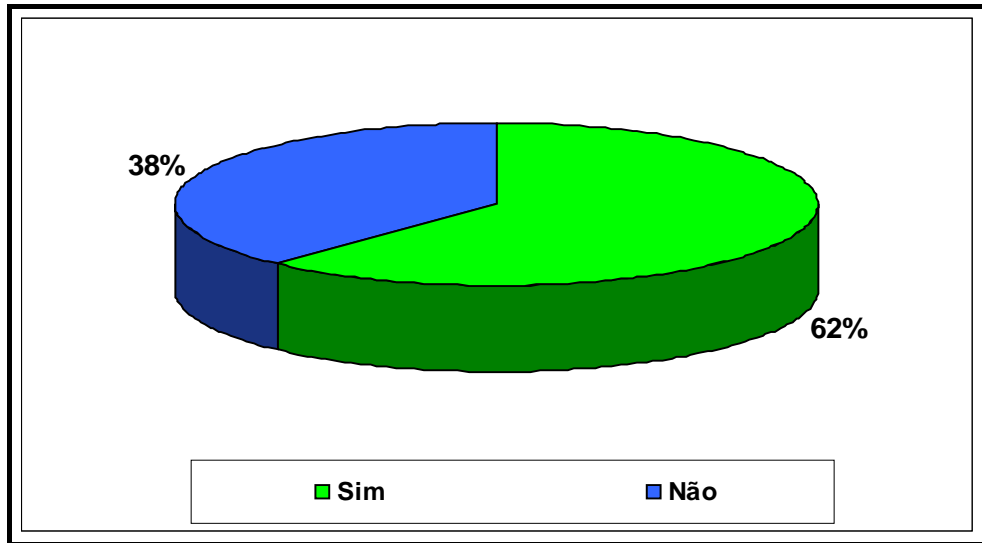


Gráfico 7: Conhecimento da população acerca do PARNA Catimbau.

Portanto, espera-se que as propostas feitas pelo poder público se concretizem e que haja um plano de ação na busca de oferecer aos buíquenses formas de conhecer e, com isso, divulgar ainda mais o município; e que tudo isto seja realizado de uma forma estruturada, buscando sempre a gestão participativa e a parceria com a iniciativa privada. Buscando desenvolver um plano de ecoturismo que de fato atenda às necessidades locais, gerando emprego e renda, melhorando a infraestrutura dos serviços básicos, ao tempo que desenvolva a consciência dos envolvidos direta e indiretamente neste processo pela conservação ambiental, fator primordial para a manutenção da atividade, revertendo-se em inúmeros benefícios para a sociedade como um todo.

### **3.5 Percepção da População a Respeito do Ecoturismo como Gerador de Renda**

O município de Buíque é considerado, desde 1997, pela EMBRATUR, um “Município com Potencial Turístico”, revelando uma combinação turística com subdesenvolvimento agropecuário.

Assim como o Desenvolvimento Local Sustentável, o Ecoturismo pode ser entendido como uma alternativa na busca do equilíbrio entre vários, e por vezes

contraditórios, objetivos. Entre eles, está contemplada a questão econômica que pode ser descrita da seguinte forma: “Fazer com que a conservação beneficie materialmente comunidades envolvidas, pois somente servindo de fonte de renda alternativa estas se tornarão aliadas de ações conservacionistas” (Cavalcante, 2006).

Diante da realidade econômica do município, que se apresenta com uma renda *per capita* de R\$ 59,95 (IBGE, 2000), o desenvolvimento da atividade ecoturística poderá contribuir de forma positiva para a geração de emprego e renda, proporcionando uma melhor qualidade de vida aos envolvidos na atividade.

Mesmo sabendo dos benefícios que a atividade pode trazer, para que ela venha a ter sucesso em sua implantação faz-se necessário ouvir a opinião dos residentes, pois nem sempre o que se pensa traduz a sua realidade e expectativas.

Diante disso, no questionário foram inseridas questões a respeito, na busca de perceber até que ponto essa forma de geração de renda/emprego seria interessante para os moradores do Município de Buíque.

E, talvez pela carência de oportunidades de emprego/renda no município, ou simplesmente por ser uma atividade que fascina, obteve-se uma resposta bem positiva entre os pesquisados (Graf. 8 e 9), que acreditam no turismo como uma boa oportunidade de geração de emprego e renda onde 58% gostariam de trabalhar na atividade.

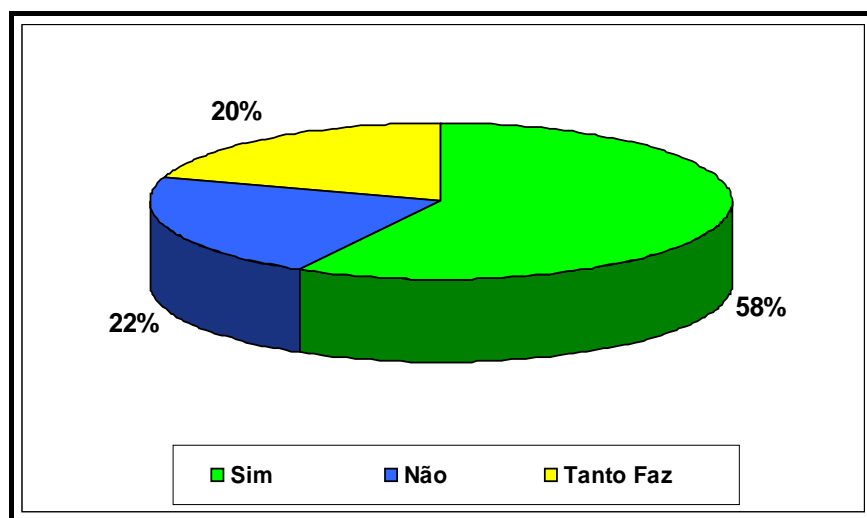


Gráfico 8: Envioimento da população com a empregabilidade na atividade turística.

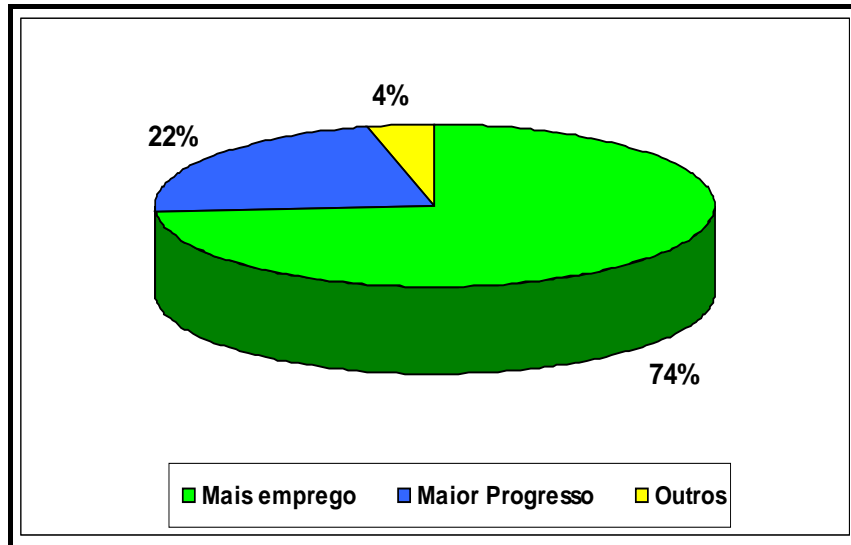


Gráfico 9: Perspectivas a respeito dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística na cidade.

Com relação ao município, percebe-se que pouco foi feito para incentivar a geração de renda através do ecoturismo. Conforme relata um de seus moradores:

“Aqui a gente já está cansado de tanta promessa. Dizem que esse turismo vai melhorar a nossa vida, o tempo passa e nada acontece; até agora só quem vejo ganhando um dinheirinho e mesmo assim não é muito, são os guias. Tem também os donos das pousadas, e só. Eu queria aprender mais, fazer umas coisinhas para vender aos turistas e assim ter o meu dinheirinho. Ver isso aqui cheio de turistas, movimentando, conhecendo a gente, fazendo amizades e, claro, vendendo nossas coisas e ganhando um dinheirinho seria muito bom<sup>12</sup>.”

Outro fato que vale pontuar é a questão dos Índios Kapinawá. Percebe-se que muitos se apresentaram dispostos a desenvolver a atividade turística no local. Contudo, como a decisão final é do cacique e este diz não ter interesse, a comunidade está fechada para visitação turística. Nilton,  ndio e professor de artes, mostra sua opinião:

“Abrir a aldeia kapinawá para o turismo seria uma ótima idéia. Eu, como professor de artes, e que trabalho com a arte indígena há muito tempo, (acho que), se tivéssemos essa oportunidade, teríamos como vender algumas peças e mostrar o nosso trabalho, a nossa arte aos turistas. Antigamente sempre vinham nos visitar, mas, de uns dias para c , o

<sup>12</sup> Entrevista concedida em 09/11/2008, por Dona Maria Ana Domingos, moradora do Povoado do Catimbau.

Cacique proibiu. Aqui tem muitos pontos turísticos, coisas lindas, mas ele disse que não, que não podiam entrar mais turistas na aldeia por que, na visão dele, o turista andando nas trilhas, tanto aqui, como em outras, eles vão se interessar por todos os bens da nossa aldeia e, com o tempo, vão vindo mais e mais, querendo explorar nossas riquezas e as benfeitorias que temos aqui... As cavernas, lugar onde temos nossas histórias, nossos antepassados e lendas bonitas... Ele tem esse pensamento, mas está errado. Temos que divulgar nossos costumes, nossas belezas, nossa arte... Ir para fora, ir além. Várias pessoas trabalham com o artesanato aqui na aldeia. Elas usam coisas da natureza, como sementes e palhas, fazem bolsas, colares, objetos de decoração e outros mais. Eu, que trabalho e dou aulas de arte, passo para os alunos o que aprendi e tenho certeza que iria haver mais interesse por parte desses jovens se essa arte trouxesse também uma melhoria em sua renda, mas cadê o movimento aqui na aldeia?! Com isso a comunidade toda perde<sup>13</sup>.”

Quando o entrevistado foi questionado a respeito das medidas que estão sendo tomadas na tentativa de que a opinião do Cacique José Bernardino se modifique, respondeu:

“Sei que tem que haver um controle com a questão das visitas dos turistas, mas o Cacique entende o básico, e não é isso tudo o que ele está achando. Já tentamos várias vezes convencê-lo, mas até agora não teve jeito. Mas vamos tentar novamente, nós, professores e a comunidade, fazer um movimento geral para tentar fazê-lo mudar de opinião, aí talvez ele abra. Eu fiz o curso de guia, estudei, tenho diploma... Mas cadê o movimento aqui na aldeia? Não podemos deixar a Arte ir abaixo igual foi o nosso idioma, não vamos deixar a arte morrer, pra isso, além de aprender, os índios têm que vender; isso incentiva.”

Mesmo com a carência de investimentos por parte do setor público e algumas outras questões, como foi relatado o caso dos índios kapinawá, percebe-se o crescente investimento de alguns residentes em empreendimentos voltados para a atividade turística.

Um dos casos é o artesanato local, que, segundo alguns entrevistados, tudo o que houve de incentivo foram uns cursos oferecidos pelo SEBRAE, há cerca de dois anos. No mais, não há associações de artesãos, apoio de ONGs e tampouco projetos voltados para área.

---

<sup>13</sup> Entrevista concedida em 06/04/2009, pelo índio Nilton José da Silva, professor de artes indígenas.

Mesmo com várias limitações, o setor segue em frente. Até 2007 só havia uma loja dedicada à venda do artesanato, localizada dentro do Paraíso Selvagem. Hoje já existem mais duas, sendo uma na Vila do Catimbau, da artesã conhecida por D. Carmelita, com suas peças inspiradas na arte indígena kapinawá, e a outra, um misto de loja e atelier da artista Quitéria Francinete, cujas peças vão desde bijus, com destaque para uma pulseira feita em papel, a lindos quadros inspirados nas inscrições rupestres do PARNA Vale do Catimbau. Além disso, destacam-se o Museu de Madeira do artista Zé Bezerra, as belas peças em cerâmica, produzidas pelo artista Célio Roberto no distrito de São Domingos, e as peças esculpidas em madeira, do artista Luís Roberto, mais conhecido como Luís de Benício.



Figura 39: Loja/Atelier de Quitéria Francinete, em Buíque PE.

Fonte: A autora, 2009.

Enquanto visitava-se a lojinha de artesanato no povoado do Catimbau, em 05/04/09, o artista Zé Bezerra enfatizou:

“Lembro muito de Carmelita. Morava no Sítio Muquém, trabalhava na roça desde cedo. Mesmo assim, sempre que tinha um tempinho livre se dedicava e até hoje se dedica ao artesanato. Começou desenvolvendo sua arte com a palha e hoje montou a sua lojinha, faz um pouquinho de tudo e, assim como eu, passou o seu aprendizado para os seus filhos. Toda a família dela trabalha com o artesanato<sup>14</sup>.”

---

<sup>14</sup> Entrevista concedida em 05/04/09, pelo artista Zé Bezerra, residente nas terras do Parque Nacional Vale do Catimbau, pertencentes ao município de Buíque/PE, e proprietário do Museu de Madeira.

Depois dessa conversa, percebeu-se que D. Carmelita é a sogra do Índio Kapinawá Nilton, o qual concedeu a entrevista e é professor de artes. Isso deixou ainda mais clara a importância do artesanato, que é passado de geração em geração entre as famílias, ficando ainda mais forte quando tem seu papel na contribuição da renda familiar. Vale também destacar a forte presença da identidade cultural local, principalmente da arte indígena kapinawá.

Outro segmento que merece destaque são as pousadas. Até 2001, havia apenas duas pousadas localizadas na sede do município. Em 2005 esse número dobrou (Siqueira, 2006, p. 93), e hoje conta-se com cinco pousadas além do aumento do número de apartamentos e leitos de algumas já existentes (Tab. 7 e8).

Tabela 7: Relação de pousadas disponíveis na região em 2005.

POUSADA	FUNDAÇÃO	APARTAMENTOS	LEITOS
Santos	1998	13	62
Nossa Senhora das Graças	1978	11	53
Catimbau	2002	6	19
Flananda	2005	15	40

Fonte: Siqueira, 2006.

Tabela 8: Pousadas disponíveis na região em 2009.

POUSADA	FUNDAÇÃO	APARTAMENTOS	LEITOS
Santos	1998	25	80
Nossa Senhora das Graças	1978	11	53
Catimbau	2002	6	19
Flananda	2005	19	60
Bandeirante	2008	06	12

Fonte: A autora, 2009.

As pousadas citadas não possuem controle de hóspedes, o que dificultou a avaliação quanto ao fluxo turístico. No entanto, segundo as informações obtidas



através das entrevistas com alguns dos seus proprietários, principalmente as pousadas localizadas na sede do município, constatou-se que, infelizmente, ainda a maior parte dos hóspedes é motivada por turismo de negócios. Mesmo assim, o número de hospedes motivados pelo o ecoturismo vem crescendo.

Ainda que de forma tímida, esse crescimento é importante, pois, para se implantar, com sucesso, o ecoturismo em qualquer município, a existência de serviços e infraestrutura (hotéis, pousadas, estradas, telefone, etc.) é uma pré-condição a ser observada.

O único documento que constata o fluxo de visitantes no município é um livro de visitas existente na AGTURC, no povoado do Catimbau, o qual mostra que, nos anos de 2007 e 2008, foram registrados 2018 e 2661 registros de visitantes para o PARNA do Catimbau, respectivamente.



Figura 40: Pousada Santos – Buíque/PE

Fonte: A autora, 2009.

Um ponto que vem a justificar esse fluxo de hospedagens motivadas para o turismo é o fato de que muitos dos visitantes acabam por se hospedar nas cidades vizinhas, como Arcoverde e Pesqueira. Isso se deu pela carência da infraestrutura das pousadas (que ocorria até o início de 2004). Mesmo a cidade estando hoje com um cenário bem diferente do passado, o problema ainda persiste, reduzindo as possibilidades do aumento da geração de renda para o município.

É importante que fique claro que o ecoturismo na questão da geração de renda deve ser feito de forma bastante planejada, respeitando os seus objetivos voltados para o desenvolvimento sustentável e que, em hipótese alguma, ele poderá ser a única salvação para a geração de emprego e renda de uma localidade, mas, sim, uma alternativa para que os municípios envolvidos, principalmente os que contemplam um elevado índice de pobreza, como é o caso de Buíque, proporcionem ao seu povo melhores condições de vida, nesse ambiente em que a preservação da natureza seja propulsora de desenvolvimento, proporcionando aumento da qualidade de vida.

### **3.6 Unidade de Conservação, População e Ecoturismo**

Os Parques Nacionais, segundo Pádua (1983), são estabelecidos pelo Poder Público para garantir a proteção integral da flora e da fauna silvestres, dos solos, das águas e das belezas cênicas, com objetivos científicos, educacionais, recreativos e culturais. Os Parques fazem parte da categoria de uso indireto dos recursos naturais e, para que isto aconteça, este sistema prevê a desapropriação das terras atingidas ou a realocação dos moradores.

Segundo Lima (2003, p. 71), além da busca da conservação da área do Vale do Catimbau, que, de certa forma já existia no imaginário popular, outros fatores que motivaram a comunidade local a solicitar aos poderes públicos a criação da UC – Unidade de Conservação, foi o interesse por benefícios sociais, advindos do turismo, e pela geração de empregos.

E, de fato, quando se deu a criação do Parque Nacional do Catimbau, essas possibilidades de aproveitar o turismo de forma sustentável foram ampliadas. Entretanto, desde a sua oficialização em 2002, muito pouco, ou quase nada se fez nesse sentido, já que a regulamentação fundiária ainda não foi estabelecida de fato e a população, sete anos após, ainda não sabe ao certo o que pode acontecer a respeito das desapropriações.

Esse ambiente de incertezas gera medo e contribui com atitudes negativas em relação ao parque, desencadeando ações extremas, como a tentativa de destruição de pinturas rupestres, algumas queimadas com o intuito de plantar e a apropriação indevida de terras por pessoas que ainda esperam se beneficiar com a idéia da indenização das terras do entorno.

“Até agora nada ocorreu. Não houve indenização, não botaram a gente para outro canto, não disseram que era para a gente ficar, não houve nada! Aqui meu pai me criou, eu criei a minha família... Eu não queria sair desse lugar, e esse negócio de que é para cuidar... Eu já cuido daqui. Só mato um animal, quando falta comida na panela. Só sei que o tempo vai passando. Disseram que isso ia trazer benefícios para nós, que iríamos ganhar uns trocados, mas até agora para mim e minha família não chegou nada. Já vai em uns sete anos e ainda não sabemos do futuro de nossas vidas...”<sup>15</sup>

Já o artista e também proprietário de uma pequena parte das terras, José Bezerra, quando foi questionado a respeito da questão do Parque Nacional, respondeu:

“Se funcionar de verdade eu estou feliz, se não funcionar, também. Com Parque ou sem Parque ou faço a minha parte! A parte de não querer matar nada... Se passar já morto eu compro, mas se não, eu também não mato. E só faço isso porque, graças a Deus e a minha arte, hoje tenho dinheiro para comprar o que comer e o que gosto. Eu vivo da minha arte. Já outro, de repente não tem, vai buscar por onde arrumar dinheiro ou algo para comer e acaba matando, destruindo... Eu também ajeto direitinho o meu lixo, aproveito o que se pode aproveitar, o que não pode eu queimo, para não deixar solto por aí. Hoje tenho outra visão, só planto umas imburanas, não passo mais fome, não preciso matar mais nada.”<sup>16</sup>

Com essas e outras informações obtidas em visita ao PARNA, Vale do Catimbau, constatou-se que, mesmo tendo havido as primeiras iniciativas, entre elas o oferecimento do curso de guias para um pequeno grupo de moradores, e uma capacitação para artistas e artesãos locais, a comunidade como um todo

---

<sup>15</sup> Entrevista concedida em 06/04/09, por José de Sousa Santos, proprietário de uma pequena parte de terras que hoje faz parte do PARNA.

<sup>16</sup> Entrevista concedida em 06/04/09, pelo artista José Bezerra, proprietário de uma pequena parte de terras que hoje faz parte do PARNA.

praticamente não é estimulada a participar do processo de desenvolvimento do parque e, até agora, muitos o enxergam como obstáculo às outras atividades, à medida que as restrições para o uso da terra são definidas.

Segundo Kinker (2005), as autoridades locais teriam que oferecer aos “moradores dessas áreas alternativas de subsistência ou de adaptação de seus métodos produtivos ao uso sustentável dos recursos naturais”. Portanto, não é o que se vê até agora.

Percebe-se que desapropriações constituem o principal medo enfrentado pelos moradores locais, que terão de deixar a área protegida, em especial por perderem o lugar onde vivem desde que nasceram, mas também por terem receio de que os valores recebidos nas indenizações não sejam justos ou adequados ao valor de mercado.

Quanto à atividade para geração de renda, baseada nos princípios do ecoturismo, não tem propiciado um verdadeiro crescimento local e poucos moradores tem se beneficiado com ela.

Diante disso, percebe-se a tradicional falta de planejamento, tão comum no Brasil, que tem demonstrado a pouca coerência na implementação das UCs, em especial nos parques nacionais. Além disso, quando se fala em ecoturismo, deve-se atentar para ouvir a população envolvida no processo, a fim de promover uma verdadeira integração e o sucesso do projeto. A implantação dessa atividade não pode ser simplesmente empurrada de “cima para baixo” sem um planejamento adequado, seguindo apenas um modelo pré-estabelecido que, muitas vezes nada tem a ver com as aspirações e necessidades da maioria dos moradores.

O Parque Nacional do Catimbau, em Buíque/PE, é uma das poucas UCs no domínio da caatinga. Sua potencialidade para estudos científicos, educação ambiental e turismo sustentado é evidente; portanto é necessário que alguma medida eficiente e planejada adequadamente seja tomada o mais breve para que toda essa potencialidade não se torne, segundo o termo utilizado por Kinker (2005, p. 39) um “Parque de papel”, ou, no papel.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ecoturismo, como se procurou enfatizar, é um campo de investimentos em afinidade com o propósito do Desenvolvimento Local Sustentável, que é uma nova forma de encarar o desenvolvimento, contemplando atitudes e práticas socialmente justas, economicamente sustentáveis e ambientalmente realizáveis. Para isso, é necessário que ocorra participação equitativa dos agentes sociais em conjunto (governo, setor privado/empresas, sociedade civil organizada e a população), de acordo com as necessidades comuns à população envolvida, o que implica um planejamento participativo.

Quanto a proposta do ecoturismo para a promoção da geração de renda, deve-se atentar para a importância do planejamento, respeitando os seus objetivos voltados para o desenvolvimento sustentável e que, em hipótese alguma, ele poderá ser a única opção para a geração de emprego e renda de uma localidade, mas, sim, uma alternativa para que os municípios envolvidos, principalmente os que contemplam um elevado índice de pobreza, como é o caso de Buíque, proporcionem ao seu povo melhores condições de vida, nesse ambiente em que a preservação da natureza seja propulsora de desenvolvimento, proporcionando aumento da qualidade de vida.

Atualmente se percebe que o Estado de Pernambuco está redefinindo o seu papel perante a indústria do turismo. Vale lembrar que isso não pode estar restrito apenas a equipamentos e serviços turísticos; é cada vez mais evidente que o Estado deve exercer um papel central no fomento de critérios de desenvolvimento local e na coordenação das atuações dos agentes privados que nele interagem.

A regionalização do turismo transforma a ação centrada na unidade municipal para uma política pública mobilizadora, de forma articulada e compartilhada, com planejamento e coordenação para o desenvolvimento turístico local, regional, estadual e nacional. É, também, esforço coordenado entre municípios, Estados e países para ações de negociação, consenso, planejamento e organização social.

Mesmo reconhecendo o caráter inovador da proposta governamental do Programa de Interiorização do Turismo como uma metodologia criativa de modelos de gestão e de outras políticas relacionadas ao desenvolvimento do turismo, percebe-se que, com relação aos investimentos municipais na cidade de Buíque, malgrado seu potencial para os mais variados segmentos turísticos, pouco se fez de concreto para a promoção do setor.

Os resultados demonstram que não obstante posicionamentos otimistas por parte da administração municipal e das gestões de políticas públicas, muito há de se avançar para a efetiva democratização da própria gestão, tanto no que se refere a justa alocação de equipamentos culturais e de infra-estrutura, tanto no sentido da plena participação e representatividade da população residente local na gestão dessas políticas.

As ações decorrentes da criação do Parque Nacional do Catimbau, via decreto presidencial, que teoricamente estaria alinhado com as diretrizes que norteiam o ecoturismo vem tornando o quadro ainda mais conflitante, pois mesmo sendo evidente a sua potencialidade para estudos científicos, para a promoção da educação ambiental e turismo sustentado; percebeu-se ao desenvolver o presente estudo que, mesmo passados sete anos de sua oficialização, pouco se fez. Portanto, é necessário que alguma medida eficiente e planejada adequadamente seja tomada o mais breve para que toda essa potencialidade não se torne, segundo o termo utilizado por Kinker (2005, p. 39) um “Parque de papel”, ou, no papel.

Esse tipo de incentivo desponta como um novo modelo para a promoção do turismo no interior nordestino, descortinando um Brasil ainda pouco conhecido pelos próprios brasileiros, um território que por tantas décadas foi sinônimo de fome, miséria e desnutrição. A educação ambiental apoiada na sustentabilidade num contexto de ecoturismo, afirma-se no caso de Buíque, como cenário promissor, não só pelos aspectos geográficos, de fauna e flora, mas também pela singularidade e exuberância de sua paisagem, e pela topografia simbólica que ali se instala e se agrega ao modo de vida simples das populações residentes e pelo seu potencial turístico.

#### 4. REFERÊNCIAS

ALBAM, M. Turismo no Brasil: a estratégia da Expansão Espacial e Seus Problemas. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO DE BASE LOCAL. Curitiba. *Anais...* 2004.

ALECRIM, E. **A Fisiografia e o Turismo de Pernambuco**. Recife: Bagaço, 2003.

ALVES, C. Patrimônio Agredido. **Jornal do Commercio**. Recife, 8. Mar. Cidades, 08 mar. 2009.

AZEVEDO, C. B. de A. **Campos do Buíque: suas terras, sua gente**. Recife: Fundação Casa das Crianças de Olinda, 1991.

BARROS, M. I. A. Outdoor education: uma alternativa para a educação ambiental. In: SERRANNO, C. (Org.). **A Educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo: Chronos, 2000, p. 85 -110.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 8. ed. São Paulo: Senac, 2003.

BEZERRA, D. M. F; CARVALHO, A. C. **Programa nacional de municipalização do turismo: realidade e perspectivas**. Curitiba, 1999. Trabalho de Especialização.

BNB. Disponível em: <[www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br)>. Acesso em: Abr. 2009.

BRASIL. Decreto-Lei nº 84.017/79, Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros de 21 de setembro de 1979.

BRASIL. MICT/MMA. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiro do Brasil: diretrizes políticas**. Brasília: Link Design, 2004.

BRAUN, R. **Desenvolvimento ao ponto sustentável**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

CAPRA, F. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2002.

CARVALHO, I. C. M. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

CASTILHO, C. J. M. Turismo: uma prática sócio-espacial que se redefine e uma nova perspectiva do espaço geográfico. **Revista de Geografia**. Recife. v. 15, 1999.

CATTANI, A. D. (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CAVALCANTE, M. B. **Ecoturismo no Brasil: visita à natureza**. *Mundo Jovem*, v. 369, p. 2, 2006.

CAVALCANTI, C. (Org). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Senac, 1995.

CNRB. **Cenário para o Bioma Caatinga**. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga. BRASIL. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. Recife. SECTMA, 2004.

CPRH. **Unidades de conservação do Estado de Pernambuco**. Disponível em: <<http://www.cprh.pe.gov.br>>. Acesso em: Out. 2008.

CRUZ, R. de C. A. da. Políticas de turismo e construção do espaço turístico litorâneo no Nordeste do Brasil. In: LEMOS, A. I. G. (Org). **Turismo: impactos socioambientais**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

CURY, M. J. F. Lazer em parques nacionais. In: TRIGO, L. G. G. (Ed). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: ROCA, 2005.

DELGADO, J. A interpretação ambiental como instrumento. In: SERRANNO, C. (Org.). **A Educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo: Chronos, 2000. p. 155-170.

DINIS, S. M. **O Ecoturismo: um instrumento para o desenvolvimento sustentável?** 2005 109f. Dissertação de Mestrado. (Desenvolvimento e Cooperação Internacional). Universidade Técnica de Lisboa, Portugal. 2005.

Drumm, A. & Moore, A. **Desenvolvimento do Ecoturismo – Um Manual para Planejadores e Gestores de Conservação**. Vol. 1. The Nature Conservancy, Arlington, Virginia, USA. 2003.

EMBRATUR. **Banco de Dados**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: Mar. 2008.

FARIA, D. S. de. **Sustentabilidade ecológica no turismo**. Brasília: Ed. da UNB, 2001.

FENNELL, D. A. **Ecoturismo, uma introdução**. São Paulo: Contexto. 2002.

FERRAZ, J. A. **Regime Jurídico do Turismo**. Campinas: Paripuz, 2005.

GUIMARÃES, M. **A Educação Ambiental: no Consenso um Embate?** Campinas: Papirus, 2000.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas: Papirus, 1996.

GUSMÃO, J. **Aventura no Vale do Catimbau**. Recife: Bargaço, 1997.

IBAMA. **Banco de Dados**. <<http://www.ibama.gov.br/inicio/mainverde/html>> Acessado em 28.03.08.

IBAMA. Decreto, s/n, de 13 de dezembro de 2002. **Dispõe sobre a criação do Parque Nacional do Catimbau, nos Municípios de Ibimirim, Tupanatinga e Buíque, no Estado de Pernambuco, e dá outras providências**. Brasília, 2002.

KADT, E. **Tourisme: passeport pour le développement?** Madrid: Edymion, 1979.



KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em Parques Nacionais**. Campinas: Papirus, 2005.

LIMA, H. C. de. **Gestão de políticas ambientais sobre unidades de conservação tipo Parque Nacional, sustentabilidade e população residente- um estudo junto a habitantes do Vale do Catimbau em Pernambuco**. 2003. 122f. Dissertação (Gestão de Políticas Públicas). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

LICKORISH, L. J; JENKINS, C. J. **Introdução ao turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MAGALHÃES, C. F. **Diretrizes para o turismo sustentável**. São Paulo: Roca, 2002.

MENDONÇA, R.; NEIMAN. Z. **À sombra das árvores: transdisciplinaridade e educação ambiental em atividades extraclasse**. São Paulo: Chronos, 2003.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010**. Brasília: Ministério de Turismo, 2007.

MORATO, R. B. dos S. **Gestão municipal para o desenvolvimento dos municípios turísticos do semi-árido sergipano**. Dissertação (Estudos do Semi-Árido). São Cristóvão: UFS, 2003

MORIN, E. **Os sete saberes necessários a educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortes; Brasília, DF: Unesco, 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO - OMT. **Planejamento para o desenvolvimento de turismo sustentável a nível municipal: guia para treinamento dos agentes multiplicadores nacionais, estaduais e monitores municipais**. Madri/Espanha: OMT, 1994. 163p.

PÁDUA, M.T.J. **Os Parques Nacionais e Reservas Biológicas do Brasil**. Brasília, DF: IBDF, 1983.

PELLEGRINI FILHO, A. **Ecologia, Cultura e Turismo**. 2 ed. Campinas: Papirus, 1997. (Coleção Turismo).

PERNAMBUCO Conhece Pernambuco. Disponível em <[www.peconhecepe.com.br/rota\\_crenca.kmf](http://www.peconhecepe.com.br/rota_crenca.kmf)>. Acesso em: Nov. 2008.

PORTUGUEZ, A. P. **Agroturismo e Desenvolvimento Regional**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 6. ed. Campinas: Papirus, 1997.

SAMPAIO, J. L. de C. S. **Geotecnia do Ambiente Urbano**. 120f. Dissertação. (Engenharia Ambiental Urbana). Salvador: UFBA, 2003.

SECRETARIA DE TURISMO DE PERNAMBUCO – SETUR. Disponível em: <[www2.SETUR.pe.gov.br/web/empetur/exibirartigo?companyId=communis.com.br&articleId=79](http://www2.SETUR.pe.gov.br/web/empetur/exibirartigo?companyId=communis.com.br&articleId=79)>. Acesso em: Set. 2008.

SERSON, J. Turismo e Cidadania. **Brasilturis Jornal**, ano 18, n. 409, maio. 1999.

SILVA, A. P. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Hucitec, 2004.

SIQUEIRA, G. R.. **Avaliação da implementação do Parque Nacional do Catimbau-PE:** uma análise do desenvolvimento sustentável na perspectiva do ecoturismo e da comunidade local. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia). Recife: UFPE, 2006.

SOUZA, A. P. **Arte Popular.** Disponível em: <<http://anapaulasousa.blog.terra.com.br/tag/arte-popular/>>. Acesso em: Ago. 2008.

SOUZA, J. L. de A. **Reflexões sobre o terceiro setor:** o caso da ASTUR-PE. Dissertação (Gestão Pública). Recife: UFPE, 2007.

UNESCO/PNUMA - Seminário internacional sobre educação ambiental de 1975. Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) - In: Barbieri, J.C., *gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*. São Paulo: Saraiva, 2004.

VERUNSCHK, M. **Uma vida para dois filmes (ou três?).** Disponível em: <[www.itaucultural.org.br/index.cfm?cd\\_pagina=2720&cd\\_materia=713t](http://www.itaucultural.org.br/index.cfm?cd_pagina=2720&cd_materia=713t)>. Acesso em: Fev. 2009. Revista Eletrônica Itaú Cultural.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo:** impactos, potencialidades e possibilidades. São Paulo: Manoele, 2001.

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL. **Banco de Dados.** Disponível em: <[http://74.125.67.132/translate\\_c?hl=pt-BR&sl=en&u=http://www.wttc.org/&prev=/search%3Fq%3Dwttc%2B2009%26hl%3Dpt-BR&usg=ALkJrhhci4LtEcoxsmHlh62-UK9eO57xWw](http://74.125.67.132/translate_c?hl=pt-BR&sl=en&u=http://www.wttc.org/&prev=/search%3Fq%3Dwttc%2B2009%26hl%3Dpt-BR&usg=ALkJrhhci4LtEcoxsmHlh62-UK9eO57xWw)>. Acesso em: Out. 2008.

## **APÊNDICES**

### **APÊNDICE A – Caracterização Geral do Município de Buíque**

O Município de Buíque é um dos mais antigos de Pernambuco. Originou-se sob o signo da exploração mineral e processos extrativistas e, dessa forma, cresceu e alcançou o desenvolvimento local. Segundo Azevedo (1991), o município teve origem em terras doadas a Duarte Coelho para construir a Capitania de Pernambuco em 1534.

#### **Origem do nome, outras versões**

Quem nasce em Buíque é buiquense e, quanto ao seu nome, há pelo menos, três versões para explicar a origem. A primeira diz que Buíque, vocábulo Tupi, designa “lugar de cobras”. A segunda é que o seu nome está atribuído ao som que fazia uma flauta usada pelos índios do local, ao ser soprada com força, sendo, portanto, onomatopéia. Supõe-se que eles eram canibais e a flauta era feita dos ossos do fêmur dos inimigos. E a última explicação é que, também originado do Tupi, portanto, de uma forma diferente, Yby-Yqui, onde Yby, a terra, o solo, o chão, e a palavra Yqui, o sal, significando, portanto, Terra do Sal ou Sal da Terra (AZEVEDO, 1991, p. 35).

#### **Histórico do surgimento do município**

A história da ocupação e do povoamento da cidade tem início, segundo Azevedo (1991, p. 22) em 1614: uma expedição de portugueses, chefiada por

Nicolau Aranha Pacheco, veio à região em busca de supostas minas de prata que estariam situadas na Fazenda da Lagoa, no local que, hoje, é o distrito do Catimbau.

Após essa expedição, uma outra, com um número maior de pessoas, chegou à região chefiada pelo mesmo Nicolau Aranha Pacheco, que já tinha feito a solicitação de uma Sesmaria no local ao Governador da Capitania e incentivaria o surgimento de vilas e pequenas fazendas. Algumas delas tornar-se-iam futuras cidades, como é o caso de Garanhuns, Buíque, Pedra, entre outras.

A Sesmaria foi concedida e perfazia um total de 100 léguas de terra. Foi estabelecida no Catimbau, antes conhecido por Fazenda da Lagoa, e composta dos seguintes sítios e fazendas:

- Fazenda Puxinanã (incluindo o Sítio da Pedra).
- Fazenda Grande (inclusive os Sítios Gravatá, Pilões, Macaco, Cachoeirinha, Cafundó, Lagoa do Negro, Lameiro e Cruz do Aranha).
- Fazenda Serrinha (incluindo os Sítios Batinga, Cabo do Campo, Riacho do Confim, Olho D'água do Mato, Mina Grande, Serra Batista, Salina e Santa Clara).
- Fazenda Mocó.
- Sítio do Catimbau.
- Sítio da Maniçoba.
- Sítio do Mororó.
- Sítio Cachoeira.
- Sítio Panelas (Ferreira, 2004).

Mesmo não tendo encontrado prata, mas, salitre na região, os portugueses resolveram fazer a exploração e reuniram um grande número de pessoas na área. A quantidade de sítios e fazendas listados acima deixa e clara a proporção dessa ocupação.

Nessa ocupação, além de nativos, havia holandeses, portugueses e alguns descendentes de franceses vindos da costa paraibana, na época conhecida por capitania de Itamaracá (Ferreira, 2004, p. 24).

Com o seu crescente povoamento, o lugar passou a ser conhecido por Campos do Buíque e, no ano de 1716, foi vendido ao Sr. Félix Paes de Azevedo que, ao decidir viver ali, logo mandou construir uma capela dedicada a São Félix de Cantalice. Surgia a cidade do Buíque. (Azevedo, 1991).

Em 11 de dezembro de 1795, foi criado o distrito de Vila Nova de Buíque. Posteriormente foi elevado à categoria de vila pela lei provincial número 337, de 12 de maio de 1854:

Lei provincial nº 337 – cria um termo de freguesia de Buíque, do qual fará parte a de Águas Belas. Eleva à categoria de Vila, sob a denominação de Vila Nova do Buíque, a população do mesmo nome.

Este alvará foi encaminhado à nova vila pelo porta-voz do presidente da província de Pernambuco, até então o senhor José Bento da Cunha Figueiredo.

A Câmara municipal da Vila Nova de Buíque foi instalada em 16 de abril de 1855. O município, além da paróquia da vila, compreendia mais a de Nossa Senhora da Conceição da Pedra, que a lei provincial número 1.542, de 13 de maio de 1881, elevou à categoria de município. (Azevedo, 1991).

Foi marcada a primeira entrância, de 12 de julho de 1870, e classificada pelos decretos nº 4661, de dezembro de 1870, tendo acesso a uma organização jurídica pelo decreto nº 5139. Tudo isto para que fosse viabilizado o primeiro juiz de direito a trabalhar no Município, Dr. João Hieceno Alves Maciel.

Até então o município dependia diretamente de outros municípios, porém, de acordo com a lei estadual nº 52, de 03 de agosto de 1892, tornou-se município autônomo em 01 de abril de 1893, tendo, no seu primeiro governo municipal eleito pelo voto direto, o Padre João Ignácio de Albuquerque, como primeiro prefeito do município.

Finalmente, em 26 de maio de 1904, a sede recebe foros de cidade, pela Lei 669, passando a chamar-se Buíque.

## **Aspectos Geográficos**

O município de Buíque está localizado na meso-região do Agreste Pernambucano, mais precisamente na micro-região do vale do Ipanema.

Abrange uma área de 1.345,124km<sup>2</sup>, uma posição geográfica em sua sede de referencial 8°37'2" de Latitude sul, 37°09'21" de longitude Oeste de Greenwich, e limita-se da seguinte forma:

Ao Norte com os municípios de Arcoverde e Sertânia;

Ao Sul com municípios de Águas Belas e Tupanatinga;

Ao Leste com o município da Pedra;

Ao Oeste como município de Tupanatinga. (IBGE, 2000).

Sua distribuição territorial, baseada na carta planimétrica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, revista em novembro de 1978 e atualizada em agosto de 1990, constata que alguns povoados administrados pelo município se encontram fora de seus limites Geográficos, com o povoamento dos Breus, Coordenadas UTM 688.450E e 9.061.051N, e o povoamento de Ponta de Várzea, Coordenadas UTM 687.480E e 9.050.222N.

## **Vias de Acesso**

O município de Buíque é um dos mais antigos de Pernambuco e está localizado a 285km da capital pernambucana, em acesso por estrada asfaltada. Primeiro pela BR 232 e depois pela a PE 270, que dista 27km da cidade de Arcoverde. Tem trânsito ainda a todas as cidades limítrofes.

## **Distritos, povoados e distribuição populacional**

Segundo o IBGE (2007), administrativamente, a cidade se apresenta com uma população de aproximadamente 49.937 habitantes, distribuídos na sede, distritos, povoados e zona rural, onde se concentra a maior parte da população, conforme nos mostra gráfico abaixo:

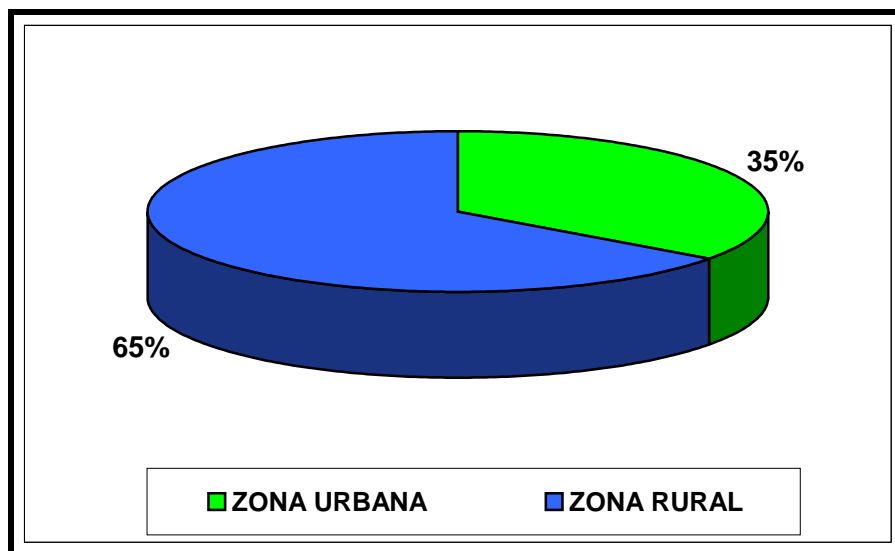


Gráfico xx: Distribuição da População Buiquense. Fonte: IBGE, 2000.

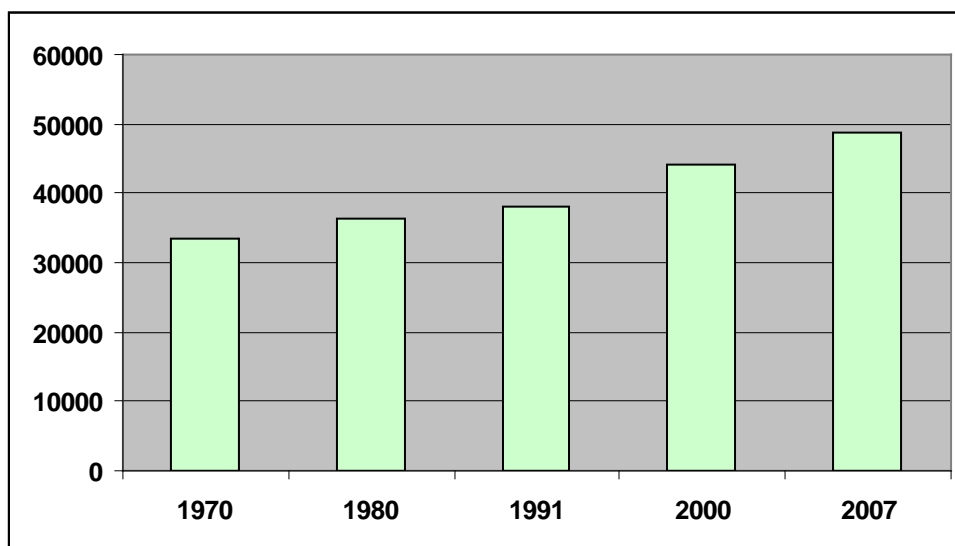


Gráfico xx: Evolução da População. Fonte: IBGE, 2007

Seus distritos são: Buíque, Carneiro, Catimbau e Guanumbi, conhecido também por São Domingos. Representados na tabela abaixo, com sua colocação quanto à quantidade de habitantes.

DISTRITO	DISTRIBUIÇÃO
Buíque (Sede)	1º Distrito
Vila do Carneiro	4º Distrito
Vila do Catimbau	3º Distrito
Vila Guanunbi	2º Distrito

Quadro XX: Distribuição da População Buiquense.

Além dos distritos, tem como principais povoados: Tanque, Aldeia Indígena Kapinawá e Povoado Amaro.

Existe ainda a reserva indígena formada pelos índios Kapinawá com aproximadamente 1.354 habitantes no solo municipal, instalados em uma área de 12.260 hectares, que abrangem também os municípios de Tupanatinga e Ibimirim.(Ferreira, 2004).

## Clima

Segundo o tipo climático de KÖPPEN, Buíque tem clima BShs (clima seco do semi-árido com chuvas no outono-inverno). Com médias de temperatura máxima 30°C e mínima de de 15°C. Devido à altitude em parte da sua área, apresenta um mesoclima mais frio no qual, no período de inverno, a temperatura pode chegar a 8°C.

Buíque está entre as três cidades mais altas do Estado de Pernambuco, sendo, as duas primeiras, Triunfo e Garanhuns, respectivamente. De acordo com os dados do IBGE (2002), a altitude do município, na sede, é de 798 metros, com marco fixado na porta da Igreja Matriz de São Félix de Cantalice, mas na região do Parque Nacional do Catimbau, ela pode chegar a 1.060 metros.

## Pluviometria



Analisados os dados pluviométricos do município, constatamos que estes apresentam situações bastante diferentes e evidenciam a existência de áreas de maior ou menor precipitação para o mesmo período.

A época mais chuvosa compreende os meses de março a junho e a estação em maior altitude apresenta dados pluviométricos maiores, corroborando com a variação de pressão atmosférica.

Diante disso, a sede do município se apresenta mais chuvosa e a estação do povoamento com menores precipitações.

## **Vegetação**

A sua vegetação é amplamente dominada pela caatinga hoporxerófila e hiperxerófila, sendo esta típica das áreas mais secas do semi-árido pernambucano, tendo como espécies mais freqüentes: macambira, pereira, xiquexique, caroá, angico, entre outras. Ocorrendo ainda gramíneas, cactáceas e as áreas de cultivo. A hiporxerófila é formada predominantemente por árvores e arbustos que perdem as folhas durante a época seca. Predomina no agreste do Estado e em áreas semiáridas ou sub úmidas, as espécies mais comuns são: canafístula, mulungu, jurema preta, macambira, marmeleiro e mandacaru. (Ferreira, 2004).

## **Morfologia**

O aspecto Morfológico mostra duas feições diferenciadas: a do domínio sedimentar da Bacia do Tucano Jatobá (período siluro-devoniano) e outra pertencente às rochas cristalinas. O planalto da Bacia do Tucano Jatobá se inicia nas proximidades de Salvador (BA), atingindo até as cercanias de Arcoverde (PE).

Cidades encontradas próximo de Afogados da Ingazeira (PE), que se assemelham ao Planalto da Bacia do Jatobá.

Na porção sedimentar, vislumbra-se uma seção plana e pouco ondulada, arrastada, onde se posiciona a parte mais basal da bacia, e uma outra alta e plana, escarpada, onde se alcançam pontos altimétricos da ordem de 1.000 metros, tendo no seu contorno mais baixo, cotas aproximadas de 600 metros.

São constituídas por arenitos formadores de feições modelares e contornos alcantilados semelhantes aos encontrados na Bacia do Parnaíba (formação Serra Grande e Cabeças) apresentando desenhos pitorescos com rica plasticidade, tratando-se dos arenitos formação Tacaratu. As formas abauladas são características das coberturas Tercio-quartenária.

No domínio do cristalino, ressaltam dois tipos distintos de relevo, que se colecionam em faixas de direção noroeste-sudoeste.

Na porção mais noroeste, onde se localiza a sede do município, encontrou-se um relevo ondulado e pouco escarpado com bastante cobertura pluvial rica em solos, possivelmente devido à alta precipitação pluviométrica ali registrada.

Na porção mais a sudoeste, ela é separada por um falhamento noroeste-sudoeste. Verifica-se uma superfície arrasada com pouco colúvio e solos pobres, pedregosos, em que domina o vale do Rio Ipanema. Suas cotas são de ordem 400m a 450m. Constitui, portanto, uma porção menos chuvosa do município. (FERREIRA, 2004).

Conforme Andrade (et al, 2003, p. 30): “Os terrenos sedimentares verificados no estado de Pernambuco têm idades que vão do Paleozóico ao Cenozóico. As rochas sedimentares mais antigas são encontradas na bacia do Jatobá. Elas têm a idade Siluro-Devoniana (Era Paleozóica), o que significa dizer que se formaram há mais de 400 milhões de anos. A bacia do Jatobá é uma das bacias sedimentares interiores situadas na porção centro sul de Pernambuco, abrangendo uma área de aproximadamente 6.200km<sup>2</sup>. Engloba os municípios de Inajá, Buíque, Ibimirim, dentre outros. É composta por rochas sedimentares do tipo arenito, siltitos, argilitos e folhelhos. Além de terrenos paleozóicos, encontram-se nesta bacia, terrenos mesozóicos”.

## **Solo**

O solo predominante do município é o Regossolo. Esse tipo apresenta uma textura arenosa medianamente profunda, com um perfil pouco desenvolvido e bastante drenado; apresentam-se ácidos.

Observa-se também o solo do tipo Areia Quartzosa, que são solos pouco desenvolvidos e profundos, formados por sedimentos muito arenosos, composto de grãos de quartzo em relevo plano ou suave ondulado. Estes solos também são ácidos e de baixa disponibilidade de nutrientes e de água.

## **Hidrografia**

O município de Buíque integra a Bacia do Ipanema. Esta bacia hidrográfica localiza-se no agreste de Estado de Pernambuco, abrangendo, além de Buíque, os municípios de Pesqueira, Arcoverde, Pedra, Alagoinha, Venturosa, Tupanatinga, Itaíba, Águas Belas, Iati e Saloá.

A bacia atravessa uma área que foi submetida, durante o período cenozóico, a sucessivas fases de erosão que acarretaram a formação de amplos pediplanos e o estabelecimento de superfícies residuais e, em alguns casos, denominadas de "insebergues". As altitudes da bacia em apreço situam-se na faixa de 350 a 1.000 metros, sendo que, em alguns pontos da serra Ororubabo, no município de Pesqueira, chega a 1.125m.

Além da bacia, muitos riachos fazem parte do município. São eles:

- Riacho do Mororó (temporário).
- Riacho do Jaburu, banha a região do Amaro.
- Riacho do Caldeirão, próximo ao sítio logradouro.
- Riacho do Ponto, próximo a divisa com Tupanatinga.

- Riacho dos Filões, próximo ao Sítio Isídio.
- Riacho do Mota, abaixo da serra do Mota.
- Riacho do Cafundó, situado na Serra do Boi.
- Riacho Coqueirinho, próximo ao Sítio Coqueiro.
- Riacho Mimoso, próximo ao Sítio Serrote Preto.
- Riacho do Salgado, próximo ao Sítio Lamedouro.
- Riacho do Chucurú, situado no Sítio Chucuru.
- Riacho do Mel, apenas uma pequena parte passa pelo município.
- Riacho do Catimbau.
- Riacho da Ponta de Várzea, próximo ao Sítio Brejinho de Baixo. (FERREIRA, 2004).

### **Aspectos Socioeconômicos**

Por apresentar uma taxa de urbanização de 35%, é possível inferir que a maioria da população tem ocupação em atividades agropecuárias, sendo, segundo o IBGE, cerca de 71,9% em atividades agrícolas, restando apenas 28,1% em outras atividades.

Possui uma renda *per capita* de R\$ 59,95 (IBGE, 2000). Diante desta realidade, o município apresenta cerca de 88,67% de crianças em famílias com renda inferior a meio salário mínimo, o que afeta diretamente a qualidade de vida da população, refletida pelo IDH-M de 0,575 no ano 2000.

Quando analisada a renda, dos 9.701 domicílios, 4.471 destes vivem na faixa entre meio a um salário mínimo, o que representa 46,09%. Registre-se que 2.126 destes, inclusive os domicílios cuja pessoa responsável recebia somente em benefícios, não apresentaram rendimentos. Diante destes dados, como não poderia ser diferente, apesar de uma leve redução, o município apresentou, segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, uma proporção de 77,97% de pobres.

A educação da população ainda é baixa, representada pela média de anos de estudo disponível no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, que apresentou 1,54 e 2,18 nos anos de 1991 e 2000, respectivamente.

Em relação ao abastecimento d'água e o saneamento ambiental, o município apresenta 2.754 domicílios com abastecimento d'água por meio da rede geral, 2.343 por meio de poço ou nascente e 4.604 com outras formas. Em relação ao banheiro ou sanitário, 1.252 apresentaram rede geral, valendo o registro de que 4.929 não tinham. Em relação ao destino do lixo, 2.419 tem coleta de lixo enquanto 7.282 têm outro destino.

## Setores da Economia no Município

### Agricultura e Pecuária

Sua economia é baseada na pecuária leiteira e na agricultura. Chamamos atenção para o destaque que exerce no cultivo dos seguintes produtos (IBGE, 2007):

CULTURA	QTD. PRODUZIDA (t)
Mandioca	48.000
Feijão (em grão)	5.280
Castanha de Cajú	2.000
Batata Doce	300
Milho	9.000

Quadro XX: Cultivo de produtos. Fonte: IBGE, 2007

O município ocupa o terceiro lugar no Estado como produtor de Milho, sendo os primeiros: Exu com 11.000 e Custódia com 6.120, e primeiro lugar em castanha e feijão. Nesse caso, merece destaque a vasta produção da castanha, na qual, além de ser o maior do Estado, está entre os maiores produtores da região Nordeste.

Na pecuária, sua produção leiteira também merece destaque. A maior parte ocorre no povoado do Amaro.

## **Indústria**

A infraestrutura econômica e os fatores restritivos da atividade industrial são os principais dessa atividade no município. As atividades industriais desenvolvidas no município de Buíque não constituem atividades de grande porte. Existem cerca de onze indústrias que representam apenas 2,89% do total de estabelecimentos do município e 1,23% dos empregos formais (IBGE, 2007). Os dados demonstram o predomínio das indústrias tradicionais, estruturadas em sua maioria de forma artesanal.

## **Comércio e Serviços**

No município, percebe-se o acontecimento de uma relativa movimentação urbana, decorrente das atividades econômicas desenvolvidas em seu meio e do fluxo rodoviário bastante intenso, principalmente das áreas rurais para a sede. Possui todas as condições necessárias ao desenvolvimento de uma estrutura urbana compatível com os centros interioranos mais evoluídos.

## ANEXOS

### ANEXO A – Decreto de Criação do Parque Nacional do Catimbau



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

DECRETO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2002.

Cria o Parque Nacional do Catimbau, nos Municípios de Ibirimir, Tupanatinga e Buíque, no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 11 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002,

**DECRETA:**

Art. 1<sup>º</sup> Fica criado o Parque Nacional do Catimbau, localizado nos Municípios de Ibirimir, Tupanatinga e Buíque, no Estado de Pernambuco, com o objetivo de preservar os ecossistemas naturais existentes, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e turismo ecológico.

Art. 2<sup>º</sup> O Parque Nacional do Catimbau tem os limites descritos a partir das cartas topográficas, em escala 1:100.000, MI nºs 1366, 1367, 1444 e 1445, editadas pela Diretoria do Serviço Geográfico-DSG do Exército Brasileiro, com o seguinte memorial descritivo: inicia-se no Riacho do Mel, no ponto de coordenadas planas aproximadas E= 668757 e N= 9065471 (Ponto 1), localizado próximo à ponte da Rodovia BR-110; deste ponto, segue a montante pelo talvegue do referido riacho até a confluência com o Riacho do Mimoso, no ponto de c.p.a. E= 695598 e N= 9070500 (Ponto 2); daí, segue a montante pelo talvegue do Riacho Mimoso até atingir a margem do açude da Fazenda Angicos, no ponto de c.p.a. E= 695057 e N= 9066327 (Ponto 3); daí, segue no sentido anti-horário pela margem do referido açude até o ponto de c.p.a. E= 695268 e N= 9066208 (Ponto 4); daí, segue a montante pelo talvegue do Riacho Mimoso até atingir o ponto de c.p.a. E= 696588 e N= 9063190 (Ponto 5); daí, segue em linha reta até o talvegue de um afluente, sem denominação, da margem esquerda do Riacho do Xicuru, no ponto de c.p.a. E= 699554 e N= 9063519 (Ponto 6); daí, segue em linha reta até atingir o talvegue de um afluente, sem denominação, da margem direita do Riacho Mimoso, no ponto de c.p.a. E= 699958 e N= 9062211 (Ponto 7); daí, segue a jusante pelo talvegue do referido afluente até a sua foz no Riacho Mimoso, no ponto de c.p.a. E= 697393 e N= 9061238 (Ponto 8); daí, segue a montante pelo talvegue do Riacho Mimoso até o ponto de c.p.a. E= 698965 e N= 9059914 (Ponto 9); daí, segue em linha reta até o talvegue do Riacho Salgado, no ponto de c.p.a. E= 698790 e N= 9057529 (Ponto 10); daí, segue a montante pelo talvegue do Riacho Salgado até a foz de um afluente da margem esquerda, sem denominação, no ponto de c.p.a. E= 700075 e N= 9055303 (Ponto 11); daí, segue a montante pelo talvegue do referido afluente até o ponto de c.p.a. E= 699265 e N= 9054185 (Ponto 12); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a. E= 699292 e N= 9053761 (Ponto 13), E= 699687 e N= 9053456 (Ponto 14), E= 699762 e N= 9052641 (Ponto 15), atingindo o talvegue do Riacho Salgado, no ponto de c.p.a. E= 699982 e N= 9052389 (Ponto 16); daí, segue a montante pelo talvegue do Riacho Salgado até o ponto de c.p.a. E= 698511 e N= 9049724 (Ponto 17); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a. E= 697656 e N= 9051256 (Ponto 18), E= 697572 e N= 9051671 (Ponto 19), e E= 697572 e N= 9052466 (Ponto 20), atingindo o talvegue de um afluente sem denominação, da margem direita do Riacho do Brejo, no ponto de c.p.a. E= 697467 e N= 9052857 (Ponto 21); daí, segue a jusante pelo talvegue do referido afluente até a sua foz no Riacho do Brejo, no ponto de c.p.a. E= 696943 e N= 9053610 (Ponto 22); daí, segue, a montante, pelo talvegue do Riacho do Brejo, até o ponto de c.p.a. E= 695698 e N= 9051070 (Ponto 23); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a. E= 696406 e N= 9050405 (Ponto 24), E= 696750 e N= 9050453 (Ponto 25), E= 696760 e N= 9049221 (Ponto 26),

atingindo o sopé da Serra de Jerusalém, no ponto de c.p.a. E= 696970 e N= 9048530 (Ponto 27); daí, segue por linhas retas, margeando o sopé da Serra de Jerusalém, passando pelos pontos de c.p.a. E= 696435 e N= 9047870 (Ponto 28), E= 695659 e N= 9047972 (Ponto 29), E= 694491 e N= 9048734 (Ponto 30), E= 693425 e N= 9049386 (Ponto 31), E= 693112 e N= 9050181 (Ponto 32) E= 693167 e N= 9050371 (Ponto 33), atingindo o talvegue do Riacho do Catimbau, no ponto de c.p.a. E= 692883 e N= 9051282 (Ponto 34); daí, segue em linha reta até atingir um afluente da margem direita do Riacho do Catimbau, no ponto de c.p.a. E= 692727 e N= 9051605 (Ponto 35); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a. E= 692276 e N= 9051972 (Ponto 36) e E= 691503 e N= 9051720 (Ponto 37), até atingir um outro afluente, sem denominação, da margem direita, no ponto de c.p.a. E= 689296 e N= 9051846 (Ponto 38); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a. E= 686836 e N= 9050427 (Ponto 39) e E= 685622 e N= 9050458 (Ponto 40) até atingir a Grota Serra Verde, no ponto de c.p.a. E= 683939 e N= 9050940 (Ponto 41); daí, segue a jusante pelo talvegue da referida grota até atingir a sua foz no Riacho do Catimbau, no ponto de c.p.a. E= 683277 e N= 9050681 (Ponto 42); daí, segue a jusante pelo talvegue do referido riacho até atingir o ponto de c.p.a. E= 676445 e N= 9051993 (Ponto 43); daí, segue por linhas retas, passando pelo ponto de c.p.a. E= 675771 e N= 9052417 (Ponto 44) até atingir o talvegue do Riacho do Pioré, no ponto de c.p.a. E= 675556 e N= 9052995 (Ponto 45); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a. E= 674871 e N= 9053202 (Ponto 46) e E= 673718 e N= 9052509 (Ponto 47) até atingir um afluente, sem denominação, da margem direita do Riacho do Pioré, no ponto de c.p.a. E= 672715 e N= 9052439 (Ponto 48); daí, segue a jusante pelo talvegue do referido afluente até atingir a sua foz no Riacho do Pioré, no ponto de c.p.a. E= 671743 e N= 9050015 (Ponto 49); daí, segue a jusante pelo talvegue do referido riacho até atingir a margem da Lagoa da Maria Preta, no ponto de c.p.a. E= 671102 e N= 9049825 (Ponto 50); daí, segue no sentido anti-horário pela margem da referida lagoa até atingir o ponto de c.p.a. E= 670764 e N= 9049360 (Ponto 51); daí, segue a jusante pelo talvegue do referido riacho até atingir a margem da Lagoa do Puiú, no ponto de c.p.a. E= 669800 e N= 9048783 (Ponto 52); daí, segue no sentido anti-horário pela margem da referida lagoa até atingir a sua foz no Riacho do Pioré, no ponto de c.p.a. E= 669163 e N= 9048293 (Ponto 53); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a. E= 668107 e N= 9048025 (Ponto 54), E= 667715 e N= 9048363 (Ponto 55), E= 666677 e N= 9048075 (Ponto 56), E= 665754 e N= 9048517 (Ponto 57), atingindo o talvegue de um afluente, sem denominação, da margem esquerda do Riacho dos Campos, no ponto de c.p.a. E= 663794 e N= 9050900 (Ponto 58); daí, segue por linhas retas, passando pelos pontos de c.p.a. E= 664664 e N= 9051990 (Ponto 59) e E= 664927 e N= 9053340 (Ponto 60) até atingir o talvegue de outro afluente, sem denominação, da margem esquerda do Riacho dos Campos, no ponto de c.p.a. E= 664096 e N= 9053917 (Ponto 61); daí, segue em linha reta até atingir o talvegue de outro afluente, sem denominação, da margem esquerda do Riacho dos Campos, no ponto de c.p.a. E= 664258 e N= 9057124 (Ponto 62); daí, segue em linha reta até atingir o talvegue do Riacho da Cachoeira, no ponto de c.p.a. E= 663578 e N= 9059178 (Ponto 63); daí, segue em linha reta até atingir o talvegue de outro afluente, sem denominação, da margem esquerda do Riacho dos Campos, no ponto de c.p.a. E= 661513 e N= 9059525 (Ponto 64); daí, segue em linha reta até atingir o talvegue do Riacho dos Campos, no ponto de c.p.a. E= 660548 e N= 9059320 (Ponto 65); daí, segue a montante pelo talvegue do referido riacho até atingir o ponto de c.p.a. E= 658656 e N= 9059877 (Ponto 66); daí, segue em linha reta até atingir o talvegue do Riacho do Diogo, no ponto de c.p.a. E= 658789 e N= 9060427 (Ponto 67); daí, segue a montante pelo talvegue do referido riacho até atingir o ponto de c.p.a. E= 660160 e N= 9061152 (Ponto 68); daí, segue em linhas retas, passando pelo ponto de c.p.a. E= 668161 e N= 9064757 (Ponto 69), até atingir o talvegue do Riacho do Mel, marco inicial deste poligonal, perfazendo uma área aproximada de sessenta e dois mil e trezentos hectares.

Art. 3º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, os imóveis particulares constituídos de terras e benfeitorias existentes nos limites descritos no art. 2º deste Decreto, nos termos dos arts. 5º, alínea "I", e 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 4º Caberá ao IBAMA administrar o Parque Nacional do Catimbau, adotando as medidas necessárias à sua efetiva proteção e implantação.

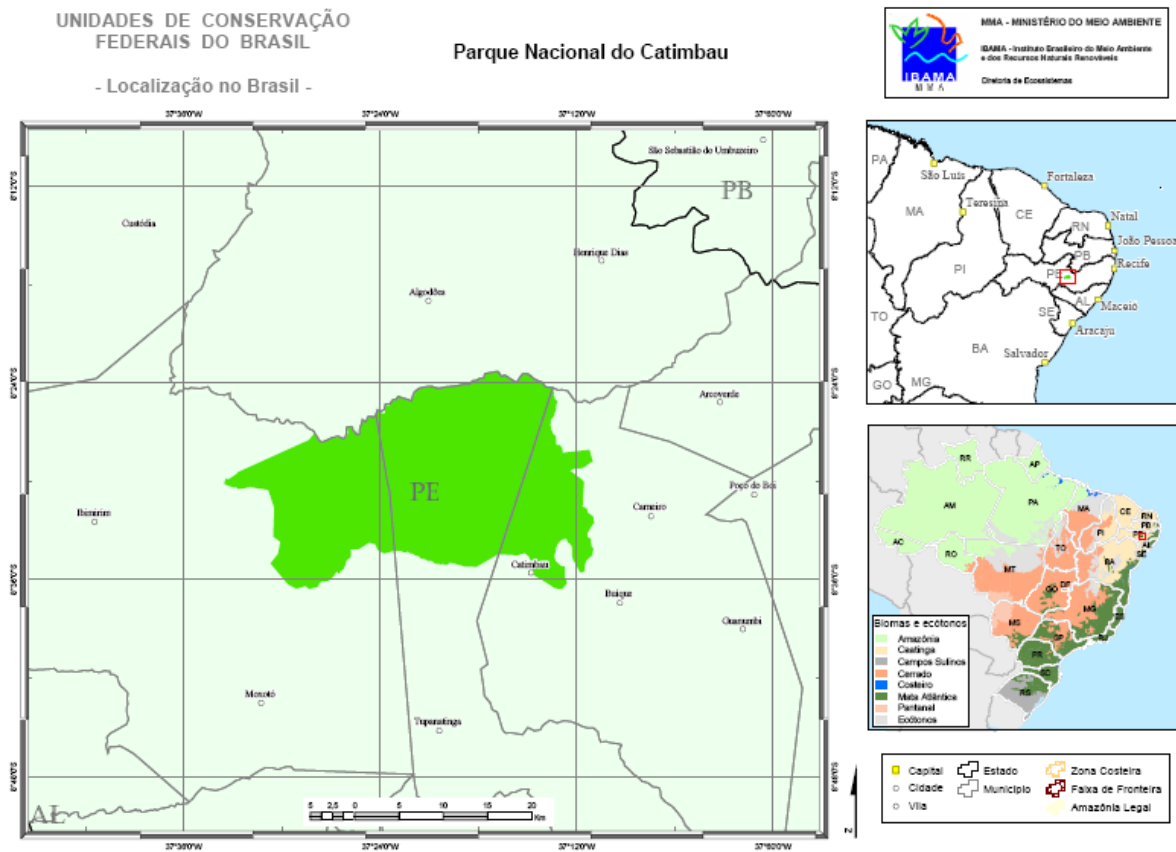
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

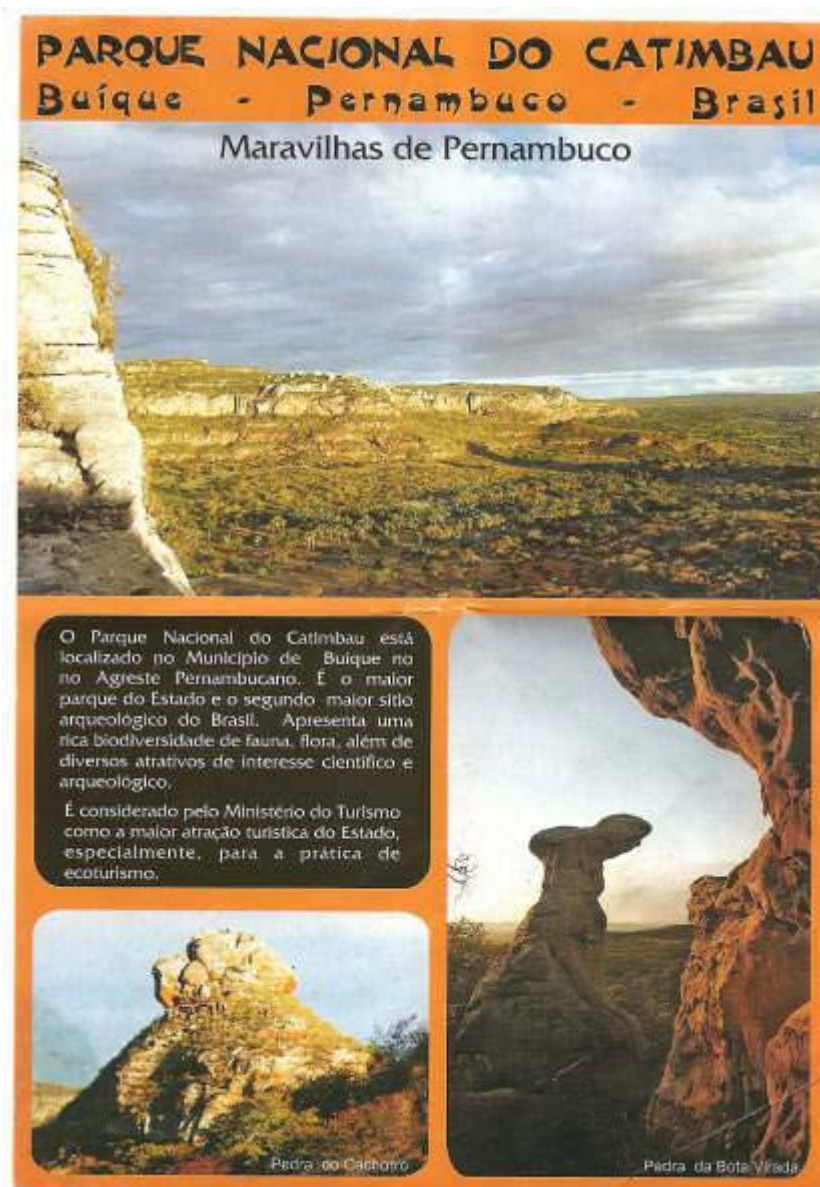
Brasília, 13 de dezembro de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
José Carlos Carvalho




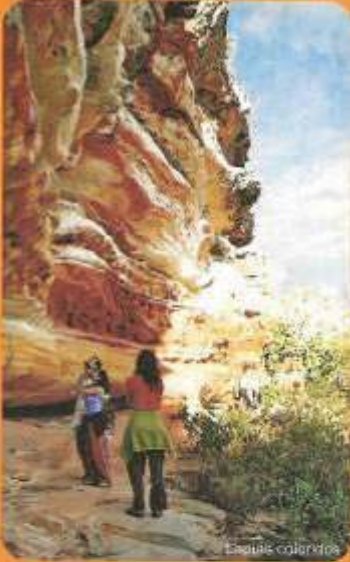
## ANEXO B – Localização no Brasil





**ANEXO C – O Vale do Catimbau (folder 01)**

## ANEXO D – O Vale do Catimbau (folder 02)

No Catimbau existem formações rochosas com formato de animais e objetos esculpidos por milhões de anos pela ação dos ventos e chuvas. Os lapús, atrações únicas no país, são formações de arenito com diversas cores, traçados ao longo do tempo. No Sítio do Alcobaça, local de beleza e importância arqueológica se encontra um paredão com 50m de comprimento repleto de pinturas rupestres com quatro mil anos de existência.

Conheça o Parque Nacional do Catimbau percorrendo alguma das trilhas existentes, como a trilha do Cânion, das Torres, Pedra da Concha, Fazenda Porto Seguro, Alcobaça, Igrejinha, entre outras.





www.prefeituradebuique.com

INFORMAÇÕES: Fone: (87) 3855 2913

Associação dos Guias de Turismo do Catimbau  
Fone: (87) 3816 3052

POUSADAS:  
Pousada Hananda: (87) 3855 1459  
Pousada Nossa Sr<sup>a</sup> das Graças: (87) 3855 1178  
Pousada Santos: (87) 3855 1267  
Pousada Vale do Catimbau: (87) 3816 3030



**ANEXO E – Formulário de Pesquisa para Caracterização do Perfil Socioeconômico dos Residentes do Município de Buíque/PE**

01 – Faixa etária:

15 a 25       26 a 35       36 a 45       46 a 55       56 a mais

02 – Grau de escolaridade:

1º Grau /Fundamental     2º Grau/Médio     Superior Incompleto  
 Superior Completo     Pós Graduação     Mestrado     Doutorado

03 – Renda Mensal Familiar:

Até R\$ 500,00     De R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00     De R\$ 1.001,00 a R\$ 1.500,00     De R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00     Acima de R\$ 2.000,01

04 – Como tem sido o apoio da prefeitura para o desenvolvimento do Turismo?

Ótimo     Bom     Regular     Insuficiente

05 – Em qual das alternativas abaixo um investimento seria mais necessário para a promoção do Turismo no município de Buíque?

Hospedagem     Acesso/Estradas     Restaurantes/Bares     Divulgação  
 Conservação dos Atrativos     Todas     Nenhuma     Outra\_\_\_\_\_

06 – Como a população local poderá ser beneficiada com o desenvolvimento do turismo na cidade?

Mais emprego     Maior Progresso     Nenhum     Outro\_\_\_\_\_

07 - Você sabia que o Vale do Catimbau é o segundo maior parque arqueológico do país?

Sim  Não

08 – Como você classifica a mudança do Vale do Catimbau para Parque Nacional?

Ótimo  Bom  Regular  Ruim  Péssimo  Não sabe

09 – Quais dos atrativos abaixo você já visitou (Pode assinalar mais de uma alternativa)?

Vale do Catimbau  Museu de Madeira de Zé Bezerra  Cachoeiras

Aldeia Kapinawá  Nenhum  Outro\_\_\_\_\_

10 – Na sua opinião, a divulgação e/ou promoção de visitas ao Parque Nacional Vale do Catimbau poderia contribuir para uma maior consciência ecológica?

Sim  Não  Indiferente

11 – Você gostaria de trabalhar diretamente com a atividade turística?

Sim  Não  Tanto Faz

12 - Comentários, críticas e/ou sugestões:

---

---

---

---

Obrigada pela sua contribuição.

O resultado da pesquisa estará sendo divulgado na Dissertação da Mestranda em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável/UPE. Rosecleide Ramos Ferreira.

## **ANEXO F – Formulário de Entrevista Semi-estruturada com a EMPETUR**

Este formulário pretende levantar informações para a caracterização do visitante ao município de Buíque/PE. É parte integrante de uma pesquisa de mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável da UPE/FCAP.

1 – Como se deu o processo para a criação do projeto Pernambuco Conhece Pernambuco?

2 – Como está sendo a aceitação das rotas que já foram implantadas até o momento?

3 – Já existe uma previsão para a implantação da Rota da Crença e da Arte onde o município de Buíque está inserido?

4 – Como se dará o processo de divulgação/implantação da Rota da Crença e da Arte?

5 – Quais os investimentos que são disponibilizados para as cidades contempladas no projeto? E como devem ser utilizados?

6 – Além do Programa de Interiorização do Turismo, existem outros, nos quais o município está sendo contemplado?

7 – Sendo o município dotado de recursos naturais, existe algum projeto voltado para a Educação Ambiental (moradores e turistas)? Em caso afirmativo, como se dará o processo?

8 – Você acha que o município se encontra preparado para contemplar o programa em termos de infra-estrutura?

9 – Quais os fatores positivos com relação ao município de Buíque/PE no que diz respeito ao Turismo?

10 – E os fatores negativos com relação ao município de Buíque/PE no que diz respeito ao Turismo?

11 – Já visitou o município de Buíque? Além do Parque Nacional, quais são os outros atrativos voltados para o seguimento turístico que você conheceu no município?

12 – Existe algum projeto tendo em vista o principal atrativo do município: O Parque Nacional Vale do Catimbau? Gostaria da sua colocação quanto aos seguintes pontos:

- Existe algum projeto/investimento exclusivo para o Parque?
- Existe algum material de marketing turístico sobre o Parque? Quais?
- Como você vê a transformação do Catimbau em Parque Nacional na perspectiva de desenvolvimento do Ecoturismo?
- Foi identificada alguma alteração no fluxo turístico?

**ANEXO G - Formulário de Entrevista Semi-estruturada Aplicada ao Representante do Poder Público do Município de Buíque/Pe<sup>17</sup>**

1 – Qual a situação atual do município com relação ao turismo?

2 – Quais os projetos para a promoção do turismo no município?

3 – E quanto ao ecoturismo, existe algum projeto?

4 – Sendo o município dotado de recursos naturais, existe algum projeto voltado para a Educação Ambiental (moradores e turistas)? Em caso afirmativo, como se dará o processo?

---

<sup>17</sup> Obrigada pela sua contribuição. O resultado da pesquisa estará sendo divulgado na Dissertação da Mestranda em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável/UPE. Rosecleide Ramos Ferreira. Contato: [admrosy2@hotmail.com](mailto:admrosy2@hotmail.com)



5 – Você acha que o município se encontra preparado em termos de infraestrutura para a promoção do turismo?

6 – Existe algum projeto tendo em vista o principal atrativo do município: O Parque Nacional Vale do Catimbau. Gostaria da sua colocação quanto aos seguintes pontos:

Existe algum projeto/investimento exclusivo para o Parque?

Existe algum material de marketing turístico sobre o Parque? Quais?

Como você vê a transformação do Catimbau em Parque Nacional na perspectiva de desenvolvimento do Ecoturismo?

## ANEXO H – Mapa de atrativos turísticos naturais de Pernambuco



Fonte: Metodologia para classificação e hierarquização dos espaços e dos atrativos turísticos de Pernambuco, 1999.

## ANEXO I – Pernambuco conhece Pernambuco (01)

PERNAMBUCO  
CONHECE  
PERNAMBUCO

Santuário Maria Rainha - Garanhuns

ROTA DA CRENÇA E DA ARTE

**Santuários, belas paisagens,  
tesouros arqueológicos.**  
Aqui é fácil encontrar a paz interior.

O Programa PERNAMBUCO CONHECE PERNAMBUCO convida você para descobrir a Rota da Crença e da Arte. Paisagens deslumbrantes, inscrições rupestres, cemitérios pré-históricos e a delicadeza da renda

## ANEXO J – Pernambuco conhece Pernambuco (02)

### Principais cidades e atrativos

#### GARANHUNS

**Alto Columinho** - Um Santuário dedicado a São Cristóvão, fica sobre uma das sete colinas de Garanhuns. No caminho até o Santuário, percorre-se uma via sacra com as quinze estações. Do alto, admira-se a beleza da paisagem da cidade e o Alto do Magano.

**Cristo Magano** - Em 1954, uma imagem de Cristo crucificado, com quatro metros de altura, foi esculpida pelo artista Renato Panteleão. Fica a 1.030 metros de altitude, sobre um mirante em forma de fortaleza de pedra.

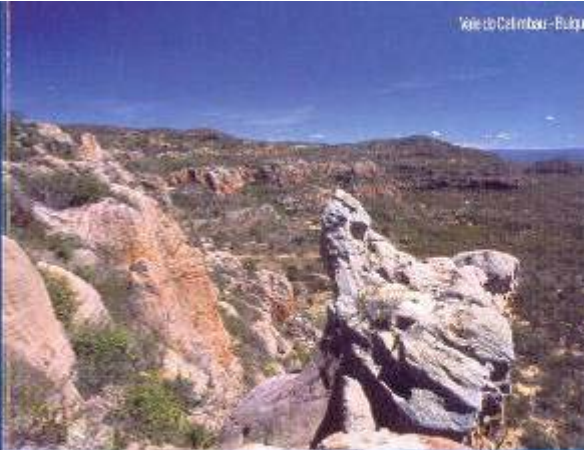
**Igreja do Timbó** - É a mais antiga de Garanhuns. Sua construção está associada a uma imagem de Nossa Senhora de Nazareth, que teria sido trazida da Bahia por um negro escravo fugido do cativeiro, entre 1650 e 1700.

**Mosteiro de São Bento** - A construção, que data de 1940, foi feita em tijolo aparente e lembra os mosteiros beneditinos. Árvores grandes, como pinheiros e *flamboyants*, ficam em volta do mosteiro. Uma cruz em relevo numa grande torre na entrada chama a atenção. Tem claustro, cripta e uma capela moderna.

A capela, os vitrais e um painel que faz alusão ao apocalipse são obras do paulista Cláudio Pato.

O mosteiro funciona como escola de formação de monges. Há também uma loja onde os beneditinos vendem cirois, ícones, pinturas e licores artesanais de jenipapo, chocolate e ameixa.

**Parque Ruber van der Linden** - O parque foi criado onde existia a companhia de abastecimento de água e luz de Garanhuns, administrada pelo engenheiro Ruber van der Linden. Foi reformado em 1994 e atualmente é um parque arborizado, com flores raras, lagos, fontes de água, grutas e pássaros.




**BELO JARDIM**  
**Centro de Artesanato Tareco e Mariola** - Reúne o melhor da produção local, com destaque para as peças produzidas com material reciclado.

**BUIQUE**  
**Vale do Catimbau** - O lugar preserva cemitérios pré-históricos, sítios arqueológicos com inscrições rupestres e uma imensidão de grutas e rochas esculpidas pela força do vento, como a Pedra do Cachorro.

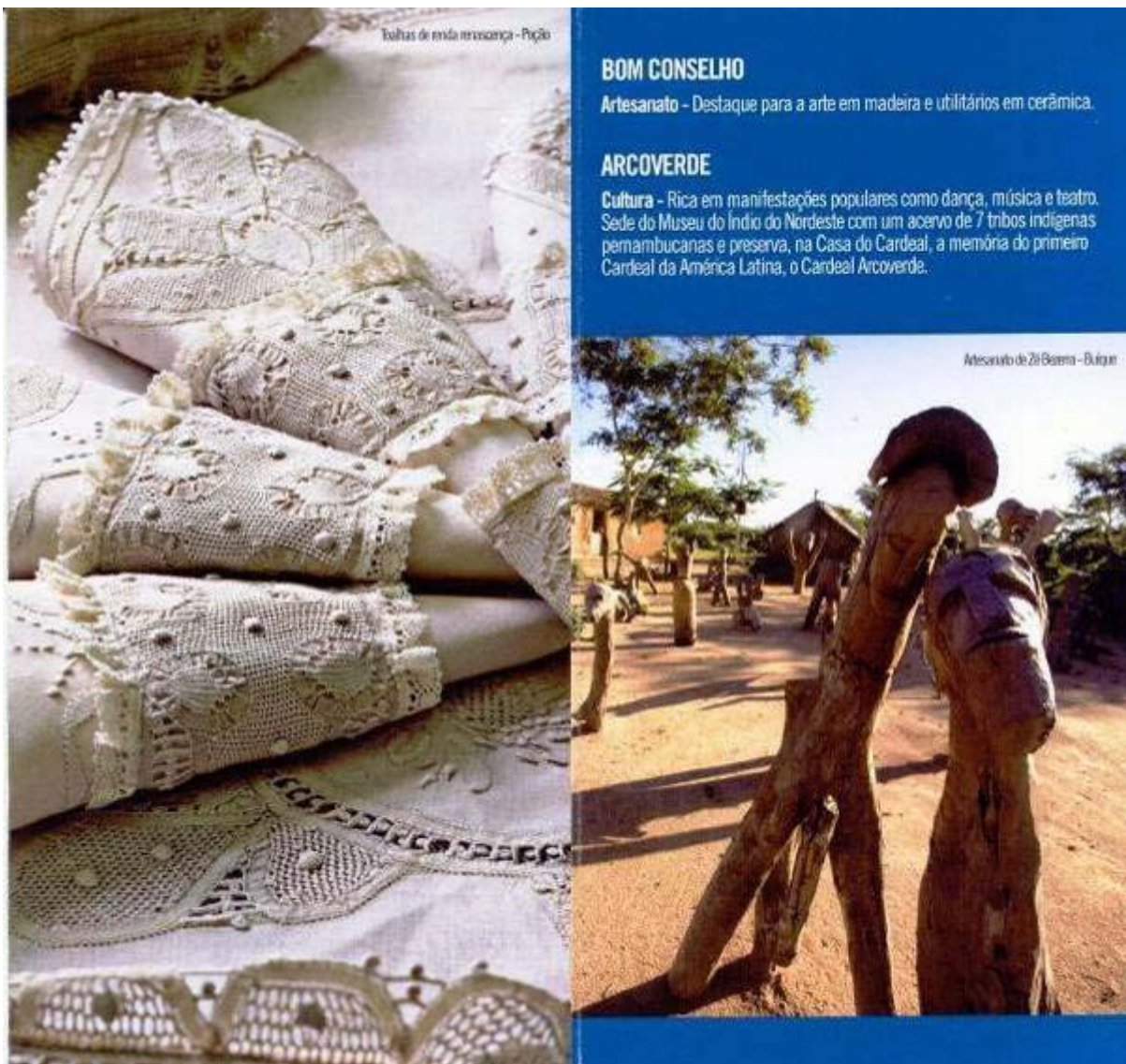
**PESQUEIRA**  
**Santuário de Nossa Senhora das Graças, Cimbres** - A Vila de Cimbres é conhecida por ter sido um dos cinco locais das aparições de Nossa Senhora admitidos pelo Vaticano, sendo o único da América Latina.

**Renda renasçença** - A delicadeza e a elegância dos bordados e rendas produzidos em Pernambuco já conquistaram inúmeros países. De Poção e Pesqueira vem a renda renasçença famosa também por ser feita exclusivamente a mão. É utilizada em toalhas, lençóis, vestidos e tudo o mais que a criatividade permitir.

**POÇÃO**  
 Poção tem como principal atrativo a produção da renasçença. O turismo religioso está presente, sobretudo durante a Semana Santa, quando milhares deromeiros visitam o Centro de Instrução Bíblica. O local possui



## ANEXO K – Pernambuco conhece Pernambuco (03)



**ANEXO L – Pernambuco conhece Pernambuco (04)**

**VOTE FERNANDO DE NORONHA**  
 COMO UMA DAS 7 MARAVILHAS NATURAIS DO MUNDO  
 WWW.VOTENORONHA.COM.BR

Dez rotas para você curtir o melhor do Estado e se divertir.  
[www.peconhecepe.com.br](http://www.peconhecepe.com.br)

Consulte o seu agente de viagem.

Apoio:

**NORDESTE** **FUNDAÇÃO DE PESQUISA HISTÓRICA E PATRIMÔNIO**

Realização:

**EMPETUR** **SECRETARIA DE TURISMO** **GOVERNO DE Pernambuco**

**Distância para o Recife.**

Belo Jardim	180km
Garanhuns	228km
Poção	238km
Arcoverde	253km
Pesqueira	210km
Saloá	256km
Bom Conselho	276km
Buíque	278km

Como chegar: De carro ou ônibus, o acesso para a região é pelas rodovias BR-232, BR-423, BR-424, PE-270, PE-197 e PE-218.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)